# DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8122 • SÃO PAULO, TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA


# Saúde em dia: governo inclui novos grupos na vacinação contra o HPV

**Geral** *Pág.06*

Os pacientes com papilomatose respiratória recorrente agora fazem parte dos grupos prioritários para receber a vacina contra o HPV. Segundo informações do Ministério da Saúde, essa inclusão foi baseada em estudos que comprovam os benefícios da vacina como um complemento no tratamento da doença, mostrando uma diminuição no número e na frequência das recorrências em pacientes imunizados. Para esses pacientes, a vacinação contra o HPV será oferecida mediante apresentação de uma receita médica. Para os menores de 18 anos, será necessário também apresentar um documento com a autorização dos pais ou responsáveis.

(Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil)




*Portadores de papilomatose respiratória recorrente (PRR) agora poderão recorrer a vacina como forma de tratamento.*

**Internacional** *Pág.05*

## Rebeldes Houthi, do Iêmen, reivindicam ataque que derrubou drone dos EUA

**Leis e Projetos** *Pág.02*

## Trabalhadores com deficiência terão seu valor reconhecido com aumento de benefício

**Política** *Pág.02*

## Fiesp alerta Congresso para que não amplie exceções na reforma

Durante seminário sobre a reforma e a indústria promovido pela Fiesp, ontem, 29, o presidente da Fiesp, Josué Gomes, advertiu que é necessário observar de perto da regulamentação da reforma tributária no Congresso, para que não sejam criadas novas exceções ao sistema.

**Geral** *Pág.06*

## Rio sedia 1ª conferência das Favelas para a cúpula do G20

O Complexo da Penha, no Rio está sediando a primeira Conferência Internacional das Favelas-20, reunindo representantes de diversos países para discutirem problemas e soluções para esses territórios, em preparação para a cúpula do G20, que acontece em novembro, na cidade do Rio. Até setembro serão realizadas conferências em mais de 3 mil favelas das 27 unidades da federação e de outros 40 países.

**Contexto Jurídico** *Pág.20*

## STF analisa se IPTU deve incidir sobre imóvel arrendado pela União"

**Esportes** *Pág.08*

## Guarani busca novo líder no mercado para guiar o time rumo ao sucesso

**Política** *Pág.02*

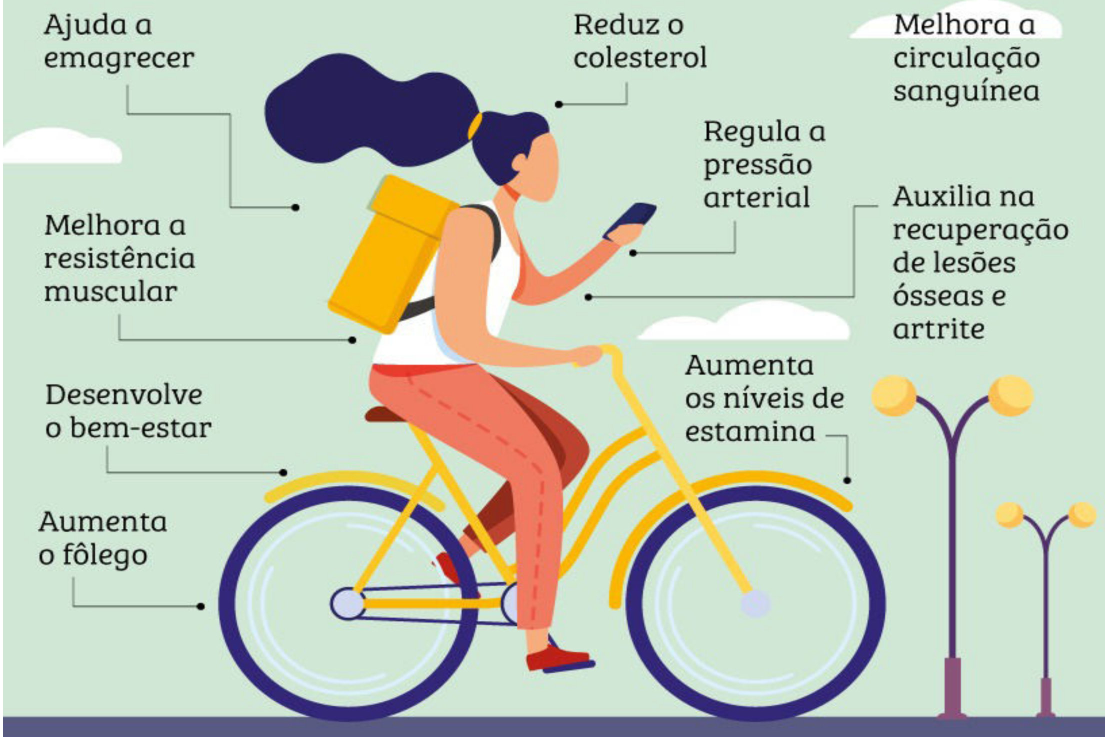
## CGU confirma que obra em estrada no MA só beneficiou Juscelino Filho

(Foto: Valter Campanato/Agência Brasil)



*PF suspeita que Juscelino possa fazer parte de organização criminosa envolvida com o desvio de verbas da Codevasf.*

Em um relatório preliminar sobre o assunto, a Controladoria-Geral da União (CGU) informou ontem, 29, que a pavimentação da estrada que passa em frente à fazenda do ministro das Comunicações Juscelino Filho, em Vitorino Freire (MA), não beneficiou em nada a população e só atendeu mesmo às necessidades do ministro. Os recursos para a construção da obra foram repassados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), vindo do Orçamento Secreto, e Juscelino admitiu ser o padrinho da indicação da verba. A PF suspeita que Juscelino possa integrar uma organização criminosa envolvida com o desvio de verbas da Codevasf - apelidada de "estatal do Centrão" - na cidade de Vitorino Freire (MA).




**Política** *Pág.02*

## Alckmin defende benefícios da reforma tributária em evento na Fiesp

Na abertura do evento Reforma Tributária e Indústria: Os Desafios da Regulamentação, organizado pela Fiesp, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou, ontem, 29, que a reforma tributária trará inúmeros benefícios para o País. "Com a reforma, vai aparecer o quanto a carga tributária é alta no Brasil, o quanto é elevada para o nível de desenvolvimento do País. Tira a competitividade, onera, dificulta o consumo", enfatizou.

**Economia** *Pág.04*

## Confiança do comércio alcança maior nível desde setembro de 2022

Atingindo o maior nível desde setembro de 2022, o Índice de Confiança do Comércio (Icom), apurado pela FGV, avançou 5,1 pontos em abril ante março, para 95,5 pontos. Em médias móveis trimestrais, o indicador evoluiu 1,7 ponto, na quinta alta consecutiva.

**Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br**

**SAÚDE**



**Qual é a principal causa da queda de cabelo? Descubra agora e veja como lidar com esse problema**
*https://shre.ink/8Mv5*

**Cultura** *Pág.9*

## Dose dupla de entretenimento: Teatro Santa Cruz exibe musicais infantis e peças para adultos em temporada imperdível"

**Política** *Pág.02*

## Vereador do PDT é assassinado a facadas no Ceará

**Economia** *Pág.04*

## Confiança de serviços retrocede 1 ponto em abril, para 94,8 pontos

**Esportes** *Pág.08*

## John Textor recebe 'não' de Abel Ferreira e Palmeiras respira aliviado

**Internacional** *Pág.05*

## Egito apresenta nova proposta de cessar-fogo

**Cidades** *Pág.12*

## Descubra os dados e informações essenciais sobre os serviços básicos no Brasil no novo guia

**Esportes** *Pág.08*

## Bia Haddad surpreende e chega às quartas de final em Madri

**Internacional** *Pág.05*

## Bombardeio de Israel mata 22 pessoas em Rafah, no sul da Faixa de Gaza

**Economia** *Pág.04*

## Déficit primária do Governo Central fecha março em R$ 1,5 bilhão

**INDICADORES FINANCEIROS**

| | |
|---|---|
| Salário Mínimo | R$ 1.412,00 |
| IPCA (IBGE) - mês | 0,16% |
| IGP-M (FGV) - mês | 0,31% |
| IPC (FIPE) - mês | 0,26% |
| TR pré | 0,0365% |
| Taxa básica financeira - TBF | 0,7268% |
| Ibovespa (pontos) | 127.351 |
| Poupança (mês) | 0,60% |
| CDB pré 30 dias - ano | 10,11% |
| CDB pré 90 dias - ano | 9,98% |
| CDI acumulado - mês | 0,89% |
| CDI anualizado | 10,65% |
| Dólar comercial | R$ 5,1140/R$ 5,1150 |
| Dolar turismo | R$ 5,1460/R$ 5,3260 |
| Euro turismo | R$ 5,4830/R$ 5,4830 |





# LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

## Comissão aprova piso salarial para quadro técnico e administrativo da educação básica

A Comissão de Educação aprovou uma proposta que estabelece a remuneração mínima para os profissionais da área técnica e administrativa da educação básica.

De acordo com essa proposta, esses profissionais receberiam 75% do piso salarial dos professores. Para uma jornada de 40 horas semanais em 2024, a remuneração mínima seria de R$ 3.435,42.

O texto aprovado é baseado no relatório do deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) e substitui o Projeto de Lei 2531/21, apresentado pela deputada Rose Modesto (União-MS). O projeto original definia um valor fixo como piso (R$ 2.164,68), que na época correspondia a 75% da remuneração mínima dos professores.

Além disso, o substitutivo aprovado estabelece que os valores devem ser atualizados anualmente em janeiro, com base no mesmo índice utilizado para a atualização do piso salarial dos professores. O objetivo é garantir que tanto os profissionais técnicos quanto os professores tenham seus pisos atualizados de acordo com critérios semelhantes.

Os próximos passos envolvem a análise do projeto pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

## Comissão aprova projeto que obriga empresa a doar para o Fundo da Criança para participar de licitação

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade das empresas comprovarem doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) para poderem participar de licitações.

O substitutivo da relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), foi aprovado para o Projeto de Lei 4521/19, originalmente proposto pela deputada licenciada Leandre (PR). A relatora explicou que foi necessário ajustar a ideia original à legislação atualmente em vigor.

A Lei 8.666/93, que era o objeto das alterações sugeridas no projeto, foi revogada e substituída integralmente pela Lei 14.133/21. Portanto, o substitutivo incorpora a regra desejada na nova Lei de Licitações.

O texto aprovado altera a norma atual para exigir que o licitante comprove ser doador do FDCA em âmbito nacional, distrital, estadual ou municipal. O interessado deverá apresentar um documento de arrecadação de doação específica ao fundo.

Essa medida tem como objetivo carrear mais recursos para o FDCA, que financia projetos voltados para a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O próximo passo é a análise do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Vale ressaltar que ele já foi aprovado pela antiga Comissão de Seguridade Social e Família.

## Segurança Pública aprova projeto que cria lista tríplice para escolha de comandante-geral da PM

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que determina que governadores deverão escolher os comandantes-gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar a partir de uma lista tríplice.

De acordo com o texto aprovado, os comandantes-gerais terão um mandato de dois anos, com a possibilidade de recondução uma vez. Além disso, eles só poderão ser destituídos por iniciativa do chefe do Poder Executivo do estado ou do Distrito Federal mediante ato devidamente fundamentado.

O substitutivo do relator, deputado Junio Amaral (PL-MG), foi aprovado para o Projeto de Lei 164/19, proposto pelo deputado José Nelto (PP-GO), e um apensado. Segundo o relator, houve a necessidade de ajustar os dois textos à legislação vigente.

Junio Amaral explicou que a proposta original modificava um dispositivo revogado pela Lei 14.751/23, que instituiu a Lei Orgânica Nacional das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. A possibilidade de nomeação com fortes ingerências políticas e sem participação dos integrantes das corporações ainda está presente, e a lista tríplice que antecede a escolha do governador continua sendo pertinente e necessária.

As regras para a formação da lista tríplice incluem a votação sigilosa dos militares da ativa, a partir dos coronéis – último posto do Quadro de Oficiais de Estado-Maior – com curso de Comando e Estado-Maior. O texto também exige regulamentação local.

Vale destacar que os oficiais especialistas de saúde não poderão participar da lista tríplice, considerando a peculiaridade da admissão deles nas corporações com a finalidade de atuarem nas atividades de saúde.

O próximo passo é a análise do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Proposta aumenta valor de benefício pago a pessoa com deficiência que trabalha

O Projeto de Lei 1003/24 propõe equiparar o valor do auxílio-inclusão ao do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atualmente corresponde a um salário mínimo mensal. Atualmente, o auxílio-inclusão equivale a 50% do valor do BPC. O BPC é destinado a pessoas com deficiência e idosos que não têm condições de se sustentar ou serem sustentados por suas famílias. Por outro lado, o auxílio-inclusão é pago a pessoas com deficiência moderada ou grave que recebem o BPC e passam a exercer atividade remunerada. Essa medida visa incentivar a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho.

O projeto, apresentado pelo deputado Jonas Donizette (PSB-SP), está em análise na Câmara dos Deputados e propõe alterações na Lei 14.176/21, que trata do assunto. Donizette destaca que a proposta visa igualar o auxílio-inclusão ao valor do BPC, e a diferença no pagamento será garantida pela receita de impostos gerados pelo emprego do beneficiário, sem causar ônus significativos ao país.

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



*Jonas Donizette: as pessoas beneficiárias temem o desamparo.*

Quanto à assistência, atualmente, ao solicitar o auxílio-inclusão, o beneficiário autoriza a suspensão do BPC, que pode ser restabelecido mediante requerimento. O projeto mantém essa regra, mas estabelece que o auxílio-inclusão só poderá ser suspenso ou cancelado quando o BPC for restabelecido. O deputado ressalta que as pessoas beneficiárias têm receio de ficar desamparadas caso parem de trabalhar, pois perderiam o direito ao auxílio-inclusão e precisariam solicitar a retomada do BPC, o que poderia resultar em meses de desamparo.

Os próximos passos envolvem a tramitação do projeto nas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Projeto de lei proíbe comercialização de animal silvestre ou exótico como pet

(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)



*Nilto Tatto, autor da proposta.*

O Projeto de Lei 1045/24 proíbe a comercialização de animais silvestres e exóticos no Brasil com a finalidade de serem criados como animais de estimação. O texto está em análise na Câmara dos Deputados.

De acordo com a proposta, animais silvestres são aqueles pertencentes às espécies nativas da fauna brasileira. Por outro lado, animais exóticos são originários de outros países ou regiões e não são encontrados naturalmente no Brasil.

É importante ressaltar que a futura lei não se aplicará às instituições de pesquisa, educação ou conservação que sejam devidamente autorizadas pelos órgãos competentes e que necessitem de animais silvestres para fins científicos, educativos ou de preservação.

A fiscalização ficará a cargo dos governos e dos órgãos de proteção animal. Em caso de descumprimento da futura lei, as sanções ao infrator poderão incluir advertência, multa e apreensão dos animais, conforme regulamentação ainda a ser definida.

O autor da proposta, deputado Nilto Tatto (PT-SP), destaca que animais silvestres ou exóticos têm necessidades específicas que não podem ser atendidas em um ambiente doméstico. A proibição da comercialização dessas espécies é fundamental para proteger o bem-estar animal, combater o tráfico ilegal da fauna, preservar a biodiversidade e promover a convivência harmoniosa entre humanos e animais.

Além disso, o texto também é assinado pela deputada Duda Salabert (PDT-MG).

Os próximos passos envolvem a tramitação do projeto pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Câmara tem 5 novos projetos sobre pets em avião; outras propostas estão engavetadas há 3 anos

Cinco novos projetos de lei foram apresentados na Câmara dos Deputados para regulamentar o transporte de animais de estimação por aeronaves. Essa iniciativa ocorreu após o trágico falecimento de Joca, um golden retriever de cinco anos, durante um transporte aéreo realizado pela Gollog, serviço de cargas da companhia aérea Gol. No entanto, vale ressaltar que ainda não existe uma lei federal que uniformize as regras em todo o território nacional.

Os projetos propõem diferentes abordagens para garantir a segurança e o bem-estar dos animais durante o transporte. Alguns pontos relevantes incluem:

Médicos veterinários de plantão: A pré-candidata à Prefeitura de São Paulo, Tabata Amaral (PSB-SP), defende que as empresas sejam obrigadas a terem médicos veterinários de plantão. Isso permitiria uma resposta rápida em casos de emergência, extravio ou qualquer situação que coloque em risco a vida e a integridade dos animais.

Rastreamento em tempo real: Camila Jara (PT-MS) propõe que os animais sejam transportados com dispositivos de rastreamento. Isso possibilitaria a localização em tempo real, garantindo maior segurança.

Direito dos tutores: Marcos Tavares (PDT-RJ) sugere tratar o transporte dos animais na cabine como um direito dos tutores. Além disso, ele busca regras mais rígidas para garantir que os animais tenham acesso à água e à comida, além de serem transportados em contêineres seguros e confortáveis.

(Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil)




*Joca: cachorro da raça golden retriever morreu após ser extraviado em voo da Gol.*

Vale mencionar que há outras 16 propostas semelhantes em tramitação, com diferenças quanto ao peso e ao número de animais permitidos por voo, bem como outras regras, como a exigência de médicos veterinários e supervisão humana durante todo o traslado.

O projeto mais antigo sobre o tema é da ex-deputada Marina Santos (Solidariedade-PI), e o relator do texto, Célio Studart (PV-CE), emitiu parecer favorável em 5 de julho de 2021. No entanto, o texto ainda não foi votado na Comissão de Meio Ambiente.

Recentemente, 15 deputados pediram tramitação de urgência para o projeto do ex-deputado Paulo Bengtson (PTB-PA), ao qual a proposta de Marina Santos está apensada (ou seja, tramitando em conjunto). Se o regime de urgência for aprovado, a tramitação será acelerada, e o projeto poderá ser incluído na pauta do plenário mesmo sem passar anteriormente por todas as comissões.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor
Marcos Henrique
Comercial
www.diariodenoticias.com.br
site
Amaury Marques — Administração
Elaine Fernandes — Financeiro
Valter Lana
Editor responsável
redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail
Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br
Periodicidade: DIÁRIA
AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP
Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP
Auditado e Certificado
ICP Brasil
AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
FUNDAÇÃO VANZOLINI — TIRAGEM AUDITADA — ANATEC

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

# Alckmin se diz entusiasta da reforma tributária e aponta benefícios

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou, ontem (29), que é um entusiasta da reforma tributária, que trará inúmeros benefícios para o país.

"O primeiro é a simplificação. Vamos dar o exemplo do pão de queijo que era tributado como massa alimentícia, com 7%. Depois de uns anos, ele passou para produto de padaria, e o ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] foi para 12%. Do lado de Minas Gerais, ele está na cesta básica, é 0%. Imagine os produtos de maior complexidade. Então, a simplificação é extremamente importante", disse ou Alckmin, na abertura do evento Reforma Tributária e Indústria: Os Desafios da Regulamentação, organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

(Foto: Reuters/Ettore Chiereguini/AGIF)



*"Com a reforma, vai aparecer o quanto a carga tributária é alta no Brasil, o quanto é elevada para o nível de desenvolvimento do País. Tira a competitividade, onera, dificulta o consumo", disse o vice.*

Ele destacou a importância da transparência, já que muitos dos impostos são invisíveis e ressaltou que os Estados Unidos têm menos de 25% de tributo sobre consumo, enquanto o Brasil tem quase 50%. "Com a reforma, vai aparecer o quanto a carga tributária é alta no Brasil, o quanto é elevada para o nível de desenvolvimento do país. Tira a competitividade, onera, dificulta o consumo", afirmou.

Para Alckmin, a carga tributária atual é regressiva, porque o milionário e aquele que ganha um salário mínimo pagam a mesma alíquota. Além disso, há a má alocação de investimento. "Eu fui governador, e ninguém dizia que ia levar a indústria para outro lugar porque havia ciência e tecnologia, educação, logística melhores. Tudo artifício tributário: 'eu vou levar para lá porque me devolvem o imposto, tudo artifício tributário'".

Segundo o vice-presidente e ministro, com a reforma, isso será 90% resolvido, porque o tributo deixará de ser pago na origem para ser pago no destino.

## Garçom mata vereador a facadas em restaurante no Ceará

Um garçom, de 34 anos, esfaqueou três pessoas em um restaurante de Camocim, interior do Ceará, domingo, 28. Uma das vítimas, o vereador Cesar Araújo Veras (PDT), de 51 anos, não resistiu aos ferimentos e morreu após o ataque. Outras duas pessoas também foram atingidas e encaminhadas a hospitais da região.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, o vereador chegou ao local momentos antes de ser atingido Imagens de câmeras de segurança registraram o momento em que o parlamentar se senta à mesa e na sequência é golpeado no pescoço. O garçom se dirige para outro ponto do restaurante e desfere golpes contra as outras vítimas, dois homens de 55 e 56 anos. Um tumulto se forma entre os clientes do estabelecimento e o suspeito foge do local com a faca em mãos.

O homem foi localizado por equipes da Polícia Militar e Polícia Civil que identificaram e prenderam o suspeito em flagrante com a arma utilizada no crime na saída da cidade. Após a prisão, o homem foi conduzido para a Delegacia Regional de Sobral, unidade plantonista da Polícia Civil na região, onde foi autuado em flagrante por homicídio qualificado por motivo fútil e sem chance de defesa e duas tentativas de homicídio qualificado.

A Delegacia Regional de Sobral está conduzindo investigações para identificar as motivações do crime, o homem permanece à disposição da Justiça.

## Comissão do Senado deve apresentar regras para uso de inteligência artificial em maio

A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) do Senado tem até o dia 23 de maio para finalizar seus trabalhos sobre o projeto de lei que regulamenta o uso da tecnologia no País. O relatório preliminar, apresentado na última quarta-feira, 24 pelo relator Eduardo Gomes (PL-TO), pode sofrer alterações e receber emendas até o próximo dia 9. O texto é um projeto alternativo que agrupa diferentes propostas sobre o tema, em especial a do presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O objetivo da Comissão, criada em 2023 por meio de um requerimento de Pacheco, é estabelecer normas para garantir que as ferramentas de IA sejam seguras e confiáveis, "em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico". Presidida pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG), a equipe realizou uma série de audiências públicas para debater aplicações, benefícios e riscos do uso das tecnologias em diversos setores profissionais e sociais.

De acordo com o relator, o documento apresentado busca resguardar os direitos fundamentais sem prejudicar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no País. Segundo Gomes, é importante diferenciar o que é humano do que é artificial para proteger "o jeito criativo brasileiro" e a "integridade da informação". Por isso, o texto trata de direitos autorais, direito à privacidade, estabelece a correção de vieses a fim de evitar discriminação, prevê proteção aos trabalhadores e também o fomento à inovação sustentável.

Após o fim do período de análise pela comissão temporária, o texto será discutido no plenário e, se aprovado, segue para a Câmara dos Deputados, onde pode enfrentar dificuldades para tramitar. Como mostrou o Estadão, na visão do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), o projeto do Senado pode sufocar a capacidade de inovação de desenvolvedores de IA.

**Regulamentação da IA no Brasil**

O primeiro ponto do projeto é a definição das bases para o uso das tecnologias de desenvolvimento de IA no País. O texto estabelece que é fundamental a centralidade da pessoa humana, o respeito aos direitos humanos, à democracia e à liberdade de expressão. É necessário também garantir a proteção ao meio ambiente, a igualdade, a valorização do trabalho humano, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a privacidade, o acesso à informação e a proteção de grupos vulneráveis.

Para isso, a proposta estabelece que os ciclos de vida das ferramentas devem ser supervisionados por seres humanos, os agentes desenvolvedores de sistemas de IA devem ser transparentes e prestar contas além de prevenir e mitigar riscos e danos individuais, sociais e econômicos. O texto ainda prevê que as pessoas afetadas pelos sistemas têm direito à informação prévia sobre a interação com uma ferramenta de inteligência artificial. Em quatro casos específicos, no entanto, a lei não se aplica: quando o uso das ferramentas é para fim particular e não econômico, para a defesa nacional, têm formatos abertos e livres, com exceção daqueles considerados de alto risco, ou integram atividades de testagem fora de circulação do mercado.

# Obra pública em estrada da fazenda de Juscelino Filho só beneficiou o ministro, diz CGU

(Foto: Reprodução/Internet)



*Obra pública em estrada da fazenda de Juscelino Filho só beneficiou o ministro, diz CGU.*

A pavimentação da estrada que passa em frente à fazenda do ministro Juscelino Filho (Comunicações), em Vitorino Freire (MA), só atendeu às necessidades do ministro e não beneficiou a população local. A afirmação é de técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU), em um relatório preliminar sobre o assunto. O dinheiro foi repassado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), vindo do Orçamento Secreto - Juscelino Filho admitiu ser o padrinho da indicação da verba.

A obra foi revelada pelo Estadão em reportagem de janeiro de 2023, e passou a ser investigada pela Polícia Federal e pela CGU. O ministro nega irregularidades e reafirma que as obras beneficiam a população.

A Polícia Federal suspeita que Juscelino possa integrar uma organização criminosa envolvida com o desvio de verbas da Codevasf - apelidada de "estatal do Centrão" - na cidade de Vitorino Freire (MA). A cidade é governada atualmente pela irmã do ministro, a prefeita Luanna Rezende. Em setembro de 2023, ela chegou a ser afastada da prefeitura pela Justiça, após ser alvo da Operação Benesse, da Polícia Federal. Alguns dias depois, porém, voltou ao cargo graças a uma decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Orçada em R$ 7,5 milhões, a obra de pavimentação em Vitorino Freire foi contratada pela prefeitura de Vitorino Freire em fevereiro de 2022 e era tocada pela empreiteira Construservice. Meses depois, em meados daquele ano, a Polícia Federal prendeu um empresário chamado José Barros Costa, mais conhecido como Eduardo Imperador e acusado de ser o verdadeiro dono da empresa. Juscelino Filho admite que Imperador é seu "conhecido há mais de 20 anos". Também vem de décadas o domínio da família de Juscelino sobre Vitorino Freire: com idas e vindas, parentes do ministro controlam a política local desde a década de 1970.

# Para Fiesp, é preciso ficar atento para que Congresso não amplie exceções na reforma

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, disse que é necessário observar de perto da regulamentação da reforma tributária no Congresso, para que não sejam criadas novas exceções ao sistema. "Nós precisamos estar atentos para que o Congresso não amplie as exceções da reforma tributária durante o período de aprovação das leis complementares", afirmou, em um seminário sobre a reforma e a indústria promovido pela Fiesp.

Josué disse que há uma crítica desonesta ao tamanho da proposta de regulamentação da reforma, entregue pelo governo, e atrelou a quantidade de páginas ao volume de exceções abarcados pelo texto.

"Criticar reforma do IBS e CBS ou a lei complementar que foi encaminhada ao Congresso Nacional porque dizia que era para simplificar e tem 500 páginas é até desonesto", disse o presidente da Fiesp, que afirmou que o arcabouço da regulamentação está nas 34 primeiras páginas. "As outras são muito em função, infelizmente, das inúmeras exceções para que a reforma fosse aprovada."

(Foto: Fábio Vieira/Metrópoles)



*Para presidente da entidade da indústria, benefícios tributários elevaram a alíquota que entrará em vigor no país de 21% para quase 27%.*

Josué afirmou que, com as exceções, foi perdida a oportunidade única de uma alíquota menor do IVA, ao redor de 20% a 21%. "A alíquota de referência, como colocada pela Fazenda vai se situar em torno de 26,5% e 27%. Isso em função das inúmeras exceções criadas para a aprovação."

## Prefeito que teve mandato cassado em março por compra de votos é eleito novamente no RS

Em eleições suplementares realizadas neste domingo, 28, Paulo Renato Cortelini (MDB), conhecido como Gambá, foi eleito novamente como prefeito de São Francisco de Assis, no Rio Grande do Sul, após ter o mandato cassado, em 5 de março, por compra de votos nas eleições de 2020. Com 5.490 votos, 53,22% deles, Cortelini venceu o adversário Ademar Frescura (PP), que recebeu 4.825 votos, 46,8%.

Ao contrário do prefeito, que não teve a participação no esquema confirmada e por isso pôde disputar o cargo, o vice da chapa eleita há quatro anos, Jeremias Izaguirre de Oliveira (PDT), ficou inelegível no processo e o posto será ocupado agora por Piruca, da coligação MDB/PDT. Como em outubro serão realizadas as eleições municipais de 2024, o mandato atual dos recém eleitos vai até o fim deste ano.

De acordo com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que determinou a realização das eleições suplementares no município e revogou a multa aplicada a Cortelini na sentença que o afastou do cargo, as negociações que configuraram abuso de poder econômico e político na campanha eleitoral de 2020 ocorreram apenas entre Oliveira e o ex-vereador Vasco Henrique Asambuja de Carvalho (MDB), que também teve o diploma cassado e a inelegibilidade confirmada.

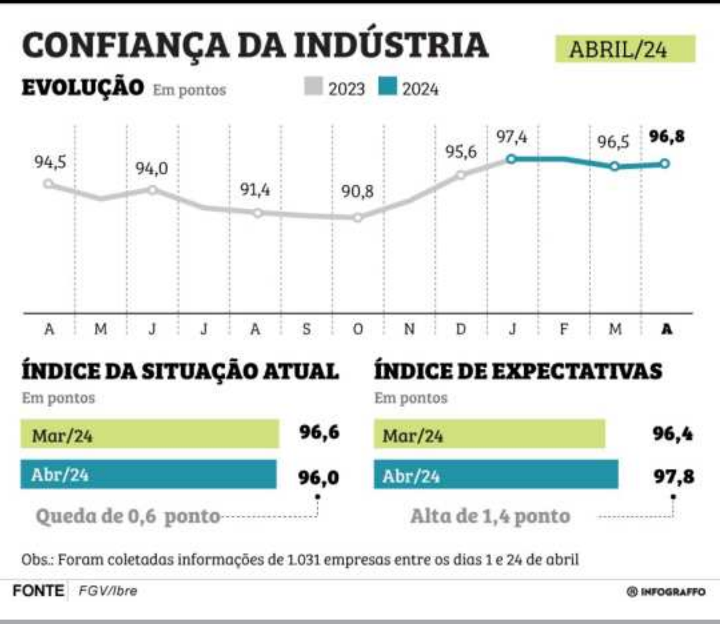
As provas que resultaram na condenação dos políticos, anteriormente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), incluem a distribuição de combustíveis, cestas básicas e outros bens a eleitores do município em troca de votos no pleito. A defesa, no entanto, recorreu sob argumento de que a gravação ambiental, que fundamentou as investigações, foi realizada de forma clandestina e contaminou as demais provas obtidas.

Por mais que o relator do caso no TSE, ministro Ramos Tavares, tenha considerado ilícitas as evidências produzidas por meio de fontes autônomas, as demais provas obtidas a partir de autorização judicial foram, para ele e os demais magistrados, consistentes e capazes de comprovar a prática irregular.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

# ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL




## Confiança do comércio sobe 5,1 pontos em abril ante março, para 95,5 pontos, diz FGV

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) subiu 5,1 pontos na passagem de março para abril, para 95,5 pontos, maior nível desde setembro de 2022, informou nesta segunda-feira a Fundação Getulio Vargas (FGV). Em médias móveis trimestrais, o indicador cresceu 1,7 ponto, a quinta elevação consecutiva.

“Em abril, a confiança do comércio avança de forma mais expressiva, impulsionada por uma variação disseminada no setor, onde cinco dos seis principais segmentos registraram avanços no mês. O retorno dos indicadores a níveis alcançados em 2022 sugere um cenário relativamente mais favorável após um período desafiador, com destaque para o indicador que avalia o volume da demanda, que se aproxima do nível de neutralidade. Embora o cenário para uma recuperação sustentada nos próximos meses permaneça incerto, as notícias favoráveis sobre o aumento do rendimento da população e da confiança dos consumidores trazem um tom otimista ao setor”, avaliou Geórgia Veloso, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

(Foto: EBC)




*Em abril, a alta na confiança ocorreu em cinco dos seis principais segmentos do comércio.*

Em abril, a alta na confiança ocorreu em cinco dos seis principais segmentos do comércio. O Índice de Situação Atual (ISA-COM) aumentou 5,5 pontos, para 98,5 pontos. O Índice de Expectativas (IE-COM) avançou 4,6 pontos, para 92,9 pontos, maior nível desde outubro de 2022.

Entre os quesitos que compõem o IE-COM, o item que mede as perspectivas de vendas nos próximos três meses subiu 5,5 pontos, para 92,5 pontos, e as expectativas sobre a tendência dos negócios nos próximos seis meses avançaram 3,5 pontos, para 93,4 pontos.

No ISA-COM, o item que avalia o volume de demanda atual aumentou 5,4 pontos, para 99,1 pontos, maior nível desde junho de 2022.

## Governo Central tem déficit primário de R$ 1,5 bilhão em março

O aumento das receitas fez o déficit primário cair em março de 2024. No mês passado, o Governo Central - Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social - registrou resultado negativo de R$ 1,527 bilhão, contra déficit primário foi R$ 7,083 bilhões em relação a março de 2023, queda de 79,3% além da inflação oficial pelo IPCA.

“Comparado a março de 2023, o resultado primário observado decorre da combinação de aumento real de 8,3% (R$ 12,6 bilhões) da receita líquida [após transferências a estados e municípios] e aumento real de 4,3% (R$ 6,8 bilhões) das despesas totais”, informou o Tesouro Nacional, em seu relatório divulgado nesta segunda-feira (29). O resultado de março passado veio melhor do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 5,1 bilhões.

Nos três primeiros meses do ano, o Governo Central registra superávit primário de R$ 19,431 bilhões, valor 39,8% menor que o obtido no mesmo período do ano passado, descontado o IPCA, quando foi R$ 31,208 bilhões. As contas do governo ainda registram superávit em 2024 por causa do resultado positivo recorde de R$ 79,337 bilhões em janeiro, já que em fevereiro o resultado negativo foi recorde com a antecipação de R$ 30,1 bilhões de pagamentos de precatórios.

## IGP-M sobe 0,31% em abril, após queda de 0,47% em março, afirma FGV

(Foto: EBC)




O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) subiu 0,31% em abril, após queda de 0,47% em março, informou ontem, 29, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com esse resultado, o índice acumula queda de 3,04% nos últimos 12 meses.

O avanço do IGP-M nesta leitura superou o teto das estimativas colhidas pelo Projeções Broadcast, de 0,26%. A mediana do mercado indicava alta de 0,12% para o índice.

O movimento desta leitura do IGP-M foi puxado pelo avanço do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), a 0,29%, após contrair 0,77% em março. Também houve avanço do Índice de Preços ao Consumidor (0,29% para 0,32%) e do Índice Nacional de Custos da Construção (0,24% para 0,41%).

**IPA-M -** Os preços ao produtor agropecuário aceleraram a 1,47% no IGP-M de abril, após subirem 0,62% em março. No mesmo sentido, os preços industriais moderaram o ritmo de queda (-1,26% para -0,13%) na passagem de março para abril. Com isso, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) como um todo voltou ao nível positivo, subindo 0,29% nesta leitura, após queda de 0,77% em março.

Nas aberturas por estágios de processamento, os bens intermediários aceleraram de 0,22% para 0,72%, puxados pela aceleração de materiais e componentes para manufatura (0,06% para 0,85%).

Os bens finais, por sua vez, caíram 0,13% em abril, ante alta de 0,03% em março. O movimento foi puxado por alimentos in natura (-2,17% para -2,37%). Já as matérias-primas brutas subiram 0,24% nesta leitura, após uma queda de 2,71% em março.

**Influências -** As maiores pressões para cima sobre o IPA-M partiram de soja em grão (-0,47% para 5,66%); café em grão (0,62% para 9,57%); cacau (19,92% para 63,63%); mandioca (3,15% para 7,22%); e leite in natura (3,78% para 3,47%). Por outro lado, puxaram o índice para baixo minério de ferro (-13,27% para -4,78%); feijão em grão (-2,08% para -15,93%); banana (10,14% para -9,56%); milho em grão (-2,35% para -1,92%); e cana-de-açúcar (0,04% para -1,09%).

## Confiança de serviços cai 1 ponto em abril ante março, para 94,8 pontos, diz FGV

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) caiu 1,0 ponto na passagem de março para abril, na série com ajuste sazonal, para 94,8 pontos, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). Em médias móveis trimestrais, o ICS recuou 0,3 ponto.

“O segundo trimestre começa com piora da confiança de serviços. O resultado de abril mantém a percepção dos últimos meses de perda de fôlego do setor sobre a situação atual. Os resultados negativos em relação ao futuro ocorrem de forma heterogênea entre os segmentos e começam a dar sinais de que o setor de serviços não deve observar uma forte retomada nesse primeiro semestre.

O cenário macroeconômico de manutenção da queda na taxa de juros, controle de inflação e melhores resultados no emprego e na renda, podem representar um caminho positivo para recuperação da confiança do setor, que vem enfrentando dificuldades nesse início de ano”, avaliou Stéfano Pacini, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Em abril, o Índice de Situação Atual (ISA-S) recuou 0,5 ponto, para 95,4 pontos. O Índice de Expectativas (IE-S) teve redução de 1,6 ponto, para 94,4 pontos.

Os dois componentes da situação atual recuaram: o item que mede a situação atual dos negócios caiu 0,4 ponto, para 95,3 pontos, enquanto o que avalia o volume da demanda atual encolheu 0,6 ponto, para 95,4 pontos.

## Planos de saúde coletivo terão aumento de 14% em terceiro ano de alta; veja as maiores taxas

Os planos de saúde coletivos terão reajuste de dois dígitos neste ano, de acordo com relatório da XP Investimentos com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O aumento médio foi de 15% no período entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024

De acordo com o levantamento, os reajustes se mantêm nesse patamar pelo terceiro ano seguido. Em 2023, a alta média nos preços de planos coletivos foi de 14,38%; em 2022, os reajustes oscilaram na casa de 11,54%.

Dados da ANS registram 50,9 milhões de beneficiários no mercado, com 88,6% deles nos planos coletivos, sejam empresariais e por adesão, quando vinculados a uma entidade de classe ou administradora de benefícios. Os reajustes dos planos individuais e familiares são limitados pela agência, que fixa um teto.

Na lista de maiores grupos, o levantamento cita SulAmérica, Bradesco Saúde e Amil como os responsáveis pelas maiores taxas, superiores a 20%.

De acordo o levantamento, o mercado tem sido pressionado por aumentos de preços acima de 15% desde meados de 2023. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro pressionam os números para cima, com reajustes na casa de 20% nos últimos meses.

A expectativa dos especialistas responsáveis pelo relatório é de que “as precificações mais agressivas continuem ocorrendo por pelo menos mais um ano no mercado de planos de saúde”.

Entre os fatores que justificam a alta estão o aumento das despesas dos planos de saúde, com a retomada de atendimentos que haviam sido interrompidos durante a pandemia da covid-19, inflação de custos e incorporação de novas tecnologias.

## Ceron: nem sempre todas as posições serão convergentes e o equilíbrio dos Poderes envolve isso

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, ontem que a recuperação fiscal não depende apenas do Executivo, mas de um pacto entre os Poderes. Ela disse ser “natural” que existam posições divergentes entre as instituições, e que há uma governança para “lidar” quando não há convergência.

“Mas o espírito de diálogo permanece, e tenho convicção que sairemos desse processo com mais diálogo e convergência”, disse o secretário.

A declaração foi dada após Ceron ser questionado sobre a reação do Parlamento em resposta a decisão do governo em acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a desoneração previdenciária de setores privados e de prefeituras.

“Nosso compromisso com a meta fiscal sempre foi muito claro. Estamos tomando as medidas necessárias e apontando caminhos para a recuperação fiscal. Todo mês eu mostro isso, há uma década os resultados fiscais foram piorando de ciclo em ciclo. Nós estamos tomando todas as medidas necessárias, mas como ministro coloca, o Executivo sozinho não pode garantir isso sozinho. A recuperação fiscal depende do pacto entre todos os Poderes, todos trabalhando de forma coordenada”, respondeu o secretário.

No fim de semana, uma declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no contexto do debate sobre as desonerações, repercutiu mal no Congresso. Após Haddad afirmar em entrevista à jornalista Mônica Bergamo, da Folha de S. Paulo, que o Parlamento também deve respeitar a lei de responsabilidade fiscal, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), classificou a advertência do ministro como “desnecessária”.

**Perse -** O secretário do Tesouro Nacional reforçou que a situação fiscal do Brasil não “possui gordura” para acomodar a ampliação ou novas renúncias fiscais que não venham acompanhadas de medidas de compensação, cobrando, portanto, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A afirmação foi dada após Ceron ter sido questionado sobre as mudanças que o Senado pode promover no relatório do projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), aumentando o custo fiscal da política.

## Cargill tem lucro líquido de R$ 2,5 bilhões em 2023 no Brasil; alta é de 101% ante 2022

A Cargill teve lucro líquido de R$ 2,5 bilhões em 2023 na sua operação no Brasil, alta de 101% ante o R$ 1,2 bilhão do ano anterior, informou a empresa em nota. A receita operacional líquida da Cargill em 2023 apresentou leve alta no País, tendo saltado de R$ 125,8 bilhões em 2022 para R$ 126,4 bilhões no ano passado. O volume total originado, processado e comercializado pela Cargill atingiu cerca de 51 milhões de toneladas.

“Para o negócio agrícola da Cargill, a supersafra 22/23 e recuperação da quebra da safra anterior trouxeram bons números para a operação brasileira. Além disso, houve maior demanda da China e estabilização dos custos de matéria-prima”, afirmou a empresa na nota.

A Cargill também informou que investiu R$ 2,6 bilhões em 2023 no Brasil, alta de 116% ante o ano anterior. Nos últimos cinco anos, o investimento chegou a R$ 6,9 bilhões.

Em 2023, a empresa concluiu a aquisição de três plantas de esmagamento de soja e produção de biodiesel em Anápolis (GO), Porto Nacional (TO) e Cachoeira do Sul (RS) e quatro armazéns localizados em Silvânia (GO), Porto Nacional, Marianópolis e Figueirópolis (TO).

“O último ano foi marcado pelo nosso crescimento no País”, disse o presidente da Cargill no Brasil, Paulo Sousa. “Para podermos atender nossos clientes, tanto o produtor rural quanto os clientes de demanda, seguimos investindo na eficiência das operações existentes, além de concluir uma importante aquisição, que permitiu aumentar nossa capacidade de produção de farelo, óleo e biocombustíveis, além de ingressar em alguns novos segmentos de mercado”, acrescentou.

A Cargill, que atua desde 1965 no Brasil, tem hoje com 29 fábricas, 75 armazéns, 7 terminais portuários, 2 centros de inovação, 1 centro de serviços compartilhados, 5 centros de distribuição, 14 escritórios comerciais e 4 escritórios corporativos no País.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676





# INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

## Egito apresenta nova proposta de cessar-fogo entre Hamas e Israel


(Foto: EBC)

O Egito apresentou uma nova proposta de trégua entre Israel e o Hamas que contemplaria a libertação de reféns israelenses e um cessar-fogo inicial de três semanas, numa tentativa de evitar uma ofensiva militar de israelense na cidade de Rafah, no sul de Gaza. Israel, que ajudou a formular a proposta, segundo autoridades egípcias, se comprometeria a iniciar conversas de longo prazo assim que o Hamas libertar o primeiro grupo de 20 reféns durante a trégua de três semanas, medida destinada a superar a relutância do grupo militante em libertar reféns sem qualquer perspectiva de acabar com a guerra. A medida representa o mais recente esforço dos mediadores para retomar as negociações, que se arrastaram durante cerca de cinco meses sem acordo.

A continuidade dos combates durante esse período colocou os cerca de dois milhões de palestinos que vivem em Gaza em modo de sobrevivência e mais do que duplicou o número de mortos desde a invasão de Israel, para mais de 34 mil, segundo autoridades de saúde palestinas. Os números de mortes do lado palestino não fazem distinção entre combatentes e civis.

Entretanto, em Israel, familiares dos reféns capturados durante o ataque do Hamas, em 7 de outubro, que precipitou a crise, pressionam o governo israelense a fazer mais para descobrir se os seus parentes ainda estão vivos. Nas últimas semanas, as manifestações de rua com o objetivo de convencer o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu a dar prioridade à libertação dos cativos se intensificaram. A pressão interna para que Netanyahu chegue a um acordo está crescendo em Israel, com Benny Gantz, membro do gabinete de guerra de Israel, alertando contra a prioridade de uma operação em Rafah em vez de firmar um acordo sobre os reféns. Além disso, também há pressão de alguns dos membros de direita do governo de coligação.

## Bombardeio de Israel mata 22 pessoas em Rafah, no sul da Faixa de Gaza

Ao menos 22 pessoas morreram em bombardeios de Israel em Rafah, no sul da Faixa de Gaza, na madrugada de ontem, 29, segundo autoridades palestinas. Seis mulheres e cinco crianças estão entre as vítimas.

As forças israelenses realizam ofensivas aéreas contra Rafah desde o início da guerra contra o Hamas, em outubro, e planejam uma invasão por terra da cidade. Cerca de 1 milhão de palestinos estão refugiados no local, que faz fronteira com o Egito. Os Estados Unidos e diversos outros países pressionam Israel para desistir de avançar sobre Rafah, sob o argumento de que o ataque provocaria uma catástrofe humanitária.

Os ataques desta segunda atingiram três residências familiares. O primeiro deles matou 12 pessoas, incluindo quatro irmãos de 9 a 27 anos de idade. O segundo ataque matou sete pessoas, incluindo um homem de 33 anos e o filho dele, de 5. Já a terceira ofensiva matou três irmãos, com idades entre 12 e 23 anos.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, inicia nesta segunda o sétimo giro pelo Oriente Médio desde que a guerra entre Israel e o Hamas começou. No domingo, 28, o presidente americano, Joe Biden, conversou por telefone com o primeiro-ministro do Israel, Benjamin Netanyahu, como forma de pressioná-lo a aceitar uma trégua com o Hamas.

O governo israelense aguarda para hoje uma resposta do Hamas a uma proposta de cessar-fogo que envolve a libertação de reféns mantidos no território palestino desde outubro. Fonte: Associated Press.

## Rebeldes Houthi, do Iêmen, reivindicam ataque que derrubou drone dos EUA

Os rebeldes Houthi, do Iêmen, alegaram no sábado, 27, ter abatido outro drone MQ-9 Reaper das Forças Armadas dos EUA, exibindo imagens de peças que correspondiam a partes conhecidas da aeronave. O ataque teria ocorrido na quinta-feira, na província de Saada.

O tenente-coronel da Força Aérea dos EUA Bryon J. McGarry, porta-voz do Departamento de Defesa, reconheceu à Associated Press que "um drone MQ-9 da Força Aérea dos EUA caiu no Iêmen". Ele disse que uma investigação estava em andamento, sem dar mais detalhes.

O abate de drones ocorre no momento em que os Houthis lançam ataques contra navios no Mar Vermelho e no Golfo de Aden, exigindo que Israel ponha fim à guerra em Gaza, que já matou mais de 34 mil palestinos. A guerra começou depois que militantes liderados pelo Hamas atacaram Israel em 7 de outubro, matando 1.200 pessoas e fazendo cerca de 250 outras como reféns

Os Houthis já lançaram mais de 50 ataques a navios, apreenderam um navio e afundaram outro desde novembro, segundo a Administração Marítima dos EUA. Os ataques diminuíram nas últimas semanas, após os rebeldes serem alvo de uma campanha aérea liderada pelos EUA no Iêmen. O transporte marítimo através do Mar Vermelho e do Golfo de Aden diminuiu devido à ameaça.

## Primeira-ministra da Itália anuncia que irá concorrer nas eleições para o Parlamento Europeu

(Foto: EBC)


*O partido de Meloni foi o mais votado nas eleições nacionais de 2022, com 26%.*

Giorgia Meloni, a primeira-ministra da Itália, anunciou no domingo, 28 que vai disputar as eleições para o Parlamento Europeu em junho, com o partido Irmãos de Itália (HDI, na sigla em italiano), uma manobra que visa impulsionar o partido de extrema-direita.

"Estamos enfrentando uma batalha decisiva que não permite erros. Todos devemos estar preparados para fazer a nossa parte e eu, como sempre, pretendo fazer a minha. Decidi concorrer à frente das listas do HDI em todos os círculos eleitorais", afirmou Meloni em um evento eleitoral do seu partido na cidade de Pescara.

O partido de Meloni foi o mais votado nas eleições nacionais de 2022, com 26%, e as pesquisas apontam que deve obter um resultado similar nas eleições europeias de junho. Com Meloni no topo da lista, o partido pode aproveitar sua popularidade, embora as regras da União Europeia estabeleçam que um candidato vencedor que já ocupa um cargo ministerial deve renunciar imediatamente ao Parlamento do bloco.

Em um discurso inflamado no qual abordou vários temas, de barriga de aluguel até o Ramadã, Meloni destacou as conquistas da sua coalizão de governo em 18 meses, citando a luta contra a imigração irregular e a proteção das famílias e dos valores cristãos e afirmou que sua candidatura será como um plebiscito sobre a sua gestão. "Faço porque quero perguntar aos italianos se estão satisfeitos com o trabalho que estamos fazendo", declarou.

A primeira-ministra afirmou que "não gastará um único minuto de atividade governamental em campanha eleitoral". "Também defenderemos as nossas excelências, as nossas fronteiras e a nossa identidade na União Europeia. Também desta vez dirão que somos loucos, que é um desafio impossível de alcançar. Muitas vezes nos consideraram derrotados, disseram que estávamos destinados a desaparecer. Deixe-os falar", desafiou seus apoiadores.

As pesquisas - as mais recentes da 'Euromedia Research' - mantêm o partido de Meloni na liderança, com cerca de 27% dos votos, em linha com os resultados das eleições gerais de outubro de 2022, seguido (20,3%) pelo PD e pelo Movimento Cinco Estrelas (16,8%). (Com agências internacionais).

## China nega interferência nas eleições dos EUA e critica 'perseguição' ao país

O Ministério das Relações Exteriores da China negou as acusações de interferências nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, classificando as alegações como "perseguição" ao país. O órgão chinês ressaltou seu princípio diplomático básico de "não interferir em assuntos internos de outros países" e que "nunca teve qualquer interesse na eleição americana".

"Os EUA precisam parar com a paranoia, a perseguição e o ato de atirar lama na China para desviar a atenção e evitar a culpa, e passar a contribuir para uma relação bilateral estável entre China e EUA e o bem-estar de ambos os povos", afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Lin Jian. Os comentários chineses foram realizado nesta segunda-feira, 29, durante coletiva de imprensa, em resposta a falas do secretário de Estado dos EUA, Anthony Blinken, alegando que há evidências de influência e possível interferência da China nas eleições americanas. As afirmações de Blinken ocorreram em entrevista à CNN, no último sábado.

Na mesma coletiva, o porta-voz Lin Jian também reiterou críticas ao pacote de ajuda militar para Taiwan, aprovado pelos EUA na semana passada, e voltou a defender relações comerciais com a Rússia e o Irã.

## Comissão do Senado deve apresentar regras para uso de inteligência artificial em maio


(Foto: EBC)

A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) do Senado tem até o dia 23 de maio para finalizar seus trabalhos sobre o projeto de lei que regulamenta o uso da tecnologia no País. O relatório preliminar, apresentado na última quarta-feira, 24 pelo relator Eduardo Gomes (PL-TO), pode sofrer alterações e receber emendas até o próximo dia 9. O texto é um projeto alternativo que agrupa diferentes propostas sobre o tema, em especial a do presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O objetivo da Comissão, criada em 2023 por meio de um requerimento de Pacheco, é estabelecer normas para garantir que as ferramentas de IA sejam seguras e confiáveis, "em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico". Presidida pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG), a equipe realizou uma série de audiências públicas para debater aplicações, benefícios e riscos do uso das tecnologias em diversos setores profissionais e sociais. De acordo com o relator, o documento apresentado busca resguardar os direitos fundamentais sem prejudicar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no País. Segundo Gomes, é importante diferenciar o que é humano do que é artificial para proteger "o jeito criativo brasileiro" e a "integridade da informação". Por isso, o texto trata de direitos autorais, direito à privacidade, estabelece a correção de vieses a fim de evitar discriminação, prevê proteção aos trabalhadores e também o fomento à inovação sustentável.

Após o fim do período de análise pela comissão temporária, o texto será discutido no plenário e, se aprovado, segue para a Câmara dos Deputados, onde pode enfrentar dificuldades para tramitar. Como mostrou o Estadão, na visão do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), o projeto do Senado pode sufocar a capacidade de inovação de desenvolvedores de IA.

## Deputados discutem reformas de Milei, que fez concessões para obter sua primeira lei

A Câmara dos Deputados argentina começou a debater ontem, 29, o novo projeto de reformas econômicas e do Estado do presidente Javier Milei, no qual fez concessões aos setores aliados para evitar o revés sofrido por uma ambiciosa iniciativa anterior. A Câmara discutirá a chamada Lei de Bases e um pacote de reformas tributárias também promovido pelo governo em meio a protestos de organizações sociais e partidos de esquerda, que consideram que ambas as iniciativas prejudicam os trabalhadores e beneficiam empresas e indivíduos de alta renda. O governo acredita que avançará na aprovação daquela que seria a primeira lei do mandato de Milei ao ter entre 135 e 140 votos num total de 257 deputados. O partido no poder, em clara desvantagem numérica, teria o apoio de aliados circunstanciais. "Para Milei é muito importante aprovar a lei porque ele precisa demonstrar que pode governar, e ele precisa deixar gravadas suas intenções de mudança nas leis. Isso está sendo solicitado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), auditor da Argentina", disse Lucas Romero, da Synopsis Consultores.

O analista observou que o líder de La Libertad Avanza "tem esta estranheza de ser um presidente que, depois de assumir o cargo, ainda não conseguiu aprovar uma lei no Congresso", enquanto "todos os presidentes peronistas de 2000 até agora aprovaram as suas primeiras leis em menos de 10 dias e Mauricio Macri (2015-2019), que governou como minoria, levou 28 dias para conseguir um para renegociar a dívida".

A pedido da oposição aberta ao diálogo, o governo concordou em acrescentar aspectos de uma reforma trabalhista que foi incluída num decreto presidencial e suspensa pelo sistema de justiça, mas de uma forma muito mais limitada.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676





# Favelas iniciam conferências para enviar sugestões ao G20

Representantes de favelas de vários países começaram ontem (29) uma série de conferências para discutir problemas e soluções para esses territórios, em preparação para a cúpula do G20, que acontece em novembro, na cidade do Rio de Janeiro. A primeira Conferência Internacional das Favelas-20 está sendo realizada no Complexo da Penha.

Até setembro deste ano, estão previstas conferências em mais de 3 mil favelas das 27 unidades da federação e de outros 40 países, como Moçambique, Congo, Cazaquistão e Bélgica. A ideia é reunir propostas para entregar aos governantes do G20, que reúnem 19 das principais economias do mundo, além da União Europeia e União Africana.

"As favelas contribuem muito para o desenvolvimento do país, com sua mão de obra. E os pensamentos que a favela tem normalmente não são aproveitados pelo poder público, porque a favela não é consultada sobre temas relevantes. E agora, com o G20, é uma oportunidade que a gente tem da favela se organizar, pautar os temas que nos interessam. É a chance que a favela tem de mostrar que tem capacidade de pensar sobre os temas que os governos estão propondo: a sustentabilidade, os direitos humanos, a [redução da] desigualdade", afirma Celso Athayde, cofundador da Central Única das Favelas (Cufa).

# Tarcísio e Caiado participam de ato com Bolsonaro em Ribeirão e não vão à abertura da Agrishow

Os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União), participaram de uma manifestação em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em Ribeirão Preto, domingo, 28, enquanto a Agrishow, principal feira do agronegócio do País, realizava sua cerimônia de abertura com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD).

No ano passado, Fávaro foi "desconvidado" da abertura do evento, porque o ex-presidente também estaria presente, em um sinal da resistência do setor ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A polêmica cresceu e a Secretaria de Comunicação da Presidência chegou a dizer que o Banco do Brasil retiraria o patrocínio ao evento, o que não ocorreu. A abertura foi cancelada.

Bolsonaro, Tarcísio e Caiado irão à feira nesta segunda-feira, 29. A Agrishow adaptou a programação e evitou novos atritos: a cerimônia oficial passou a ser realizada no domingo, com a presença apenas de autoridades, convidados e imprensa, enquanto a abertura do evento ao público em geral continua na segunda-feira. A organização nega que a alteração esteja relacionada com o episódio de 2023 e diz que o novo formato trará "grande ganho para todos com a realização (da abertura) fora do funcionamento normal da feira".

Caiado e Tarcísio são apontados como possíveis sucessores de Bolsonaro na eleição presidencial de 2026. O ex-presidente está inelegível até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Enquanto o goiano não esconde a vontade de concorrer ao cargo, o governador paulista sinaliza que seu desejo é ser reeleito para o Palácio dos Bandeirantes. No início da semana, eles participaram de um painel promovido pela Esfera Brasil que teve ares de debate eleitoral, com os dois apresentando suas visões sobre temas como segurança e contas públicas.

Neste domingo, Bolsonaro realizou uma motociata e foi recebido aos gritos de "mito" quando chegou ao caminhão de som que estava preparado para o seu discurso. Além de Tarcísio e Caiado, o deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) e outros aliados acompanharam o ex-presidente no ato em Ribeirão Preto.

# Teto de casa de show desaba e deixa mais de 40 feridos, em João Pessoa

Das 44 pessoas feridas após a queda do teto de uma casa de show, em João Pessoa, 35 já foram liberadas, segundo boletim médico do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, localizado na capital paraibana, divulgado na manhã de ontem (29). Sete pessoas passaram por procedimentos médicos e seguem em observação e duas, uma de 20 e outra de 42 anos, estão com quadro clínico grave. O acidente aconteceu na noite de domingo (28), durante uma festa chamada a Vibe do Sagaiz, promovida pelo cantor Gustavo Sagaiz, que se apresentava no momento no momento do desabamento. Após a queda da estrutura de madeira e telhas, equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e Corpo de Bombeiro foram acionadas para socorrer as vítimas, levadas para o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa. Por meio de suas redes sociais, Sagaiz disse que a situação só não foi mais grave porque a estrutura de palco escorou parte do teto.

# Governo aumenta público-alvo da vacinação contra HPV

Pacientes com papilomatose respiratória recorrente passaram a integrar os grupos prioritários para a vacinação contra o HPV. A inclusão, de acordo com o Ministério da Saúde, foi motivada por publicações que demonstram os benefícios da vacina como tratamento auxiliar para a doença, indicando redução no número e no espaçamento de recidivas em pacientes imunizados.

A vacina contra o HPV, no caso de pacientes com papilomatose respiratória recorrente, será ofertada mediante apresentação de prescrição médica. Para pacientes menores de 18 anos de idade, é necessário apresentar também um documento com o consentimento dos pais ou de responsáveis.

(Foto: EBC)

*Pacientes com papilomatose respiratória deverão ser imunizadas.*

**Doença -** De acordo com a pasta, a papilomatose respiratória recorrente é uma doença pouco frequente, em geral benigna, mas que pode causar grave comprometimento clínico e psicológico nas pessoas afetadas. O quadro acomete tanto crianças como adultos.

Causada pela infecção pelo próprio HPV, sobretudo pelos tipos 6 e 11, a doença caracteriza-se pela formação de verrugas, geralmente na laringe, mas que podem se estender para outras partes do sistema respiratório.

O tratamento é cirúrgico, para remoção das verrugas das cordas vocais e da laringe. "Mesmo com uso concomitante de medicamentos que podem ser associados ao procedimento, as recorrências são frequentes, sendo necessários repetidos procedimentos cirúrgicos", destacou o ministério.

"Nos quadros de pior evolução em crianças, as recidivas são mais agressivas e o prognóstico é pior. Dessa forma, o tratamento, na maioria das vezes, é extremamente custoso, doloroso e, muitas vezes, ineficaz", diz a pasta.

**Dose única -** Desde fevereiro, a estratégia de vacinação contra o HPV no país passou a ser feita em dose única, substituindo o modelo de duas doses. A proposta, segundo a pasta, é intensificar a proteção contra o câncer de colo do útero e outras complicações associadas ao vírus, inclusive a papilomatose respiratória recorrente.

O esquema dose única contra o HPV foi embasado por estudos de eficácia e segue as recomendações mais recentes feitas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

**Quem pode se vacinar -** A imunização contra o HPV no Brasil, atualmente, é indicada para meninos e meninas de 9 a 14 anos de idade; vítimas de abuso sexual de 15 a 45 anos (homens e mulheres) que não tenham sido imunizadas previamente; pessoas que vivem com HIV; transplantados de órgãos sólidos e de medula óssea; e pacientes oncológicos na faixa etária de 9 a 45 anos.

## Promotora denuncia e pede prisão preventiva de dono do Porsche por homicídio doloso qualificado

O Ministério Público de São Paulo denunciou ontem, 29, o empresário Fernando Sastre de Andrade Filho, de 24 anos, por crimes de homicídio doloso qualificado e lesão corporal gravíssima em razão do acidente que ocorreu no último dia 31, quando o acusado dirigia um Porsche na Avenida Salim Farah Maluf, na zona leste de São Paulo. A acusação é subscrita pela promotora Monique Ratton, que defendeu a prisão preventiva do empresário para evitar que ele influencie testemunhas. A Promotoria diz que o acusado já adotou tal conduta durante as investigações. Os crimes imputados a Sastre têm penas que variam de 12 a 30 anos de reclusão. Segundo a denúncia, Sastre ingeriu álcool em dois estabelecimentos antes de dirigir e "optou por assumir o risco" de um eventual acidente, considerando que a namorada e um casal de amigos tentaram dissuadi-lo de pegar o carro. A acusação aponta que o empresário dirigia a 150 km/h na avenida da zona leste de São Paulo.

# É melhor ter uma reforma tributária em 6 anos do que não fazer, afirma Alckmin

Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que seria ótimo que as mudanças da reforma tributária já fossem implementadas no ano que vem, mas que é melhor que ela seja feita em seis anos do que não ocorrer. "Tudo que é difícil e complexo, o caminho é o gradualismo", disse. "É melhor fazer de maneira gradual do que não fazer."

O ministro disse que é um entusiasta da reforma tributária e destacou que, entre as inovações, ela trará aumento da transparência.

Alckmin afirmou que o sistema atual está lotado de "impostos invisíveis." "Vai aparecer o quanto a carga tributária é alta no Brasil, vai ficar a mostra o quanto é elevada para o nível de desenvolvimento do nosso País", disse.




# Morte do cão Joca: manifestantes protestam em aeroportos do país

Donos de cachorros e ONGs de defesa dos animais realizaram, domingo, 28, protestos simultâneos em vários estados em memória de Joca, cachorro da raça Golden Retriever que morreu na segunda-feira, 22. O cachorro foi enviado por engano pela empresa aérea Gol para um destino diferente de seu tutor e morreu durante o voo.

Em São Paulo, os protestos aconteceram no Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, onde a morte foi registrada, e também no Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo. Os manifestantes de São Paulo relataram que atos semelhantes aconteceram no Rio de Janeiro, Curitiba e Brasília. O cão da raça Golden Retriever morreu na segunda-feira, 22, durante um transporte aéreo realizado pela Gollog, serviço de cargas da companhia aérea Gol. O cachorro Joca tinha 5 anos recém-completados e ia junto com o seu tutor, o engenheiro João Fantazzini, de Guarulhos, São Paulo, para Sinop, em Mato Grosso.

Por uma falha da companhia, o animal foi embarcado no voo errado, com destino a Fortaleza. O cachorro foi então embarcado em um novo voo de retorno a Guarulhos. Após o pouso, sua morte foi constatada.

Em Guarulhos, as ONGs e donos de animais levaram seus pets para protestar contra a falta de segurança nos voos no Brasil para o transporte de animais. Numa das faixas penduradas no terminal doméstico de embarque de Guarulhos, uma faixa exibe a frase "Não somos bagagem, somos o amor de alguém".

A morte de Joca teve grande repercussão nas redes sociais e acendeu o debate para a regulamentação do transporte de pets. As regras para o transporte de animais ficam a cargo de cada companhia aérea, que estabelece restrições com relação ao tamanho do animal e a documentação necessária, e determina também os valores e taxas cobradas.

## Programa que garante tratamento de dependentes químicos presos avança na Câmara

Projeto que institui um programa de tratamento de dependentes químicos no sistema prisional foi aprovado pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados na quarta-feira, 24. A proposta visa garantir o direito à saúde dos presos e combater o tráfico de substâncias ilícitas dentro das cadeias.

A proposta relatada pelo deputado federal Pastor Sargento Isidório (Avante-BA) substitui o projeto de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). O texto original tramitou junto com o da deputada Rose Modesto (União-MS), que prevê a alteração da Lei Antidrogas para incluir o programa criado pelo Estado. Para o relator, esta medida é fundamental para aprimorar a legislação e proporcionar segurança jurídica ao "excluir as dúvidas que possam existir em relação aos direitos daqueles que estão sob a tutela do Estado".

Ainda de acordo com parecer de Isidório, a já existente Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), que integra cada unidade prisional ao Sistema Único de Saúde (SUS), representa um arcabouço jurídico que "obviamente inclui as estratégias de combate à dependência e ao uso de drogas de abuso".

De acordo com o texto apresentado, será dever das instituições penais manter os presos em tratamento separados dos demais apenados até que se livrem da dependência ou abandonem o programa. Ainda, exige condições dignas de trabalho aos profissionais de saúde e a destinação de um ambiente específico para o atendimento dos usuários de drogas, que poderá ser individual, em grupo ou remoto.

A proposta, que para o relator é a maneira mais eficiente de aproveitar os dispositivos já em prática no sistema jurídico e garantir os benefícios à saúde previstos, ainda será analisada pelas comissões de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovada, segue para o Senado.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

# Calendário define áreas em emergência ambiental por incêndio florestal

A cada ano, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima publica um calendário que declara - por períodos - emergência ambiental em estados e regiões mais suscetíveis aos incêndios florestais. A estratégia possibilita o planejamento anual do Programa de Brigadas Federais do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a situação de emergência ambiental acontece quando um desastre natural ou uma falha humana cria uma ameaça ao meio ambiente ou à saúde pública. Nesses casos, é necessária a adoção de medidas para reverter essa condição. Embora as ações sejam de responsabilidade compartilhada entre os entes federados, conforme prevê a Constituição, o Ibama mantém iniciativas preventivas - por meio do Prevfogo - alinhadas aos dados de monitoramento de incêndio e áreas de queimadas no país.

(Foto: EBC)



*Embora as ações sejam de responsabilidade compartilhada entre os entes federados, conforme prevê a Constituição, o Ibama mantém iniciativas preventivas - por meio do Prevfogo - alinhadas aos dados de monitoramento de incêndio e áreas de queimadas no país.*

**Brigadistas -** O risco iminente já justifica a contratação de brigadistas para "atender a necessidade temporária de excepcional interesse público", conforme prevê a Lei 8.745/1993. Para cada período e região, o Ibama, contrata brigadas especializadas em biomas, com agentes indígenas, quilombolas e de comunidades que conheçam o território e possam contribuir de forma efetiva com as ações preventivas. Confira na portaria publicada nesta segunda-feira (29), no Diário Oficial da União, os períodos e regiões que tiveram situação de emergência ambiental declarada no período de fevereiro de 2024 a abril de 2025.

# Socialite bilionária de 88 anos acusa ex-motorista de mantê-la presa em apartamento no Rio

Os vizinhos da socialite Regina Gonçalves, de 88 anos, no Edifício Chopin, endereço luxuoso na Avenida Atlântica, em Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, estranharam a falta de notícias dela desde dezembro.

Segundo os familiares, ela teria sido mantida em cárcere privado pelo seu ex-motorista particular, José Marcos Chaves Ribeiro, de 53 anos, com quem tinha uma união estável. Em janeiro, ela teria conseguido escapar para casa de um irmão. "Eu vivia em cativeiro, sem contato com ninguém", afirmou ao Fantástico de domingo, 28.

Ribeiro não foi encontrado pela reportagem do programa da Globo. Os advogados da defesa também não quiseram se pronunciar. À Justiça, Ribeiro alegou que os dois viveram um relacionamento amoroso e apresentou uma escritura de união estável registrada em 2021. Na época, Marcos estava com 50 anos; Regina tinha 85.

De acordo com o documento, apresentado ao programa, os dois estavam em pleno uso de suas faculdades mentais. Foram apresentados dois atestados psiquiátricos para comprovar a saúde dela. Na escritura consta que a declaração dos dois foi registrada em vídeo.

Ela diz que não se lembra de ter assinado papel algum. A notícia de um romance causou estranhamento na família.

Regina viveu com José Marcos Ribeiro por 14 anos. No dia 2 de janeiro deste ano, ela afirma que conseguiu sair sozinha e foi para casa do único irmão vivo, que também mora em Copacabana. Segundo a socialite, a saída foi uma fuga. "Resolvi fugir para por um final nisso", declarou. A Justiça concedeu a medida protetiva a Regina, e José Marcos tem que ficar no mínimo 250 metros longe da socialite.

O marido declarou à Justiça que Regina só saiu de casa porque teve "um surto decorrente de seu estado frágil e de confusão mental". Mesmo com a medida protetiva, ele conseguiu na Justiça o direito de ser o curador dela, com poderes pra administrar o patrimônio da socialite.

# Saúde alerta para vigilância e imunização contra febre amarela

(Foto: EBC)



*O comunicado ressalta que a doença é facilmente evitável por meio de vacina, disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) para todas as idades.*

Após o registro de dois novos casos de febre amarela na região de divisa entre São Paulo e Minas Gerais, o Ministério da Saúde emitiu um alerta pedindo que estados e municípios comuniquem casos suspeitos da doença com a maior agilidade possível - sobretudo em áreas onde há transmissão ativa do vírus.

Em nota, a pasta destacou que a agilidade é importante para que futuros surtos de febre amarela no país sejam evitados e para que ações de resposta sejam prontamente executadas caso haja necessidade.

O comunicado ressalta que a doença é facilmente evitável por meio de vacina, disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) para todas as idades. A cobertura vacinal contra a febre amarela no Brasil, entretanto, está abaixo do recomendado.

**Casos -** Nos últimos seis meses, quatro casos foram registrados no país - um em Roraima, um no Amazonas e dois em São Paulo. Desse total, três pacientes morreram.

Os dois casos mais recentes foram identificados em um homem de 50 anos, morador da região entre Águas de Lindóia e Monte Sião, que morreu; e em outro, de 28 anos, no município de Serra Grande, que já está curado.

**Áreas endêmicas -** De acordo com o ministério, a febre amarela é classificada como endêmica apenas na região amazônica, mas, de tempos em tempos, o vírus reaparece em outras áreas. A maior parte dos casos ocorre entre dezembro e maio.

"Surtos ocorrem quando o vírus encontra condições favoráveis para a transmissão, como altas temperaturas, baixas coberturas vacinais e alta densidade de vetores e hospedeiros", destacou a pasta.

A partir de 2014, o vírus reemergiu na Região Centro-Oeste e se espalhou, nos anos seguintes, para as demais regiões do país. Entre 2014 e 2023, foram registrados 2.304 casos de febre amarela em humanos e 790 mortes pela doença.

**Recomendações -** Entre as recomendações do ministério estão o alerta para que equipes de vigilância e de imunização intensifiquem as ações nas áreas afetadas, com ampliação para municípios vizinhos; a notificação do adoecimento ou morte de macacos; e a atenção a sintomas de febre leve e moderada em pessoas não vacinadas.

**Vacinação -** A pasta recomenda ainda que seja utilizada a estratégia da busca ativa de pessoas não vacinadas nas regiões de ocorrência de casos.

# Casas Bahia entra com pedido de recuperação extrajudicial para dívida de R$ 4,1 bi

A Casas Bahia entrou com pedido de recuperação extrajudicial para dívidas que somam R$ 4,1 bilhões. O pedido já é pré-acordado com os principais credores, que detém 54,5% dos débitos e, portanto, deve ser aplicado também aos demais credores pulverizados, dentre eles, pessoas físicas. O montante renegociado, que envolve a 6ª, 7ª, 8ª e 9ª séries de debêntures, tinha custo médio de CDI +2,7% e prazo de 22 meses. Agora, o custo está em CDI + 1,2%, em um prazo de 72 meses. Nos cálculos da empresa, o novo perfil da dívida preserva R$ 4,3 bilhões de caixa até 2027, sendo R$ 1,5 bilhão somente em 2024. Como contrapartida, os principais bancos credores ganham o dinheiro de converter 63% dos valores que lhe são devidos em ações da varejista.

O acordo inclui uma carência de 24 meses para pagamentos de juros e 30 meses para pagamento de principal. Assim, antes da renegociação, a empresa desembolsaria, até 2027, R$ 4,8 bilhões. Agora, a empresa terá de arcar, no mesmo prazo, apenas com R$ 500 milhões.

"Todo mundo olhava e via que tínhamos pagamentos de juros todos os anos. Era R$1,5 bilhão esse ano e quase R$ 1 bilhão nos próximos anos. Perguntavam: Vocês conseguem gerar caixa para isso tudo?. Por mais que o plano de reestruturação estivesse indo bem, iria ficar apertado. Iríamos trabalhar para pagar juros, diziam. Desse jeito, não. Ganhamos muita flexibilidade e caixa para eventuais volatilidades e, também, para aproveitar algumas oportunidades de mercado e nos preparamos para a Black Friday, por exemplo", afirmou o CEO da Casas Bahia, Renato Franklin ao Broadcast.

# Marinho fará pronunciamento do Dia do Trabalho e destacará salário e geração de empregos

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, fará um pronunciamento na de domingo, em rede nacional de rádio e televisão por conta do Dia do Trabalho, celebrado em 1º de maio. Na fala, o ministro irá tratar da geração de empregos e da valorização do salário no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O pronunciamento está previsto para as 20h30 (de Brasília). Nesta segunda-feira, 29, Marinho se reuniu com o chefe do Executivo no Palácio do Planalto. No feriado, Lula e o ministro vão participar do ato organizado pelas Centrais Sindicais no estacionamento do estádio do Corinthians, em São Paulo.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, se reuniu no período da manhã com Lula para tratar do feriado de 1º de maio. Em vídeo publicado nas redes sociais, o ministro da articulação política do governo afirmou que o presidente irá anunciar, na data, "recorde de geração de empregos, crescimento econômico, ganho salarial das categorias nas negociações sindicais, redução da pobreza no nosso país e luta por mais direitos dos trabalhadores".

# Relatora do Perse no Senado quer elevar custo do benefício tributário, em revés para Haddad

A relatora no Senado do projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), Daniella Ribeiro (PSD-PB), afirma que vai incluir a correção pela inflação no custo de R$ 15 bilhões do programa até o fim de 2026. A mudança no texto deve aumentar o impacto fiscal dos incentivos tributários, em um revés para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A correção pela inflação estava no parecer da relatora na Câmara, a deputada Renata Abreu (Podemos-SP), mas foi retirada de última hora, pouco antes da votação no plenário da Casa, que ocorreu de forma simbólica na última terça-feira, 23.

Ribeiro também deseja impedir que empresas com liminares favoráveis na Justiça tenham acesso aos benefícios. A ideia é que somente façam parte do programa as companhias incluídas na lista de setores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) prevista na lei e que tenham decisão judicial transitada em julgado, ou seja, definitiva. O texto aprovado na Câmara prevê que 30 atividades tenham acesso ao programa. A Fazenda queria, inicialmente, reduzir a lista de 44 para 7, mas foi vencida. Ontem, 29, Daniella se reunirá com representantes dos setores beneficiados pelo Perse para discutir outros pontos do projeto. A expectativa é que a votação do relatório no Senado ocorra ainda esta semana, em sessão semipresencial. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garantiu que o texto irá diretamente ao plenário, com urgência, sem passar por comissões. Caso as mudanças sejam aprovadas, a proposta retorna para nova análise da Câmara.

(Foto: EBC)




# Nova pista expressa da Marginal Pinheiros tem trânsito liberado

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) liberou na manhã de ontem, 29, um novo traçado pela pista expressa da Marginal Pinheiros, na região da Cidade Jardim, na zona sul de São Paulo. A alteração integra a segunda fase das obras de reconfiguração geométrica do local e, segundo a CET, tem como objetivo melhorar as condições de segurança e de fluidez no trânsito local.

O novo traçado fica na pista expressa no sentido Interlagos, em um trecho com cerca de 800 metros após a Rua Padre José Griecco / Usina Elevatória São Paulo (Traição), e o Parque linear Bruno Covas.

O local tem agora quatro faixas de rolamento e acostamento em linha reta que substituem o antigo trecho em curva.

" Agora, os veículos que circulam pela pista expressa da Marginal Pinheiros, sentido Interlagos, deverão utilizar o novo traçado;

" Os veículos vindos da Marginal Pinheiros, sentido Interlagos, com destino ao Parque linear Bruno Covas e à Usina Elevatória deverão seguir pela faixa da esquerda, que será de uso exclusivo nesta etapa das obras;

" O trecho antigo (em curva) da pista expressa, será fechado para a segunda fase das obras de reconfiguração geométrica. A Engenharia de Tráfego da CET irá monitorar e orientar o trânsito na região, para manter as condições de fluidez e preservar a segurança dos usuários da via.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676





# ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

## Tuchel enaltece Ancelotti e joga favoritismo na semi da Liga dos Campeões para o Real Madrid

Bayern de Munique e Real Madrid iniciam a disputa por um lugar na decisão da Liga dos Campeões neste meio de semana. Em entrevista coletiva concedida ontem, Thomas Tuchel, comandante do time alemão, enalteceu Carlo Ancelotti, treinador da equipe espanhola.

"Ele é uma lenda. Conhece muito sobre a Liga dos Campeões. É um cara humilde e respeitoso. Eu sei que vamos enfrentar um grande time que tem um treinador mais experiente do que eu", afirmou Tuchel.

O primeiro dos dois jogos, válidos pelas semifinais, está marcado para esta terça-feira às 16h (horário de Brasília), em Munique, na Alemanha. Para conseguir levar alguma vantagem visando o confronto de volta, Tuchel sabe que seu time não poderá cometer erros.

"Temos que nos concentrar no nosso modelo de jogo para nos preparar bem. O Real Madrid tem uma grande equipe e está acostumado a enfrentar essas partidas decisivas", afirmou o técnico.

E num time que tem nomes decisivos como os brasileiros Vini Júnior e Rodrygo, Tuchel destacou um atleta que, apesar da pouca idade, já se consolidou na equipe: Jude Bellingham, de 20 anos.

"Ele é fundamental no meio-campo. Um jogador inteligente e perigoso. Nós vamos ter que tentar encontrar soluções para neutralizar os pontos fortes do Real Madrid para tentar vencer o jogo", comentou Tuchel.

## Thiago Silva deixará o Chelsea e já pode assinar pré-contrato com novo clube

O Chelsea anunciou a saída de Thiago Silva ao final da temporada europeia, em junho. O zagueiro de 39 anos ficará livre no mercado e já pode assinar um pré-contrato com outro clube. O Fluminense, clube que o atleta defendeu entre 2006 e 2008, sonha com o retorno do jogador.

"Nem nos meus melhores sonhos eu imaginaria que eu pudesse conseguir grandes coisas e um dos meus maiores títulos profissionais, que foi a Liga dos Campeões e, consequentemente, o Mundial de Clubes. Despedidas são para aqueles que vão e não voltam. E eu pretendo voltar um dia", declarou o brasileiro no vídeo publicado pelo Chelsea nesta segunda-feira.

Thiago Silva chegou ao Chelsea em 2020. Desde então, participou dos títulos da Liga dos Campeões 2020/21, Supercopa da Uefa 2021 e Mundial de Clubes de 2021, edição em que o clube inglês derrotou o Palmeiras na final e o zagueiro foi eleito o melhor jogador do torneio. Na atual temporada, são 39 partidas com a camisa dos Blues. Ao todo, ele participou de 151 jogos.

O brasileiro fez toda a formação nas categorias de base do Fluminense. A estreia no profissional, porém, foi no antigo RS Futebol, de Alvorada (RS). Em seguida, Thiago Silva foi para o Juventude, pelo qual disputou o Brasileirão em 2004.

## Rosamaria quer usar Liga das Nações para seleção 'se fortalecer' na busca por ouro olímpico

Vice-campeã olímpica nos Jogos de Tóquio, Rosamaria está esperançosa por brilhar na seleção brasileira que vai disputar a Liga das Nações de Vôlei antes de tentar subir novamente no pódio olímpico, desta vez em Paris-2024. Livre das lesões, a ponteira comemora a fase de treinos no Centro de Treinamento da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV) em Saquarema e pede calma para o entrosamento da equipe.

"Todo ano aqui parece muito curto, a gente chega do clube com pouco tempo de descanso, já se apresenta e está, de fato, jogando. É aproveitar cada dia aqui, cada momento, para se identificar como time. Todas viemos de escolas diferentes, campeonatos diferentes, então é importante se adequar em quadra para jogarmos com mesma cabeça, mesmo voleibol, mesmo objetivo", enfatizou Rosamaria.

Desde a semana passada já trabalhando com o técnico José Roberto Guimarães no primeiro grupo de convocadas, Rosamaria não esconde a satisfação por poder fazer parte dos trabalhos sem problemas clínicos. Algumas lesões a tiraram dos jogos do Brasil desde 2022, quando rompeu o ligamento do tornozelo esquerdo. "Sei que a gente tem um objetivo muito grande que é o Olimpíada e vem essa Liga das Nações antes para a gente conseguir crescer, testar, ver o que funciona e o que não funciona", ressaltou. "Lógico que dá para ir atrás desse título, mas é um importante momento para a gente como equipe se fortalecer e chegar da melhor maneira possível nos Jogos Olímpicos que já estão aí batendo na porta. Certeza que todo mundo muito está focado para conquistar mais esse objetivo. É viver cada dia e aproveitar a oportunidade para a gente poder crescer, com paciência."

Zé Roberto Guimarães aguarda a chegada da levantadora Roberta, as opostas Kisy e Tainara, as ponteiras Ana Cristina e Pri Daroit, as centrais Carol, Thaisa e Júlia Kudiess e as líberos Natinha e Nyeme, todas figurantes na segunda convocação da seleção brasileira, para começar a dar uma 'cara' na equipe que vai disputar a Liga das Nações de Vôlei.

## Guarani analisa nomes no mercado para substituir o técnico Claudinei Oliveira

O Guarani quer aproveitar a semana livre para escolher com calma quem será o substituto de Claudinei Oliveira na sequência do Campeonato Brasileiro da Série B.

Desde que o treinador foi demitido, no último sábado, membros do Conselho de Administração passaram a mapear o mercado em busca de treinadores que estão disponíveis.

Sem clube desde que deixou o Azuriz-PR no início do mês, Gilson Kleina é um dos nomes cotados. Pesa contra ele, sua ligação com a rival Ponte Preta, onde trabalhou em cinco oportunidades. O treinador de 56 anos passou também por Palmeiras, Bahia, Avaí, Coritiba, Goiás, Chapecoense, Criciúma, Náutico, Brusque e Portuguesa. Outro nome em pauta no Brinco de Ouro da Princesa é o de Eduardo Barroca, demitido do Avaí na última sexta-feira depois da derrota para o Santos, em plena Ressacada. O treinador de 42 anos comandou Botafogo, Atlético-GO, Coritiba, Vitória e Ceará.

Enquanto a diretoria não define o novo treinador, o auxiliar fixo Alexandre Penna comanda os treinamentos durante a semana. O Guarani só joga na próxima segunda-feira, contra o Santos, na Vila Belmiro.

Ainda sem pontuar na Série B, o time de Campinas está na penúltima colocação, à frente do Ituano nos critérios de desempate, na tabela de classificação.

## Bia Haddad avança às quartas de final em Madri e vai ter pela frente a número um do mundo



(Foto: Divulgação)

A brasileira Beatriz Haddad Maia conseguiu um importante resultado ontem ao superar Maria Sakkari em jogo válido pelo WTA 1000 de Madri. Ela venceu o duelo com a rival grega por 2 sets a 0, parciais de 6/4 e 6/4, em 1h49 e avançou às quartas de final do torneio.

Após consolidar sua 11ª vitória em 23 duelos diante de adversárias de nível top 10, ela terá pela frente Iga Swiatek, primeira do ranking. A polonesa confirmou o seu favoritismo diante da espanhola Sara Sorribles ao ganhar 12 games seguidos e fechar o confronto em 2 sets a 0, parciais de 6/1 e 6/0.

Este vai ser o quatro encontro entre as duas. Bia levou a melhor em Toronto (2022), na última vez que foi longe em um torneio nível WTA 1000 (caiu apenas na final). Já Swiatek venceu a brasileira em Roland Garros, no ano passado, e voltou a triunfar em 2024, pela United Cup. O resultado desta segunda, diante de Sakkari, comprova o momento de recuperação de Bia na temporada. Esta foi a quarta vitória consecutiva sobre a tenista grega, que ocupa a sexta colocação na lista da WTA. Além disso, também é a quarta vez que a paulistana atinge a fase de quartas de final de um torneio nível 1000.

Atual número 14 do mundo, Bia repete a performance de Toronto, em 2022, e Doha e Roma, na temporada passada. Com o resultado, assegura ainda 215 pontos e abre uma boa chance de recuperar o 13º lugar no ranking.

No jogo, Sakkari mostrou falta de foco no primeiro set e cometeu muitos erros. Assim, a brasileira aproveitou para obter a primeira quebra ainda no terceiro game. Com ampla superioridade, Bia emplacou um 5 a 2 e só então encontrou resistência por parte da adversária. A rival encostou no marcador, mas acabou perdendo o set por 6/4.

Na segunda parcial, o panorama se manteve com Bia obtendo uma quebra no terceiro game. Sakkari reclamou do piso, não conseguiu manter o ritmo, e voltou a falhar em bolas fáceis. Dona do confronto, Bia não teve dificuldades em confirmar a vitória com um novo 6/4 e garantir a permanência no torneio.

## Timberwolves vencem jogo 4 sobre os Suns e avançam às semifinais dos playoffs da NBA



(Foto: Divulgação)

Liderado por Anthony Edwards, e com uma atuação eficiente, o Minnesota Timberwolves carimbou sua vaga às semifinais da NBA ao fechar a série de playoffs diante do Phoenix Suns por 4 a 0. Na noite deste domingo, o triunfo que determinou a "varrida" sobre o rival foi uma vitória pelo placar de 122 a 116.

O resultado positivo fora de casa e o aproveitamento de 100% renderam ao Minnesota uma vaga antecipada na Conferência Oeste. A equipe aguarda agora o vencedor do confronto entre Denver Nuggets e Los Angeles Lakers.

Apesar da atuação inspirada de Devin Booker, os Suns não resistiram ao maior volume de jogo do rival. Comandados por Anthony Edwards, os visitantes aumentaram o ritmo no final do confronto e emplacaram a quarta vitória em quatro partidas.

Edwards marcou 31 de seus 40 pontos no segundo tempo e contou também com a parceria de Karl-Anthony Towns que, além da mão calibrada (28), ainda pegou dez rebotes. "Eles mudaram a marcação no segundo tempo e vi a estratégia como um desafio. Mostrei a eles nosso potencial", afirmou um animado Edwards.

Pelo lado do Phoenix Suns, o destaque ficou com o ala-armador Devin Booker. Ele foi o cestinha do jogo com 49 pontos e ainda um dos responsáveis pela vitória parcial ao fim do primeiro tempo (61 a 56).

O veterano Kevin Durant, de 35 anos, foi outro expoente da equipe (33 pontos). No entanto, na parte final, ao time da casa não conseguiu manter a intensidade e acabou dando adeus aos playoffs.

Um lance inusitado aconteceu no quarto período da partida. O técnico do Minnesota, Chris Finch, rompeu o tendão patelar do joelho direito após uma colisão com o armador Mike Conley. Ele estava tentando driblar pela lateral quando se chocou com o treinador.

O jogador tentou conter a queda, mas Finch fez uma expressão de dor e imediatamente agarrou o joelho direito. Em seguida, deixou a arena em um carrinho. O departamento médico dos Timberwolves confirmou a natureza da lesão.

Em outro jogo da rodada deste domingo, os Clippers empataram a série em 2 a 2 ao superar o Dallas Mavericks por 116 a 111. Mesmo com o desfalque de Kawhi Leonard, a franquia de Los Angeles chegou a abrir uma boa folga no placar e foi para o intervalo com 66 a 49 a seu favor.

A partir do terceiro quarto, no entanto, o cenário mudou. O Dallas Mavericks impôs um ritmo intenso e buscou a virada no marcador. Kyrie Irving terminou o duelo como cestinha ao anotar 40 pontos. Luka Doncic chegou a um "triple-double" com 29 pontos, dez rebotes e dez assistências.

## John Textor tentou tirar Abel Ferreira do Palmeiras, mas ouviu 'não' do treinador



(Foto: Divulgação)

John Textor confessou ter tentado tirar Abel Ferreira do Palmeiras. O objetivo, porém, não era levar o técnico português para o Botafogo, mas para outro clube administrado pelo empresário. Além da equipe carioca, o norte-americano é dono de parte do Crystal Palace e do Lyon.

"Inúmeras vezes eu elogiei o técnico deles, Abel Ferreira. Eu o adoro como pessoa, tentei 'roubá-lo' silenciosamente antes, mas ele nunca me deu ouvidos. Para empregos em outros lugares, não aqui (no Botafogo)", falou Textor à Botafogo TV.

Textor conversou com o canal do clube carioca sobre a semana dele no Brasil. Ele foi a primeira testemunha ouvida na CPI da Manipulação de Resultados. Também foi divulgado o resultado definitivo do julgamento do empresário no Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), que o suspendeu por 45 dias e aplicou multa de R$ 100 mil pela invasão do campo e xingamentos na vitória palmeirense por 4 a 3 contra o Botafogo no Brasileirão 2023.

Textor também comentou as falas de Leila Pereira contra ele. A presidente do Palmeiras já o chamou de "fanfarrão" e "idiota" pelas acusações de que os campeonatos brasileiros vencidos pelo clube alviverde em 2022 e 2023 foram manipulados.

"Talvez seja o vocabulário, ou a tradução. Mas não estou ofendido. Inúmeras vezes eu deixei claro que ninguém do Palmeiras fez nada de errado. Respeito os jogadores deles. Acho que minha mensagem ao Palmeiras e aos árbitros é que eles são bons o suficiente, não precisam de nenhuma ajuda", começou Textor, antes de acusar Leila de mentir: "Mas ela foge e diz que sou louco, que não produzi nenhuma prova. Ela está mentindo. Ela sabe exatamente o que fiz no STJD. Ela está colocando uma grande pressão sobre eles. Há outros clubes que possam ter sido envolvidos na manipulação de jogos. E seus presidentes responderam de uma maneira diferente", afirmou Textor.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

# 2º CADERNO — CULTURA

## Artery: Exposições de arte urbana com propósito social e ambiental movimentam cerca de 3 milhões de reais

*___ Com mais de 20 grandes exposições realizadas, a empresa se prepara para uma nova edição do Art Of Love com o tema "Amor por SP". Mais de 80 milhões de pessoas já visitaram as exposições da Artery*


(Foto: Divulgação)

A Artery, uma empresa inovadora que lidera projetos de exposições de arte urbana com forte impacto social e ambiental, teve sua inspiração inicial a partir da experiência com duas das maiores exposições do mundo: a CowParade e a Elephant Parade. Reconhecendo o potencial da arte como uma poderosa ferramenta de conscientização, especialmente quando alinhada a causas significativas, a equipe da Artery concebeu a ideia de criar um novo projeto voltado para a proteção da biodiversidade brasileira.

A Jaguar Parade, marco inaugural da Artery, foi concebida com o propósito de preservar a onça-pintada, um símbolo essencial da fauna brasileira. Desde então, a Artery tem liderado iniciativas que combinam arte, cultura e responsabilidade socioambiental, respondendo às crescentes demandas por práticas empresariais sustentáveis. Em sua quinta edição, que acontecerá no Rio de Janeiro nesse ano, a Jaguar Parade já percorreu cidades como São Paulo, Nova York, Belo Horizonte e Florianópolis e, em 2025 ampliará seu alcance internacional com eventos em Miami, Cidade do México e Belém, durante a COP-30.

Ao longo dos anos, a Artery expandiu suas operações e aprimorou suas exposições, incorporando novas ideias e práticas inclusivas. Além disso, estabeleceu parcerias estratégicas com marcas renomadas, como Nike, Dell, Suzano, Isa CTEEP e PremieRpet, que foram apoiadoras fundamentais dos projetos da empresa, compartilhando seus valores e missão. Além da Jaguar Parade, a empresa lançou o Art of Love, um projeto que busca promover a ótica social por meio de corações gigantes como telas para a expressão artística do amor. E lançará em breve o projeto Art for the Ocean, que terá esculturas de animais marinhos pelo Instituto Voz dos Oceanos e uma exposição mais lúdica, em prol do bem-estar dos cachorrinhos e gatinhos, em parceria com o Instituto Caramelo.

Com mais de 20 grandes exposições realizadas, a Artery demonstra um compromisso contínuo com a inovação, a inclusão e o impacto positivo na sociedade. Os sócios-fundadores, Carol Barreto e Giovane Pasa, destacam: "Na Artery, acreditamos no poder da arte como uma ferramenta para promover mudanças positivas na sociedade. Cada projeto foi criado para dar visibilidade a causas. Hoje a Artery é uma grande parceira de ONGs, que se associam aos nossos projetos para fomentar a conscientização sobre determinado tema/causa, pois as exposições engajam mídia, comunidades, artistas e marcas. No final dos eventos, as obras também são leiloadas ou vendidas e o recurso é destinado para organizações que atuam naquela causa".

**Impacto e reconhecimento**

As exposições da Artery têm sido uma fonte de inspiração e engajamento para milhões em todo o mundo. Diretamente, as pessoas são cativadas pela interação com as obras de arte, enquanto indiretamente, a cobertura midiática e as redes sociais amplificam seu alcance. Estima-se que mais de 80 milhões de indivíduos já tenham experimentado suas esculturas ao vivo, e o impacto através da imprensa e das mídias sociais ultrapassa os 400 milhões.

Ao longo do tempo, a Artery teve a honra de contar com a participação de renomados artistas como Kobra, Crânio, Antonio Peticov, Inos Corradin, Mari Mats, Lobo, Pamela Castro e Gabriel Wickbold, entre outros. Seus talentos e contribuições foram fundamentais para enriquecer as exposições e torná-las experiências verdadeiramente memoráveis.

Além de seu alcance global, as exposições têm desempenhado um papel crucial no fortalecimento das comunidades locais. Por meio de parcerias estratégicas com ONGs e leilões das obras, a Artery contribui para projetos de conservação ambiental e desenvolvimento comunitário. Esses eventos não apenas promovem a conscientização, mas também impulsionam a economia local, envolvendo uma ampla gama de profissionais, desde artistas até equipes de produção. Em média, cada evento, como a Jaguar Parade no Rio de Janeiro e o Art of Love em São Paulo, movimenta cerca de 3 milhões de reais, demonstrando não apenas o impacto cultural, mas também econômico, dessas iniciativas.

**Próximos passos**

Com o tema "Amor por SP", a nova edição da exposição Art of Love vai ocupar a capital paulista nos meses de agosto e setembro. Com o objetivo de seguir com o seu propósito de impacto social e humanitário, a Artery se une em uma parceria com a ONG Gerando Falcões, que ficará responsável por destinar a arrecadação do leilão final das obras para iniciativas de impacto social, incluindo os programas Favela 3D, Decolagem, Bazar Gerando Falcões e ASMARA.

O Art of Love São Paulo 2024 é apresentado pelo Ministério da Cultura, por intermédio da Lei de Incentivo à Cultura, e Unimed.

## Teatro Santa Cruz está com programação variada de musicais infantis e peças para adultos

*___ Até o final de maio, está em cartaz peças para toda a família e musicais que vão encantar a criançada*



(Foto: Marketing/Teatro Santa Cruz)

Com uma programação bem diversificada, o Teatro Santa Cruz mais uma vez inova ao lançar peças do universo adulto e infantil, que com certeza vão animar e entreter o público do entorno, visitantes e frequentadores do Shopping Santa Cruz. São sete peças em cartaz até o final de maio, sendo três musicais infantis: "A Pequena Sereia", "Enrolados - As aventuras de Rapunzel e Flynn Rider" e "Alladin & Jasmine" com exibição em dias e horários especiais.

Além dessas, há outras peças para o público infantil, jovem e adulto também, como Filhotes Patrulheiros, O Auto da Compadecida, "Mamãe me acordou" com João The Rocha e Desinfluencers, complementando a programação cultural do teatro. Os horários das peças, assim como os ingressos podem ser visualizados e adquiridos no site do teatro ou na bilheteria, localizada no Piso Cultura.

Conheça um pouco mais sobre as peças e musicais infantis da nova programação abaixo:

**A Pequena Sereia** – em cartaz até dia 25 de maio, todos os sábados às 15h e com classificação livre, o musical conta a história de uma pequena sereia chamada Ariel, apaixonada por um homem mortal, que recorre a uma bruxa para que possa assumir uma forma humana e assim se aproximar de seu amado. Acontece que neste processo acaba renunciando à sua imortalidade e perdendo a capacidade de falar.

Para que o encantamento se tornasse permanente, a Pequena Sereia deveria conquistar o amor de seu escolhido; caso contrário, haveria de se transformar em espuma do mar, algo mais terrível que a própria morte, uma vez que sereias não têm alma, não podendo assim morrer, mas a sereiazinha acaba por falhar no seu propósito. Comovida com a sua situação, as suas irmãs fazem um trato com a bruxa do mar. Em troca de suas belas cabeleiras, a bruxa dá-lhes uma faca, com a qual a pequena sereia deveria matar o seu amado. Desta forma, estaria livre do seu triste fim. Contudo, ela, em nome do amor, abdica da própria existência e desaparece nas águas em forma de espuma do mar e para a surpresa de todos, com a ajuda dos seus amigos do mar, Ariel resgata a sua voz e o feitiço acaba. Ariel e o príncipe casam-se num navio, que é assistido do mar pelo seu pai, Tritão, o rei do mar. Duração: 60 minutos.

**Enrolados - As aventuras de Rapunzel e Flynn Rider** – em exibição até 25 de maio, todos os sábados às 17h e com classificação livre, o musical traz a história do Flynn Ryder, o bandido mais procurado e sedutor de todo o reino, que decide se esconder em uma misteriosa torre durante uma de suas fugas. O que ele não imaginava é que justamente neste esconderijo ele conheceria Rapunzel, uma jovem que mudaria para sempre o seu destino. Duração: 60 minutos.

**Alladin & Jasmine** – em cartaz de 5 a 30 de maio, todos os domingos às 17h e com classificação livre, enaltece uma história que começa quando a princesa Jasmine é ordenada a encontrar um marido por seu pai, o Sultão de Agrabah. Focada em manter a liberdade, ela encontra Aladdin enquanto foge do palácio, apaixonando-se. Porém, quem os acha é Jafar, o vizir do Sultão, que enfeitiça o governante para fazê-lo se casar com a princesa. Duração: 60 minutos.

**Filhotes Patrulheiros** – em cartaz até 26 de maio, todos os domingos às 15h e com classificação livre, a peça trata da história da Galinheta, uma galinha muito atrapalhada, a melhor amiga da prefeita Goodway, que a nomeou como vice-prefeita da Baía Da Aventura. Um certo dia as duas estão a caminho da prefeitura para trabalhar quando a prefeita Goodway percebe que Galinheta desapareceu, A prefeita desesperada convoca Ryder e toda a patrulha para ajudar a encontrar a amiga e assim trazer a paz para a Baía Da Aventura. **Duração:** 60 minutos.

**Serviço – Teatro Santa Cruz**

**Site:** www.teatrosantacruz.com.br

**Instagram:** @teatrosantacruzsp

**Serviço ao Consumidor:** sac@teatrosantacruz.com

**A Pequena Sereia – O Musical**

**Dia e horário:** sábados às 15h

**Período:** até 25 de maio

**Enrolados - As aventuras de Rapunzel e Flynn Rider**

**Dia e horário:** sábados às 17h

**Período:** até 25 de maio

**Alladin & Jasmine**

**Dia e horário:** domingos às 17h

**Período:** 5 a 30 de maio

**Filhotes Patrulheiros**

**Dia e horário:** domingos às 15h

**Período:** até 26 de maio

Venda de ingressos: os ingressos para as peças podem ser comprados antecipadamente pelo site ou pelo portal online da Sympla Bileto e bilheteria do Teatro Santa Cruz.

**Horário de abertura do teatro:** 1 (uma) hora antes dos espetáculos.

**Horário de abertura da bilheteria:** 2 (duas) horas antes dos espetáculos.

**Funcionamento do Teatro Santa Cruz:** terça-feira a sexta-feira das 14h até as 22h e aos sábados das 10h às 23h e domingos das 12h às 21h.

**Local:** Teatro Santa Cruz – Piso Cinema (PC) do Shopping Santa Cruz - Rua Domingos de Morais, nº 2564 - Vila Mariana/ São Paulo – SP.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676





# CULTURA

# Sesc Quitandinha recebe Dos Brasis – Arte e Pensamento Negro

*___ Com abertura dia 3 de maio, mostra reúne obras de 240 artistas negros, de todos os estados do Brasil*

A centralidade do pensamento negro no campo das artes visuais brasileiras, em diferentes tempos e lugares, é uma das principais premissas que guiam o processo curatorial da mostra Dos Brasis – Arte e Pensamento Negro, a mais abrangente exposição dedicada exclusivamente à produção de artistas negros. Depois de passar sete meses em São Paulo, com registro de mais de 130 mil visitantes, a exposição chega ao Rio de Janeiro e será instalada em um dos principais cartões postais da Região Serrana: o Centro Cultural Sesc Quitandinha (CCSQ), em Petrópolis. Com abertura marcada para o dia 3 de maio, a mostra receberá visitantes até 27 de outubro deste ano.

Resultado de um trabalho desenvolvido pelo Sesc em todo o país, a mostra conta com sete núcleos temáticos, reunindo aproximadamente 240 artistas negros, de todos os estados do Brasil, sob curadoria de Igor Simões, em parceria com Lorraine Mendes e Marcelo Campos. Realizada por meio de um trabalho em conjunto de analistas de cultura da Insituição de todo o país, a exposição traz obras em diversas linguagens artísticas como pintura, fotografia, escultura, instalações e videoinstalações, produzidas desde o fim do século XVIII até o século XXI. A lista completa dos artistas participantes está disponível ao final do texto.

"O projeto Dos Brasis lançou um olhar aprofundado sobre a produção artística afro-brasileira e sua presença na construção da história da arte no Brasil. Um trabalho que contou com nossos analistas de cultura em todo o país, em um grande alinhamento nacional. A exposição Dos Brasis – Arte e Pensamento Negro é a culminância desse processo e oferece ao público não só a oportunidade de conhecer a obra de artistas e intelectuais negros, com também de refletir sobre sua participação nos diversos contextos sociais", explica o Diretor-Geral do Departamento Nacional do Sesc, José Carlos Cirilo.

A exposição chega na íntegra ao Centro Cultural Sesc Quitandinha (CCSQ). As 314 obras que estavam em exibição no Sesc Belenzinho (SP) vão ocupar os salões da área monumental do histórico edifício, que em 2024 completa 80 anos. Parte dos trabalhos, alguns inéditos, também serão expostos pela primeira vez na área externa e no lago em frente à unidade. A mostra vai ainda oferecer ao público uma programação paralela com ações em mediação cultural e atividades educativas, além de um programa público composto de debates e palestras com convidados.

Inaugurado em 1944, um ano antes do fim da Segunda Guerra Mundial, o Quitandinha abrigou um dos maiores hotéis-cassino das Américas. Recebeu personalidades brasileiras e hollywoodianas, como Carmen Miranda e Walt Disney. Também foi palco de eventos que marcaram a história, como da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, em 1947, e a 1ª Exposição Nacional de Arte Abstrata, realizada em 1953. Na década de 1960, após a proibição dos jogos no Brasil, o cassino foi fechado e o hotel teve seus apartamentos vendidos, tornando-se um condomínio. Em 2007, a área monumental passou a ser administrada pelo Sesc RJ, que a transformou em um Centro Cultural.

Desde que foi reinaugurado como um Centro Cultural, em abril do ano passado, o Quitandinha vem sendo ocupado por exposições que resgatam a forte identidade afro-brasileira em Petrópolis. A primeira, intitulada "Um oceano para lavar as mãos", com curadoria de Marcelo Campos e Filipe Graciano, apresentou uma revisão da história do Brasil a partir de narrativas não eurocentradas, pensada por curadores e artistas negros, levando o espectador à reflexão sobre a forte memória e produção artística negra na contemporaneidade, no Brasil e no município, e sua relação com o passado imperial. Depois, dos mesmos curadores, recebeu a coletiva "Da Kutanda ao Quitandinha", em que o ponto de partida foi o território onde o edifício está inserido – uma região marcada por quilombos formadores da cidade.

(Foto: Divulgação)



*Waleff Dias. Sem título, da série Até os Filhos do Urubu Nascem Brancos 2019*

"Agora, abrimos as portas para a 'Dos Brasis', que apresenta um recorte extraordinário da arte negra nacional. O Sesc RJ tem um compromisso inegociável com a democratização da cultura e do acesso à informação, sobretudo frente a um histórico de narrativas invisibilizadas ao longo da formação do nosso país. Os Centros Culturais da instituição vêm investindo em curadorias afrocentradas e recortes racializados, viabilizando novas leituras no campo das Artes, das Ciências Sociais e da história da produção artística moderna e contemporânea, tendo como finalidade a valorização da pluralidade da cultura brasileira", declara o presidente do Sistema Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior.

**Pesquisas em todo o Brasil** – A ideia nasceu em 2018. Um projeto de pesquisa, fruto do desejo institucional do Sesc em conhecer, dar visibilidade e promover a produção afro-brasileira. Para sua realização, foram convidados os curadores Hélio Menezes e Igor Simões. Em 2022, o projeto passa a ter a curadoria geral de Simões, com os curadores adjuntos Marcelo Campos e Lorraine Mendes.

Para se chegar a esse expressivo e representativo número de artistas negros, presentes em todo o território nacional, foram abertas duas importantes frentes. Na primeira, foram realizadas pesquisas in loco em todas as regiões do Brasil com a participação do Sesc em cada estado, com o objetivo de trazer a público vozes negras da arte brasileira. Essas ações desdobraram-se em atividades e programas como palestras, leituras de portfólio, exposições, entre outros, com foco local. Vale ressaltar que esse processo teve uma atenção especial para que não se limitasse apenas às capitais do país, englobando também a produção artística da população negra de diversas localidades, como cidades do interior e comunidades quilombolas.

A equipe curatorial pesquisou obras e documentos em ateliês, portfólios e coleções públicas e particulares, para oferecer ao público a oportunidade de conhecer um recorte da história da arte produzida pela população negra do Brasil e entender a centralidade do pensamento negro na arte brasileira.

A segunda frente foi a realização de um programa de residência artística on-line intitulado "Pemba: Residência Preta", que contou com mais de 450 inscrições e selecionou 150 residentes. De maio a agosto de 2022, os integrantes foram orientados por Ariana Nuala (PE), Juliana dos Santos (SP), Rafael Bqueer (PA), Renata Sampaio (RJ) e Yhuri Cruz (RJ). A Residência, que reuniu artistas, educadores e curadores/críticos, contou ainda com uma série de aulas públicas, com a participação de Denise Ferreira da Silva, Kleber Amâncio, Renata Bittencourt, Renata Sampaio, Rosana Paulino e Rosane Borges, disponíveis no canal do Youtube do Sesc Brasil.

"Dos Brasis, enquanto projeto expositivo, não se pretende uma exposição histórica, que tenha como pretensão esgotar o debate a partir da seleção de algumas figuras artísticas, escapando do gesto colonialista de mapear. O que propomos são várias formas de acesso às escritas que nos ponham em jogo, reescrevam e até invalidem nossas premissas, como um coro que não teça apenas na harmonia, mas também no conflito, na discordância e tire de nós a ideia de uniformidade essencializada, muitas vezes evocada para apagar nosso direito à humanidade expressa, também, no direito à contradição", enfatiza o trio de curadores.

## NÚCLEOS

A proposta curatorial rompe com divisões como cronologia, estilo ou linguagem. Para esta exposição de arte preta, não caberá a junção formal, estilística ou estética. Dessa maneira, os espaços expositivos do Sesc Belenzinho contarão com sete núcleos - Romper, Branco Tema, Negro Vida, Amefricanas, Organização Já, Legitima Defesa e Baobá - que têm como referência pensamentos de importantes intelectuais negros da história do Brasil como Beatriz Nascimento, Emanoel Araújo, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzales e Luiz Gama.

"As premissas de narração cronológica, estilística ou quaisquer outros agrupamentos formais das histórias canônicas eurocentradas também não são opção. Em seu lugar, trabalhamos com a ideia de constelações: encontros, aproximações e distanciamentos entre diferentes proposições, que expõem suas particularidades e suas conexões. Sob o rótulo "arte preta" não caberá qualquer mecanismo de junção formal, estilística ou estética", explicam os curadores.

**ROMPER** – Tendo como ponto de partida o pensamento da historiadora e ativista pelos direitos humanos de negros e mulheres brasileira, Beatriz Nascimento, o núcleo reúne artistas que, em suas produções, interrogam narrativas que cristalizaram imagens e leituras históricas feitas de tentativas de exclusão daqueles que formam a maioria deste lugar assimétrico nomeado Brasil. A história da arte nomeada brasileira faz muito mais referência à minoria numérica branca no país do que, de fato, ao Brasil.

"Nossa história da arte, que bem poderia ser chamada de branco-brasileira, funda-se sobre perspectivas de matrizes europeias, dando contornos de regra a iconografias, referências poéticas e teóricas com base no princípio da branquitude que, historicamente, aspira a um ideal de brancura que não encontra morada nem mesmo na pele de seus defensores", argumenta o trio curatorial.

O núcleo estará representado, dentre outros nomes, por artistas como Marcus Deusdedit (MG), Mestre Zimar (MA), Yhuri Cruz (RJ), Wilson Tibério (RS) e Rosana Paulino (SP).

**BRANCO TEMA** - O título deste núcleo remete ao conceito "negro-tema" empregado pelo sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos no seu livro "Patologia Social do Negro Brasileiro (1955), ao criticar a desumanização de pessoas negras nas correntes acadêmicas do século 20. Os trabalhos reunidos neste núcleo, em menor número em relação ao dos outros demais, têm um gesto em comum seguindo os curadores: "inverter a ordem recorrente das imagens do negro-tema por aquelas que versam sobre um Branco-Tema, produzidas a partir do olhar negro. Lado a lado, essas obras interrogam, denunciam e parodiam a posição social privilegiada da branquitude, outrora encarada como neutra".

Este núcleo traz obras de nomes como Daniel Lima (RN), Arthur Timótheo da Costa (RJ) Davi Cavalcante (SE), Debis (MA), Pablo Monteiro (MA), entre outros.

**NEGRO VIDA** – Este segmento também tem no pensamento de Guerreiro Ramos sua centralidade. Para o sociólogo, Negro-Vida é comparável a um rio, ecoando a noção de devir. O negro – como humano que é – é inapreensível em perspectivas unificadoras. Diferente da existência preta nas categorias produzidas por grande parte da intelectualidade branca, a existência de pessoas negras é multiforme, singular, com rotas, escolhas, procedimentos diversos.

O núcleo reúne trabalhos de artistas como Antonio Tarsis (BA), Abdias Nascimento (SP), Rommulo Conceição (BA), Li Vasc (PB), entre outros, incluindo esculturas de distintas escalas na entrada da exposição, que – segundo os curadores – "desafiam qualquer tentativa de unidade que determine as variadas produções dos artistas negros. A arte feita por pessoas pretas no Brasil é tão múltipla quanto a vida desses sujeitos. As escolhas formais, os materiais, os procedimentais não cabem no reducionismo do negro-tema".

**AMEFRICANAS** - Lélia Gonzalez desenvolve a categoria político-cultural de amefricanidade, cunhando o termo Amefricanas, que nomeia este núcleo, além de situar e marcar o longo processo histórico de presença e agência de mulheres negras nas Américas. A autora entende como neurose cultural brasileira a negação da formação plurirracial e pluricultural de nossa sociedade. "É o entendimento de que vivemos em uma cultura branca que permitiu a infiltração, a influência e/ou a assimilação de traços culturais negros e indígenas", analisa o trio curatorial de Dos Brasis.

Assim, Amefricanas reconhece a importância de intelectuais, artistas, escritoras, líderes políticas e religiosas inseridas intimamente nos movimentos culturais e sociais, mas também celebra a vida comum dessas mulheres, que, cotidianamente, performam gestos de resistência e liberdade nas imagens, representações, poéticas e autorias das Amefricanas presentes neste núcleo.

Amefricanas traz obras de artistas como Vera Ifaseyí (RJ), Hariel Revignet (GO), Sy Gomes (CE), Renata Felinto (SP), entre outras.

**ORGANIZAÇÃO JÁ** - As formas da população negra para se organizar e resistir das violências da escravidão e da colonialidade, são a base do pensamento que norteia a proposta do núcleo Organização Já, inspirado também no pensamento de Lélia Gonzales. "As primeiras formações de quilombos na Região Nordeste datam de 1559. No encontro de heranças culturais distintas, Palmares é fundada como nossa primeira república, a ser constantemente rememorada em movimentos de atualização de uma luta conjunta infindável, já que a violência racial – seja física, institucional, seja simbólica – também se atualiza", explicam os curadores.

Os trabalhos expostos neste núcleo de artistas como Miguel Afa (RJ), Emanuely Luz (MA), André Vargas (RJ) e Joyce Nabiça (PA), traduzem lutas, sejam nos centros urbanos e ou campo, histórias de rebeliões e lutas. "Organizados na alegria e na celebração do que somos, mais do que resistir, promovemos, fabulamos e reorientamos, em uma perspectiva negra, modos de viver", comenta o trio curador.

**LEGÍTIMA DEFESA** - "Todo escravo que mata o senhor age em legítima defesa". Essa frase paradigmática dita por Luiz Gama, em 1881, atravessa a memória da população negra no Brasil. "Este núcleo mira o cânone, sublinha a impossível neutralidade do sistema da arte e sua cumplicidade com as situações que estruturam o racismo", afirmam os curadores.

Eles prosseguem argumentando que "pessoas negras foram, por muito tempo, as únicas em empresas, em exposições, na teledramaturgia. Em muitas famílias, ainda somos 'os primeiros a entrar na universidade'. Assim, agir em Legítima Defesa é nos mover diante desses fatos até que possamos nos dispor ao ócio, ao relaxamento".

Paula Duarte (MG), Leandro Machado (RS), Silvana Rodrigues (RS), Gabriel Lopo (MG), entre outros artistas, integram o núcleo Legítima Defesa.

**BAOBÁ** - Baobá é o único núcleo que parte do título de uma obra de arte: a escultura de Emanoel Araújo, um dos mais importantes artistas da história do Brasil. Araújo defendia a ideia de que a arte afro-brasileira é produzida por quem negro for, alterando a perspectiva de que essa vertente seria um tema desenvolvido por brancos.

"Aqui, reverenciamos Emanoel e outros e outras artistas e obras que continuam sendo árvore, ramificando, florescendo, frutificando e fincando raízes. O Baobá do autor é uma escultura de madeira policromada, preta, facetada por arestas em ângulos que mantêm um diálogo com os signos afrodescendentes e com a tradição construtiva da arte brasileira" ressaltam os curadores.

O núcleo reúne peças totêmicas (agrupamento de pessoas, dentro de determinada etnia que se considera de um determinado totem) de cenas rurais a arranha-céus, conectando a tradição dos santeiros de madeira, sob influência cristã e afrorreligiosa, à abstração afro-indígena. "O ferro, a cabaça, os talos do dendezeiro são apresentados por artistas que vivem em cosmodinâmica com seus materiais – artistas que jamais abandonaram o sagrado, em uma relação entre arte e vida mais complexa do que a estabelecida por perspectivas ditas universais", comentam os curadores.

Além de Emanoel Araújo, o núcleo traz obras de nomes como João Cândido (MG), Ana das Carrancas (PE), Madalena Santos Reinbolt (BA), Mônica Ventura (SP) etc.

# CULTURA

## Exposição da Paulista: Arte e Luta nas Ruas de São Paulo



(Foto: Divulgação/ Exposição)

Em sua décima edição, a "Exposição da Paulista", reconhecida como a maior mostra a céu aberto da América Latina, promete transformar a Avenida Paulista num vibrante cenário de expressão artística e reivindicação trabalhista. Organizada pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), a exposição deste ano, intitulada "Trabalho e Luta", presta uma homenagem às inúmeras conquistas dos trabalhadores ao longo da história, trazendo à tona o diálogo entre arte, cultura e luta sindical.

De 28 de abril a 26 de maio, o trecho da ciclovia da Avenida Paulista, entre a Rua Augusta e a Alameda Campinas, será ocupado por 30 painéis, sendo 15 de autoria do artista pernambucano Derlon e outros 15 do paulistano Marcelo Cipis. Essas obras, disponíveis para apreciação 24 horas por dia, sete dias por semana, prometem atrair milhões de visitantes, não só da diversificada população paulistana, mas também de turistas que buscam experienciar a rica diversidade cultural que São Paulo tem a oferecer.

Sob a coordenação do jornalista Fernando Costa Netto, curador geral da série, a "Exposição da Paulista – Trabalho e Luta" não é apenas uma vitrine para a arte contemporânea brasileira, mas também um palco para a discussão e reflexão sobre os direitos trabalhistas e a importância dos sindicatos na defesa destes direitos. Através da arte, os organizadores buscam não apenas celebrar as vitórias já alcançadas, mas também inspirar a continuidade da luta por um mercado de trabalho mais justo e igualitário.

Este evento, sem dúvidas, marca um ponto de encontro essencial para todos aqueles envolvidos na incessante busca por dignidade e reconhecimento no ambiente de trabalho.

**Serviço:**

**Exposição da Paulista – Trabalho e Luta**

**Data** - De 28 de abril a 26 de maio

**Local** - Entre a Rua Augusta e a Alameda Campinas

**Inauguração** - Dia 28 de abril em frente ao Conjunto Nacional

# CIDADES

## SP vê queda de roubos, mas latrocínios crescem no 1º trimestre

(Foto: Felipe Rau/Estadão)




O Estado de São Paulo registrou queda de 14,5% nos roubos no 1º trimestre deste ano, segundo dados divulgados nesta quinta-feira, 25, pela Secretaria da Segurança Pública (SSP). Foram 51.999 casos notificados de janeiro a março - o menor patamar da série histórica para o período -, ante 60.805 no mesmo recorte do ano passado. Homicídios, furtos e estupros também caíram.

Por outro lado, houve aumento de latrocínios, que são os roubos seguidos de morte. Foram 37 vítimas desse tipo de crime no Estado no primeiro trimestre do ano passado. No mesmo período de 2024, foram 46, uma alta de 24,3%.

Na capital paulista, foram 18 vítimas de latrocínio entre janeiro e março, ante sete no mesmo período de 2023. Em nota publicada no site, a Secretaria da Segurança Pública afirmou ter evitado quase 10 mil roubos e furtos somente em março no Estado. Procurada pela reportagem, ainda não se manifestou sobre a alta de latrocínios.

Em um dos casos de latrocínio registrados no começo deste ano, como mostrou o Estadão, um turista holandês de 58 anos morreu após sofrer assalto na região da Rua 25 de Março, no centro de São Paulo, e bater a cabeça.

O caso ocorreu no dia 27 de janeiro. A vítima, identificada como Hessel Hoeskra, chegou a ficar 12 dias internada no Hospital 9 de Julho, também no centro, mas não resistiu aos ferimentos.

Em outro caso, desta vez na Vila Olímpia, zona sul paulistana, uma guarda-civil municipal de Praia Grande, no litoral, foi morta com um tiro na cabeça após assalto no último dia 3 de março. A vítima, Valcleide Queiroz, de 56 anos, estava parada de motocicleta em um semáforo quando foi abordada por dois homens também em uma moto.

Apesar da queda de crimes patrimoniais, um dos principais desafios da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) é melhorar a sensação de insegurança da população, assustada com frequentes relatos de assaltos - incluindo em bairros nobres da capital, como Morumbi e Itaim Bibi - e a onda de ladrões de celulares, que agem sob diversas estratégias, como gangues de bicicletas e as que quebram vidros de carros para levar aparelhos.

Estado de São Paulo

Homicídios (-8,8%): de 752, no primeiro trimestre de 2023, para 686, no mesmo período deste ano

Roubos (-14,5%): de 60,8 mil para 51,9 mil

Furtos (-4,1%): de 143,3 mil para 137,3 mil

Estupros (-6,8%): de 3,6 mil para 3,4 mil

Latrocínios (24,3%): de 37 para 46

Capital paulista

Homicídios (-1,6%): de 124, no primeiro trimestre de 2023, para 122, no mesmo período deste ano

Roubos (-15,5%): de 35,9 mil para 30,3 mil

Furtos (-3,7%): de 61,4 mil para 59 mil

Estupros (-10,6%): de 790 para 706

Latrocínios (157,1%): de 7 para 18

Secretaria fala de queda de crimes patrimoniais e assassinatos

Em nota publicada em seu site oficial, a Secretaria da Segurança Pública afirmou que "o trabalho integrado entre as Polícias Civil e Militar evitou quase 10 mil furtos e roubos em geral durante março no Estado de São Paulo". "O número reforça o compromisso da pasta no combate aos crimes patrimoniais, que em fevereiro registrou o menor índice de roubos da história para o mês", afirmou.

A pasta destacou ainda que a redução nos índices se estende aos roubos de veículos, que caíram 27,6%. Foram 2.599 registros desse tipo de crime em março deste ano, o que representa o segundo menor número de delitos desde 2001 no período. No mesmo mês do ano passado, foram 3.592 casos.

Ainda segundo a secretaria, os homicídios dolosos atingiram a menor marca da história para março. O número oscilou negativamente 6,6% no mês passado, caindo de 243 para 227 registros. "Os estupros tiveram 1.210 casos no mês, 174 a menos em relação ao mesmo mês do ano anterior, queda de 12,6%", acrescentou a pasta.

Procurada para comentar a alta de latrocínios no primeiro trimestre, a pasta da Segurança Pública não retornou até a última atualização desta reportagem.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CIDADES

# Salvador é primeira capital brasileira a obter certificação de Cidades Inteligentes e Sustentáveis

*___ Certificação da capital baiana nas normas ABNT NBR ISO 37120:2021 e 37122:2020, que estabelecem indicadores globais de qualidade de serviços urbanos, qualidade de vida e cidade inteligente, foi apresentada no Connected Smart Cities Regional Nordeste, em 18 de abril, no Centro de Convenções de Salvador*


(Foto: Divulgação)

Salvador se tornou a primeira capital brasileira certificada pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas nos indicadores internacionais de qualidade de serviços urbanos, qualidade de vida e cidade inteligente estabelecidos pelas normas ABNT NBR ISO 37120:2021 e NBR ISO 37122:2020. Ainda, foi a primeira cidade fora de São Paulo a obter a certificação – até o momento, apenas São José dos Campos (SP), Pindamonhangaba (SP) e Jundiaí (SP) haviam conquistado a chancela da entidade sobre seus indicadores oficiais.

Com um plano de longo prazo voltado à governança e à modernização de serviços e infraestruturas, sob o conceito de cidade inteligente (“smart city”), Salvador vem se destacando, nos últimos anos, com projetos como a infovia municipal, que já levou conectividade resiliente para prédios e infraestruturas críticas municipais, o Observatório da Cidade Inteligente, iluminação LED em todos os bairros, videomonitoramento e fiscalização de áreas públicas e grandes eventos, investimentos em ciclomobilidade, veículos elétricos e eletrificação da frota pública, sensoriamento urbano para fins de mitigação de desastres, digitalização do acervo histórico municipal, entre outras iniciativas, cujos resultados e evidências são aferidos pelos indicadores ISO/ABNT e podem ser comparados com cidades de todo o mundo.

A cidade já monitora os indicadores oficiais desde 2020, quando foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologias da Cidade Inteligente (PDTCI), e submeteu, no início de 2024, os resultados e evidências atualizadas à ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Ao todo, foram mais de 130 indicadores aferidos e auditados, em temas que perpassam setores como educação, saúde, mobilidade, energia e iluminação pública, esporte, cultura, economia, entre outros.

“Salvador já havia se destacado em 2020, ao conduzir o primeiro diagnóstico baseado nas normas oficiais ISO/ABNT, quando ainda estavam sendo traduzidas ao português, e agora, sendo a primeira capital brasileira a receber a certificação ABNT”, afirma Vitor Antunes, sócio da SPIn Soluções Públicas Inteligentes, que assessorou o Município no processo de certificação.

A cidade recebeu a certificação nível Ouro da normas ABNT NBR ISO 37120:2021 para Cidades Sustentáveis e nível Bronze para a norma ABNT NBR ISO 37122:2020 para Cidades Inteligentes, se tornando a primeira capital e a primeira cidade fora do estado de São Paulo a se certificar nas normas em questão.

“As boas práticas de Salvador para construção de uma cidade mais inteligente já vinham sendo reconhecidas, mas a certificação ABNT, inédita em uma capital brasileira, mostra em definitivo que estamos no caminho certo, com a tecnologia a serviço do bem-estar, da atratividade do território e da resiliência dos serviços municipais”, destaca Samuel Araújo, Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia.

O processo de certificação dos indicadores ISO/ABNT de Salvador foi conduzido pela SEMIT – Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, com o envolvimento de todas as Secretarias Municipais e a consultoria da SPIn Soluções Públicas Inteligentes, especializada no tema. Salvador monitora seu programa de smart city, seus indicadores e mecanismos de governança por meio da plataforma MySmartCity, desenvolvida pela SPIn em parceria com a Scipopulis.

“As normas internacionais auxiliam os gestores municipais, políticos, pesquisadores, empresários, urbanistas, designers, engenheiros civis e outros profissionais a se concentrarem em questões-chave, pacificadas pela comunidade global, além de pôr em prática políticas mais habitáveis, tolerantes, sustentáveis, resilientes, economicamente atraentes e prósperas para as cidades”, explica Iara Negreiros, sócia da SPIn e doutora em Engenharia e Planejamento Urbanos pela Poli USP.

A certificação de Salvador sob as normas ABNT NBR ISO 37120:2021 e NBR ISO 37122:2020 foi apresentada no Connected Smart Cities Regional Nordeste, em 18 de abril, no Centro de Convenções de Salvador, com a presença do diretor de certificações da ABNT, Antonio Carlos Barros de Oliveira, do Prefeito Bruno Reis e outras autoridades convidadas presentes.

“Elaboramos um Plano Diretor de Tecnologia, com recursos em parceria com o CAF, em que constam 50 objetivos e 75 programas, que prevê ao longo dos próximos anos, investimento superior a 5 bilhões de reais”, comentou o Prefeito Bruno Reis em sua apresentação, onde trouxe os principais investimentos, projetos e iniciativas da cidade de Salvador durante os últimos anos, e que nortearão todo o desenvolvimento inteligente e sustentável da cidade.

# Guia do saneamento: Saiba tudo sobre o panorama dos serviços básicos no Brasil

*___ O material detalha informações essenciais do histórico do saneamento através de oito capítulos*


(Foto: Divulgação)

Com intuito de elaborar um material orientador para a sociedade sobre saneamento básico no Brasil, o Instituto Trata Brasil, em parceria com a GO Associados, produziu o “Guia do Saneamento”, que oferece uma completa análise sobre o histórico de evolução do setor, apresentando os dispositivos legais e os indicadores relevantes para o acompanhamento do tema, além de abordar aspectos operacionais e regulatórios dos serviços.

O cenário nacional mostra que cerca de 32 milhões de brasileiros vivem sem acesso à água potável e mais 90 milhões não têm atendimento de coleta de esgoto, enquanto somente 52,2% do esgoto gerado é tratado - ou seja, são despejados 5.253 piscinas de esgoto sem tratamento todos os dias na natureza. São milhões de brasileiros e brasileiras expostos a condições extremamente precárias de saneamento, algo que reforça a desigualdade social vivida no país.

O acesso pleno aos serviços de saneamento básico tem o potencial de trazer melhorias à qualidade de vidas das pessoas, sobretudo na saúde, com a redução de internações e de custos hospitalares, mas também em avanços na educação, na expansão do turismo, na valorização dos imóveis, na renda do trabalhador, na despoluição dos rios e na preservação dos recursos hídricos, entre muitos outros.

O Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020) estabelece que até 2033, 99% da população deverá ser atendida com serviços de água tratada e ao menos 90% do esgoto deverá ser coletado e tratado. Contudo, para que isso aconteça, o Instituto Trata Brasil acredita que a sociedade civil tem um papel fundamental a cumprir. Diante desse contexto surge o Guia do Saneamento, que tem como intuito munir o leitor com informações fundamentais sobre os serviços básicos.

Uma vez que a sociedade esteja cada vez mais consciente não somente do quadro sanitário do país e das cidades, mas também dos caminhos possíveis para a universalização do saneamento, haverá melhores condições de atuação perante as autoridades públicas e aos formadores de opinião, em busca de um país menos desigual. A sociedade deve e pode reivindicar o direito aos serviços básicos e a participação ativa de cada cidadão é essencial na luta para mudar o cenário precário ainda visto no Brasil.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

# PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

**2º EDITAL - AUDIÊNCIA PÚBLICA – CONCESSÃO DE OBRA PARA REVITALIZAÇÃO, READEQUAÇÃO, EXPANSÃO, MANUTENÇÃO, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DE PAULÍNIA-SP.**

A Prefeitura Municipal de Paulínia, por meio da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Turismo e Eventos (SMECTE), torna público o presente edital, o qual visando ampliar o debate, chamamos esta 2ª Audiência Pública que dispõe sobre realização de Audiência Pública para discutir a concessão de obra para revitalização, readequação, expansão, manutenção, gestão e exploração do Teatro Municipal de Paulínia-SP. A sessão acontece no dia **10 de maio de 2024**, a partir das **18 horas,** no **Paço Municipal**, na sala de imprensa "Auditório Carlos Tontolli", localizado na Avenida Prefeito José Lozano de Araújo, 1551. O principal assunto da pauta é esclarecer todos os aspectos do processo de concessão de obra para revitalização, readequação, expansão, manutenção, gestão e exploração do Teatro Municipal de Paulínia-SP, promovendo-se amplo debate e efetiva participação popular. Informamos que a audiência pública será transmitida ao vivo pela página oficial no YouTube da Prefeitura Municipal de Paulínia, que poderá ser acessada pelo link: https://youtube.com/@PrefeituradePauliniaSP. O e-mail cultura@paulinia.sp.gov.br será disponibilizado para receber as sugestões, questionamentos e dúvidas apenas das pessoas que acompanhem o ato à distância, de forma não presencial. **Os internautas terão até as 17h do dia 17 de maio de 2024 para enviarem os seus questionamentos, sugestões ou dúvidas no mencionado e-mail da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Turismo e Eventos. No e-mail deverá conter o nome completo e o número do CPF do munícipe remetente**. Os documentos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Paulínia, na aba de informações e serviços da Secretaria de Esportes, Cultura, Turismo e Eventos, bem como, compartilhamos abaixo os links contendo o acesso direto a esses documentos: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP:** https://www.paulinia.sp.gov.br/arquivos/estudo_tecnico_preliminar__cc_-_teatro_-_abril_2024_paulinia_26102448.pdf **ESTUDOS DESENVOLVIDOS – ANEXOS ETP:** https://www.paulinia.sp.gov.br/arquivos/anexos_ao_etp_teatro_04-2024_26102541.pdf
**O que:** AUDIÊNCIA PÚBLICA – CONCESSÃO DE OBRA PARA REVITALIZAÇÃO, READEQUAÇÃO, EXPANSÃO, MANUTENÇÃO, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DE PAULÍNIA-SP. **Quando:** Dia 10 de maio de 2024. **Horário:** 18 horas. **Onde:** Sala de Imprensa "Auditório Carlos Tontolli", Avenida Prefeito José Lozano de Araújo, 1551 – Paulínia-SP.

Paulínia – SP, 26 de abril de 2024
**ALEXANDRE FÁVARO CORRÊA**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA, TURISMO E EVENTOS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

**Pregão Eletrônico nº 62/2024**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DE DENTÍSTICA. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 20/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 20/05/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 20/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 29 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

**Pregão Eletrônico nº 63/2024**

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de prevenção, controle e manejo de abelhas, marimbondos e vespas. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 20/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 20/05/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 20/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 29 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

**Pregão Eletrônico nº 64/2024**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CIRURGIA ORTOPÉDICA E OUTROS PROCEDIMENTOS, EM SISTEMA DE CONSIGNAÇÃO PADRONIZADOS PELA TABELA SUS. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 21/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 21/05/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 21/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 29 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

## Soeg Alphaville Veículos S/A

**CNPJ 02.717.846/0001-72**

**Relatório da Administração:** Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da SOEG Alphaville Veículos S.A., em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)**

| **Ativo Circulante** | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 9.238 | 351 |
| Contas a receber | 5 | 7.489 | 6.975 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 13 | 12 |
| Estoques | 6 | 14.477 | 9.045 |
| Impostos a recuperar | 7 | 1.525 | 2.147 |
| Despesas antecipadas | | 22 | 19 |
| Outros ativos | | 68 | 106 |
| **Total do Ativo Circulante** | | **32.832** | **18.655** |
| **Não Circulante** | | | |
| Depósitos e cauções | 8 | 198 | 255 |
| Mútuos com partes relacionadas | 9 | 237 | 537 |
| Fundo de investimentos FIDC | 10 | 11.538 | 8.301 |
| Investimentos | 11 | 263 | 263 |
| Imobilizado | 12 | 1.872 | 1.343 |
| Intangível | 13 | - | 1 |
| **Total do Ativo Não Circulante** | | **14.108** | **10.700** |
| **Total do Ativo** | | **46.940** | **29.355** |

| **Passivo Circulante** | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| Fornecedores | 14 | 9.967 | 3.832 |
| Adiantamentos de clientes | 15 | 429 | 155 |
| Obrigações trabalhistas | 16 | 1.045 | 897 |
| Impostos a recolher | 17 | 165 | 167 |
| Aluguéis a pagar | 18 | 1.044 | 1.344 |
| Outras contas a pagar | 19 | 80 | 8 |
| Dividendos propostos | 20 | 3.264 | - |
| **Total do Passivo Circulante** | | **15.994** | **6.403** |
| **Não Circulante** | | | |
| Dividendos a pagar | | - | 125 |
| Provisões para tributos diferidos | 21 | 2.215 | 2.926 |
| Pis e Cofins diferidos | 22 | 572 | 956 |
| Mútuos com partes relacionadas | 23 | 4.165 | 4.165 |
| Provisões para contingências | 24 | 576 | 777 |
| **Total do Passivo Não Circulante** | | **7.528** | **8.949** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital social | 25 | 8.800 | 8.800 |
| Reserva legal | | 1.167 | 480 |
| Reserva de lucros | | 13.451 | 4.723 |
| **Total do Patrimônio Líquido** | | **23.418** | **14.003** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | **46.940** | **29.355** |

**Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)**

| **Atividades operacionais:** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Resultado antes dos impostos** | **13.761** | **6.190** |
| Ajustes por: | | |
| Depreciação | 350 | 287 |
| Provisão para contingências | (201) | 194 |
| Lucro na venda do imobilizado | (5) | (5) |
| IR e CS diferidos | (711) | (1.015) |
| **Lucro Ajustado** | **13.194** | **5.651** |
| **Variações em ativos operacionais** | | |
| Contas a receber de clientes | (514) | (3.579) |
| Estoques | (5.432) | 3.153 |
| Adiantamento a fornecedores | (1) | (11) |
| Impostos a recuperar | 622 | 445 |
| Despesas antecipadas | (3) | (5) |
| Outras contas a receber | 38 | (60) |
| Depósitos Judiciais | 57 | (182) |
| **Subtotal** | **(5.233)** | **(239)** |
| **Variações em passivos operacionais** | | |
| Fornecedores | 6.135 | (3.375) |
| Adiantamento de cliente | 274 | (168) |
| Salários, encargos e provisões | 148 | 65 |
| Impostos e contribuições | (2) | 14 |
| PIS e COFINS diferidos | (384) | 324 |
| Tributos diferidos | 711 | 1.015 |
| IR e CS pagos | (730) | (699 |
| Outras Contas a pagar | (229) | 76 |
| Dividendos propostos | 3.139 | 125 |
| **Subtotal** | **9.062** | **(2.623)** |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **17.023** | **2.789** |
| **Atividades de investimento** | | |
| Aquisição de ativos | (1.442) | (1.154) |
| Recebimento pela venda do imobilizado e investimento | 570 | 397 |
| Investimentos | (3.237) | (2.107) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos** | **(4.109)** | **(2.864)** |
| **Atividades de financiamento** | | |
| Distribuição de lucros | (4.327) | (1.039) |
| Empréstimo concedido - Empresas ligadas | – | 1.000 |
| Empréstimo concedido - Acionistas | 300 | – |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos** | **(4.027)** | **(39)** |
| **Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **8.887** | **(114)** |
| **Disponibilidades** | | |
| No início do exercício | 351 | 465 |
| No fim do exercício | 9.238 | 351 |
| **Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **8.887** | **(114)** |

**A Diretoria**
**Contador**
**Sérgio Henrique da Silva Macedo**
**CRC 1SP 185.764/O-4**

As Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas completas estão à disposição na sede da companhia. A Diretoria.

| **Demonstrações dos resultados** | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Receitas líquidas** | 26 | **175.693** | **125.353** |
| Custos | 27 | (151.910) | (104.515) |
| **Lucro Bruto** | | **23.783** | **20.838** |
| **Despesas operacionais** | 28 | | |
| Despesas com vendas | | (4.573) | (3.794) |
| Despesas gerais e administrativas | | (14.752) | (13.650) |
| | | **(19.325)** | **(17.444)** |
| **Outras receitas(despesas) operacionais** | 29 | | |
| Alienação de bens | | 4 | 4 |
| Bônus Honda | | 1.541 | 387 |
| Ressarcimento ICMS-ST | | 3.425 | 3.297 |
| | | 4.970 | 3.688 |
| **Resultado operacional** | | **9.428** | **7.082** |
| **Resultado financeiro líquido** | 30 | | |
| Receitas financeiras | | 8.633 | 731 |
| Despesas financeiras | | (4.300) | (1.623) |
| | | 4.333 | (892) |
| **Resultado antes dos impostos** | 31 | **13.761** | **6.190** |
| IR e contribuição social – Correntes | | (730) | (699) |
| IR e contribuição social – Diferidos | | 711 | (1.015) |
| **Lucro Líquido do exercício** | | **13.742** | **4.476** |

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital social | Reserva de Lucros: Reserva legal | Reserva de Lucros: lucros a realizar | acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **5.800** | **256** | **4.510** | **-** | **10.566** |
| Aumento de capital social | 3.000 | - | (3.000) | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 4.476 | 4.476 |
| Constituição da reserva legal | - | 224 | - | (224) | - |
| Distribuição de lucros | | | (1.039) | - | (1.039) |
| Constituição da reserva de lucros | - | - | 4.252 | (4.252) | - |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **8.800** | **480** | **4.723** | **-** | **14.003** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 13.742 | 13.742 |
| Constituição da reserva legal (nota 25.2) | - | 687 | - | (687) | - |
| Distribuição de lucros (nota 25.3) | - | - | (1.063) | (3.264) | (4.327) |
| Constituição da reserva de lucros | - | - | 9.791 | (9.791) | - |
| **Em 31 de dezembro de 2023** | **8.800** | **1.167** | **13.451** | **-** | **23.418** |

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

**Aos Acionistas e Administração da Soeg Alphaville Veículos S/A. Estrada da Aldeinha nº 525, Alphaville, Barueri - SP – CEP 06465-100. Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária **Soeg Alphaville Veículos S/A ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária **Soeg Alphaville Veículos S/A** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente de causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 22 de abril de 2024.
**TATICCA Auditores Independentes S.S**
**CRC 2 SP-03.22.67/O-1**
**Aderbal Alfonso Hoppe – Sócio**
**Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP**

## PAULO PETRIBÚ EMPREENDIMENTOS S.A.

**CNPJ nº 01.568.127/0001-74 - NIRE n.º 35.300.153.561**
**Ata da Assembleia Geral Ordinária**

**1. Data, Hora e Local:** 11/12/2023 às 08h30, por meio do link do aplicativo de videoconferência zoom, disponibilizado pela Paulo Petribú Empreendimentos S.A. ("Companhia"), com sede na Rua Paes Leme, 215, conjuntos nºs. 1208 e 1209, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-150, conforme regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10/06/2020 ("IN DREI 81"). Para todos os fins legais, a presente assembleia será considerada como realizada na sede da Companhia. **2. Convocação:** Dispensada. **3. Presença e Instalação:** Os membros da Mesa (indicados abaixo) atestam a presença de acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, conforme lista de presença consolidada no Anexo I, por meio de acesso ao link do aplicativo de videoconferência zoom, disponibilizado pela Companhia, e por meio de apresentação de Boletim de Voto à Distância, conforme estabelece a IN DREI 81, o que garante a efetiva participação e voto à distância dos acionistas. Os acionistas declararam que o sistema atende aos requisitos estabelecimentos na IN DREI 81, bem como atestam que seus direitos foram preservados. O Livro de Presença dos Acionistas será fisicamente assinado pelos Presidente e Secretário da assembleia geral em nome dos acionistas, nos termos da IN DREI 81. Presentes, ainda, os Srs. Frederico Augusto Cavalcanti de Petribú Vilaça e Eduardo Cavalcanti de Petribú Fraga Rocha, como representantes da administração da Companhia, nos termos do art. 134, §1º da Lei das S.A. **4. Publicações:** Em atendimento ao art. 133 da LSA. o aviso, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram devidamente publicados, foram publicados nos dias 02 a 04 de dezembro de 2023, no Diário de Notícias de São Paulo, na Página 07, bem como na plataforma digital de tal jornal, declarando-se plenamente atendidas as formalidades para instalação da AGO. **5. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Raul Bandeira Fernandes, que foi indicado pelos acionistas titulares da maioria do capital social da Companhia, e secretariados pelo Sr. Rafael Fazio Malta. **6. Ocorrências:** Iniciados os trabalhos, o Sr. Raul Bandeira Fernandes e o Sr. Rafael Fazio Malta registram o recebimento do Boletim de Voto à Distância enviado pela acionista São Francisco Participações Societárias e Empreendimentos S/A e pelo acionista Armando Wanderley da Fonte Neto, o qual é autenticado pela Mesa e arquivado na sede da Companhia. Nos termos da IN DREI 81, uma vez apresentado o Boletim de Voto à Distância, os acionistas São Francisco Participações Societárias e Empreendimentos S/A e Armando Wanderley da Fonte Neto são considerados presentes nesta assembleia, de modo que a sua manifestação de voto será devidamente computada para fins de deliberação sobre as matérias constantes da ordem do dia. **7. Ordem do dia: 1)** Deliberar sobre as contas da Administração, o Relatório Anual da Administração consubstanciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/08/2023; e **2)** Deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia de destinação do resultado do exercício social findo em 31/08/2023. **8. Deliberações:** Instalada a AGO, os acionistas autorizaram a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da LSA., e, dado início à discussão das matérias indicadas na Ordem do Dia, os acionistas, exercendo o seu direito de voto deliberaram o quanto segue: **8.1.** Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes e sem quaisquer ressalvas ou restrições, as contas da Administração, incluindo o Relatório Anual da Administração, consubstanciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/08/2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes da Companhia, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sendo assim ratificadas e convalidadas todas as operações refletidas nas referidas demonstrações financeiras; **8.2**. Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a proposta da Diretoria sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31/08/2023, no montante positivo de R$ 49.159.101,77, o qual será alocado da seguinte forma, conforme proposto na Manifestação da Diretoria e refletido nas Demonstrações Financeiras de 31/08/2023: (a) dispensada a destinação para reserva legal, considerando ter sido atingido o limite de 20% do capital social, nos termos do art. 193 da LSA; (b) R$ 36.869.326,33 serão destinados à conta de reserva de retenção de lucros, nos termos do art. 196 da LSA.; e, (c) R$ 12.289.775,44 para pagamento de dividendos aos acionistas. **9. Encerramento:** Todos os acionistas presentes declararam concordar com a realização da presente Assembleia na forma digital, a utilização do sistema digital disponibilizado pela Companhia, que garante a segurança, confiabilidade e transparência do conclave, bem como concordam expressamente com a gravação na íntegra do conclave, cuja gravação integral ficará arquivada na sede da Companhia, conforme estabelece a IN DREI 81. O Presidente declarou que todos os requisitos para a realização da presente assembleia foram devidamente atendidos, especialmente aqueles previstos na IN DREI 81. O Presidente então colocou a palavra à disposição para quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo prazo necessário a lavratura da presente ata que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelo Presidente e pelo Secretário da mesa, conforme previsto na IN DREI 81. São Paulo, 11/12/2023. **Raul Bandeira Fernandes** - Presidente; **Rafael Fazio Malta** - Secretário. JUCESP n° 142.465/24-0 em 09/04/2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Soeg Osasco Veículos S/A

**CNPJ 15.705.660/0001-45**

**Relatório da Administração:** Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da SOEG Osasco Veículos S/A, em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)**

| **Ativo Circulante** | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 810 | 363 |
| Contas a receber | 5 | 3.045 | 3.154 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 4 | 1 |
| Estoques | 6 | 10.260 | 10.581 |
| Impostos a recuperar | 7 | 1.015 | 1.538 |
| Despesas antecipadas | | 6 | 5 |
| Outros ativos | | 61 | 47 |
| **Total do Ativo Circulante** | | **15.201** | **15.689** |
| **Não circulante** | | | |
| Depósito e cauções | 8 | 76 | 38 |
| Fundo de Investimentos - FIDC | 9 | 9.047 | 6.485 |
| Imobilizado | 10 | 970 | 1.488 |
| | | **10.093** | **8.011** |
| **Total do Ativo** | | **25.294** | **23.700** |

| **Passivo** | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 11 | 6.945 | 6.933 |
| Adiantamentos de clientes | 12 | 538 | 243 |
| Obrigações trabalhistas | 13 | 760 | 620 |
| Impostos a recolher | 14 | 131 | 110 |
| Aluguéis a pagar | 15 | 2.042 | 2.326 |
| Outras contas a pagar | 16 | 42 | 168 |
| Dividendos propostos | 17 | 418 | - |
| **Total do Passivo Circulante** | | **10.876** | **10.400** |
| **Não circulante** | | | |
| Dividendos a pagar | | - | 38 |
| Provisões para tributos diferidos | 18 | 1.535 | 1.505 |
| PIS e COFINS diferidos | 19 | 448 | 501 |
| Mútuos com partes relacionadas | 20 | 3.800 | 4.100 |
| Provisões para contingências | 21 | 844 | 469 |
| Outras contas a pagar | | - | 42 |
| **Total do Passivo Não Circulante** | | **6.627** | **6.655** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital Social | 22 | 5.700 | 5.700 |
| Reserva de Capital | | 196 | 108 |
| Reserva de lucros | | 1.895 | 837 |
| **Total do Patrimônio Líquido** | | **7.791** | **6.645** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | **25.294** | **23.700** |

**Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**

| **Atividades operacionais:** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Resultado do exercício** | **2.259** | **1.017** |
| **Ajustes por:** | | |
| Depreciação | 399 | 396 |
| Contingências | 375 | 429 |
| Lucro na venda do imobilizado | – | (13) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 30 | 86 |
| **Lucro ajustado** | **3.063** | **1.915** |
| **Variações em ativos operacionais** | | |
| Contas a receber de clientes | 109 | (1.017) |
| Estoques | 321 | 217 |
| Adiantamento a fornecedores | (3) | 12 |
| Impostos a recuperar | 523 | 370 |
| Despesas antecipadas | (1) | – |
| Outras contas a receber | (15) | (13) |
| Depósitos judiciais | (38) | (28) |
| **Subtotal** | **896** | **(459)** |
| **Variações em passivos operacionais** | | |
| Fornecedores | 12 | 58 |
| Adiantamento de cliente | 295 | 162 |
| Salários, encargos e provisões | 140 | (14) |
| Impostos e contribuições | 21 | (16) |
| PIS e COFINS diferidos | (53) | 20 |
| Tributos diferidos | (30) | (86) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (470) | (281) |
| Outras contas a pagar | (453) | 1.199 |
| Dividendos propostos | 380 | 38 |
| **Subtotal** | **(158)** | **1.080** |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **3.801** | **2.536** |
| **Atividades de investimento** | | |
| Aquisição de ativos imobilizados | (544) | (955) |
| Recebimento pela venda do imobilizado | 664 | 442 |
| Investimentos | (2.562) | (1.642) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos** | **(2.442)** | **(2.155)** |
| Recebimento/(Pagamento) de empréstimos e financiamentos | – | (497) |
| Obtenção de empréstimo com acionistas | (300) | 300 |
| Distribuição de lucros | (613) | (319) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos** | **(913)** | **(516)** |
| **Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **446** | **(135)** |
| **Disponibilidades** | | |
| No início do exercício | 364 | 499 |
| No fim do exercício | 810 | 364 |
| **Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **446** | **(135)** |

**A Diretoria**
**Contador**
**Sérgio Henrique da Silva Macedo**
**CRC 1SP 185.764/O-4**

As Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas completas estão à disposição na sede da companhia. A Diretoria.

**Demonstrações dos resultados**

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Receitas líquidas** | 23 | **135.346** | **95.233** |
| Custos | 24 | (118.319) | (80.447) |
| **Lucro Bruto** | | **17.027** | **14.786** |
| **Despesas operacionais** | 25 | | |
| Despesas com vendas | | (3.271) | (2.517) |
| Despesas gerais e administrativas | | (10.042) | (10.757) |
| | | **(13.313)** | **(13.274)** |
| **Outras receitas/(despesas) operacionais** | 26 | | |
| Alienação de bens | | - | 13 |
| Bônus Honda | | 981 | 538 |
| | | **981** | **551** |
| **Resultado operacional** | | **4.695** | **2.063** |
| **Resultado financeiro líquido** | 27 | | |
| Receitas financeiras | | 904 | 569 |
| Despesas financeiras | | (3.340) | (1.615) |
| | | **(2.436)** | **(1.046)** |
| **Resultado antes dos impostos** | | **2.259** | **1.017** |
| | 28 | | |
| IR e contribuição social - Corrente | | (470) | (281) |
| IR e contribuição social - Diferido | | (30) | 86 |
| **Lucro Líquido do exercício** | | **1.759** | **822** |

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital social | Reserva de Lucros: Reserva legal | Reserva de Lucros: lucros a realizar | acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **4.800** | **67** | **1.276** | **-** | **6.143** |
| Lucro Líquido do exercício | - | - | - | 821 | 821 |
| Aumento de capital social | 900 | - | (900) | - | - |
| Constituição da reserva legal | - | 41 | - | (41) | - |
| Distribuição de lucros | - | - | (319) | - | (319) |
| Constituição da reserva de lucros | - | - | 780 | (780) | - |
| Absorção do prejuízo pela reserva de lucro | - | - | - | - | - |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **5.700** | **108** | **837** | **-** | **6.645** |
| Lucro Líquido do exercício | - | - | - | 1.759 | 1.759 |
| Constituição da reserva legal (nota 22.2) | - | 88 | - | (88) | - |
| Distribuição de lucros (nota 22.3) | - | - | (195) | (418) | (613) |
| Constituição da reserva de lucros | - | - | 1.253 | (1.253) | - |
| **Em 31 de dezembro de 2023** | **5.700** | **196** | **1.895** | **-** | **7.791** |

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

**Aos acionistas e Administração da Soeg Osasco Veículos S/A. Av. Prefeito Doutor Hirant Sanazar, 625, Osasco – SP - CEP 06.030-095. Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária **Soeg Osasco Veículos S/A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ***Soeg Osasco Veículos S/A***. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente de causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. •Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. •Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. •Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. •Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 22 de abril de 2024.
**TATICCA Auditores Independentes S.S**
**CRC 2 SP-03.22.67/O-1**
**Aderbal Alfonso Hoppe – Sócio**
**Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP**

## PAULO PETRIBÚ EMPREENDIMENTOS S.A.

**CNPJ nº 01.568.127/0001-74 - NIRE nº 35.300.153.561**
**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de Dezembro de 2023.**

**1. Data, hora e local:** Aos 06/12/2023, às 10h, na sede da Companhia, localizada na Rua Paes Leme, nº 215, Conjuntos nºs 1208 e 1209, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-150, reunião realizada sob a forma digital através da plataforma "zoom", link: https://us06web.zoom.us/j/81376113312, na forma da IN nº 81 do DREI. **2. Presença:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Gustavo Cavalcanti de Petribú Fraga Rocha, João Carlos Cavalcanti de Petribú Vilaça, Paula de Petribú da Fonte, Paulo Pessoa Cavalcanti de Petribú Neto e Raul Bandeira Fernandes. **3. Convocação:** Realizada através do envio de e-mail aos Conselheiros. Presente a totalidade dos Conselheiros, declarou o Sr. Presidente terem sido observadas as demais exigências legais à formalização do presente ato. **4. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Raul Bandeira Fernandes, em atendimento ao previsto no § 1º do Artigo 10 do Estatuto Social, que convidou o Sr. Gustavo Cavalcanti de Petribú Fraga Rocha, também Conselheiro da Companhia, para secretariá-lo. **5. Ordem do dia: (i)** Prestação de contas dos Diretores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/08/2023, através do relatório da administração consubstanciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, e demonstrações financeiras acompanhadas do parecer dos auditores independentes; e, **(ii)** Proposta da Diretoria sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/08/2023 e sua submissão à apreciação da AGO. **6. Deliberações:** Após discussões do assunto da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram o quanto segue: **(i)** Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o Art. 130, § 1º da Lei 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("LSA."); **(ii)** Aprovar, por unanimidade dos votos, a prestação de contas dos Diretores através do Relatório Anual da Administração, que integra a presente ata como Anexo I na forma das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/08/2023 e a submissão dos referidos documentos à apreciação da AGO da Companhia, nos termos da legislação aplicável; e, **(iii)** Aprovar, por unanimidade dos votos, a proposta de destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/08/2023, no montante positivo de R$ 49.159.101,77, o qual será alocado da seguinte forma, conforme proposto na Manifestação da Diretoria e refletido nas Demonstrações Financeiras de 31/08/2023: **(a)** dispensada a destinação para reserva legal, considerando ter sido atingido o limite de 20% do capital social, nos termos do art. 193 da LSA; **(b)** R$ 36.869.326,33 serão destinados à conta de reserva de retenção de lucros, nos termos do art. 196 da LSA.; e, **(c)** R$ 12.289.775,44 para pagamento de dividendos aos acionistas, e a submissão de tal proposta à apreciação da AGO da Companhia, nos termos da legislação aplicável. **(iv)** Encerram o presente ato por inexistir qualquer outro assunto do interesse do Conselho de Administração da Companhia a ser posto em deliberação. **7. Encerramento:** Oferecida a palavra aos presentes, ninguém mais se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão foi lida e aprovada por todos e assinada. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo/SP, 06/12/2023. JUCESP n° 142.464/24-7 em 09/04/2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## PACIFIC HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 20.300.461/0001-97 - NIRE Nº 35.300.465.628
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os acionistas da Companhia para comparecer em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede social da Companhia, situada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Alameda dos Nhambiquaras, nº 1.500, 6º andar, conjunto 64, Indianópolis, CEP 04090-003, em 13 de maio de 2024, às 13:50 horas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: *Matéria de Assembleia Geral Ordinária* I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e II - destituição e eleição da nova diretoria. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Pedro Paulo Corino da Fonseca** - Diretor

## Cantu Store S.A.

CNPJ/ME N° 41.096.674/0001-19 - NIRE N° 3530056576-2
**Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de março de 2024**

Dia 20/03/2024, às 14:00hs, por videoconferência. **Presença**: Presentes os membros do Conselho de Administração: (i) Glauco Guimarães Ferreira; (ii) Claudia da Rosa Cortes de Lacerda; (iii) Humberto Gabriel Cantu; (iv) Ronaldo da Cunha Bueno Neto; (v) Eduardo Rogatto Luque; e (vi) Julio Andrés Babecki Campuzano. **Mesa**: Presidente: Glauco Guimarães Ferreira, Secretária: Cláudia da Rosa Cortes de Lacerda. **Deliberações unânimes: (I)** Em consideração ao impedimento TEMPORÁRIO da conselheira de administração FARAH DEEBA KHAN, passaporte americano nº 520748027, nomeiar **Francisco Javier Molto Martinez**, RNE G 342671 T como conselheiro de administração em substituição interina à conselheira FARAH DEEBA KHAN; **(II) a)** Aprovar a eleição de **Salvador Ochagavia Balbonti,** RUT nº 17.089.709-9, como membro efetivo do Comitê de Auditoria, pelo prazo de 2 anos; **b)** Aprovar a destituição de GLAUCO GUIMARÃES FERREIRA, CPF/MF 274.533.358-50, do cargo de membro efetivo do Comitê de Auditoria. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. A íntegra da presente Ata e seus anexos estão registrados na JUCESP sob o nº 154.362/24-4 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

**REABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/24 –** Registro de Preços para eventual fornecimento de dietas, fórmulas, módulos e suplementos alimentares, com a finalidade de atender às Ordens Judiciais e aos pacientes cadastrados através do Serviço Social e do Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.** Despacho da Diretoria de Compras e Licitações informando a recontagem de prazos para a sessão do pregão epigrafado, previamente marcada para 30.04.24 às 9 horas, tendo em vista a necessidade de readequação do edital e anexos. **CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **9 horas do dia 02/05/24 até às 9 horas do dia 17/05/24.** Abertura de Propostas Iniciais**: 17/05/24 às 09h05min.** O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobbmnet.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8376 ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

# NK 031 Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia de Capital Fechado - CNPJ 30.613.290/0001-00

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2023

**Mensagem da Administração**

Em 24 de junho de 2022, e conforme aprovado na AGOE de 23 de maio de 22, a Holding NK 031 incorporou integralmente a RT099, que era sua controlada, para simplificar a estrutura societária do Grupo. A configuração do Grupo após estas alterações, passou a se apresentar conforme abaixo:

NK 031 Holding
100% voiter
100% letsbank
100% voiter cereais
100% voiter energia

Ainda durante o ano de 2022, a Holding NK 031 passou por mais um passo em seu processo de restruturação societária, quando aprovou o grupamento das ações ordinárias e das ações preferenciais classe A, na razão de 39.001. Como consequência desse processo, o Roberto de Rezende Barbosa se tornou o único acionista da Holding NK 031. Em 28 de junho de 2023, foi aprovada por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a cisão parcial da Holding NK 031, com a transferência da parcela cindida para a JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Diante disso, o Voiter e o Lestbank passaram a ter acionistas controladores diferentes. A alteração de controle para o Letsbank, homologada pelo Banco Central do Brasil, apresenta a estrutura abaixo:

ROBERTO DE REZENDE BARBOSA
NK 031 Empreendimentos e Participações S.A.
JK 031 Empreendimentos e Participações S.A.
Banco Voiter S.A. (61.024.352/0001-71)
Banco Letsbank S.A. (58.497.702/0001-02)

Em 17 de outubro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no montante total de R$443.000, com a capitalização de crédito decorrente de adiantamento para futuro aumento de capital realizado nesse valor pelo acionista controlador da Companhia ("AFAC"), mediante a emissão de 807.380.920 novas ações, sendo 779.572.336 ações ordinárias e 27.808.584 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Ao longo de 2023, as empresas investidas reforçaram seus investimentos em pessoas e tecnologia, organizando seus times e revisando seus processos, com o objetivo de aumentar o nível de eficiência operacional e permitir, assim, um crescimento sustentável nos próximos anos. Em agosto de 2023, a NK 031, o Banco Voiter e o Grupo Qual assinaram dois acordos: um de Investimento e outro de Originação, que objetivavam a formação de uma parceria estratégica entre o conglomerado Voiter e o Grupo Qual, em que o Grupo Qual passaria a deter o controle acionário do conglomerado, após o cumprimento de algumas condições precedentes. Mais tarde no mesmo ano, em outubro de 2023, houve o distrato destes acordos que encerravam a parceria estratégica e comercial entre NK 031, sua controlada, Banco Voiter S.A. e o Grupo Qual. Em 22 de dezembro de 2023, o Banco Master S.A. e o acionista da NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ("NK031"), única acionista do Banco Voiter S.A., assinaram um acordo para a venda da totalidade das ações da NK 031 para o Banco Master S.A. **Desempenho Financeiro:** Em 31 de dezembro de 2023, a **Holding NK 031** apresentou Ativos Totais no montante de R$417,7 milhões (R$426,5 milhões ao final de 2022) e Patrimônio Líquido no valor de R$417,6 milhões (R$ 462,2 milhões ao final de 2022). Ao longo de 2023, apresentou prejuízo no montante de R$55,4 milhões (R$136,0 milhões em 2022), resultado da equivalência patrimonial das empresas investidas. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não realizou e não está contratada para a prestação de outros serviços à **Holding NK 031** e suas controladas e coligadas que não sejam aqueles relacionados à auditoria externa. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria Executiva da **Holding NK 031** declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, aqui divulgadas, e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes. **Agradecimentos:** Agradecemos a confiança e o apoio de nossos acionistas, funcionários, clientes e parceiros de negócios por acreditarem em nosso projeto e participarem conosco de sua implantação.

São Paulo, 29 de abril de 2024

**A Diretoria**

**NK 031 Empreendimentos e Participações S.A.**

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

| Ativos | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Disponibilidade** | 4 | 2 | 10 |
| **Instrumentos financeiros** | | 70 | 200 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 70 | 200 |
| **Ativos fiscais** | 6 | 1.394 | 1.274 |
| A compensar | | 1.394 | 1.274 |
| **Investimentos** | 7 | 416.188 | 454.228 |
| **Total dos ativos** | | 417.654 | 455.712 |

| Passivos | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Passivos fiscais** | 6 | – | 12 |
| Correntes | | – | 12 |
| **Outros passivos** | 8 | 39 | 302 |
| **Patrimônio líquido** | 12 | 417.615 | 455.398 |
| Capital | 12(a) | 765.201 | 771.843 |
| Reservas de capital | 12(a)(v) | 50.000 | 50.000 |
| Prejuízos acumulados | | (401.186) | (366.445) |
| Outros resultados abrangentes | | 3.600 | – |
| **Total dos passivos e patrimônio líquido** | | 417.654 | 455.712 |

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em milhares de reais

| | Nota | Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Receitas da Intermediação Financeira** | | 24 | 247 |
| Resultado com títulos e valores mobiliários | 5 | 24 | 247 |
| **Outras receitas/(despesas) operacionais** | | (55.382) | (136.615) |
| Despesas administrativas | 13 | (221) | (306) |
| Despesas tributárias | 13 | (8) | (17) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | (55.215) | (136.292) |
| Outras receitas operacionais | 13 | 138 | 128 |
| Outras despesas operacionais | 13 | (76) | (472) |
| **Resultado operacional** | | (55.358) | (136.712) |
| **Resultado antes dos tributos** | | (55.358) | (136.712) |
| **Impostos sobre a renda** | 9 | – | (12) |
| **Prejuízo do exercício** | | (55.358) | (136.724) |
| **Prejuízo do exercício por ação** | | | |
| Ações ordinárias (R$/UN) | | (2,14862) | (15,88690) |
| Ações preferenciais (R$/UN) | | (2,14862) | (15,88690) |

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais

| | Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Prejuízo do exercício** | (55.358) | (136.724) |
| **Outros resultados abrangentes** | 869 | 841 |
| **Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos dos efeitos tributários** | 869 | 841 |
| Títulos e valores mobiliários (disponíveis para venda) de controladas (Nota 7a) | 869 | 841 |
| **Resultado abrangente total** | (54.489) | (136.724) |

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais

| | Nota | Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Prejuízo ajustado** | | (67) | 37 |
| Prejuízo do exercício | | (55.358) | (136.724) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | 55.215 | 136.291 |
| Despesa /(Reversão) em provisões | 13 | 76 | 470 |
| **Variação de ativos e passivos** | | (341) | (370.710) |
| (Aumento)/redução de TVM | | 130 | 556 |
| (Aumento)/redução em ativos fiscais | | (120) | 380 |
| (Redução)/aumento de passivos fiscais | | (12) | (940) |
| (Redução)/aumento de outros passivos | | (339) | (370.706) |
| **Atividades operacionais - caixa líquido (aplicado)/proveniente** | | (408) | (370.673) |
| Incorporação de controlada | | – | 52.674 |
| **Atividades de financiamentos - caixa líquido (aplicado)** | | – | 52.674 |
| Aumento de capital | | 51.400 | 443.000 |
| Aumento de capital em controlada | | (51.000) | (125.000) |
| **Atividades de investimentos - caixa líquido proveniente** | | 400 | 318.000 |
| **Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa** | | (8) | 1 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício (Nota 5) | | 10 | 9 |
| Caixa e equivalentes no final do exercício (Nota 5) | | 2 | 10 |
| **Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa** | | (8) | 1 |

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

| | Nota | Capital | Reserva de Capital | Outros resultados abrangentes | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2021** | | 328.843 | 50.000 | – | (229.721) | 149.122 |
| Redução de capital | 12(a)(iii) | | | – | | – |
| Aumento de capital | 12(a)(iii) | 443.000 | – | – | – | 443.000 |
| Prejuízo do exercício | | | – | – | (136.724) | (136.724) |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | | 771.843 | 50.000 | – | (366.445) | 455.398 |
| **Mutações do exercício** | | 443.000 | – | – | (136.724) | 306.276 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | | 771.843 | 50.000 | – | (366.445) | 455.398 |
| Aumento de capital | 12(a)(iii) | 51.400 | – | – | – | 51.400 |
| Redução de capital | 1(c) | (58.042) | – | – | 23.348 | (34.694) |
| Ajustes de avaliação patrimonial de controladas | 7;7(a) | – | – | 3.600 | (2.731) | 869 |
| Prejuízo do exercício | | – | – | – | (55.358) | (55.358) |
| **Em 31 de dezembro de 2023** | | 765.201 | 50.000 | 3.600 | (401.186) | 417.615 |
| **Mutações do exercício** | | (6.642) | – | 3.600 | (34.741) | (37.783) |

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em milhares de reais

**1. Contexto operacional:** A NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ("Instituição", "companhia", "Holding", "Holding NK 031") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, 50 - 4° andar - São Paulo/SP, Brasil. A Instituição tem por objeto social a participação societária em instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições não financeiras, tendo atualmente participação de 100% do Banco Voiter S.A. ("Voiter", "Banco Voiter") e 100% do Banco Lestbank S.A. ("Letsbank", "Banco Letsbank"). As demonstrações financeiras da NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2024. **(a) Eventos Societários:** Em janeiro de 2022, a Holding NK 031 constituiu a sociedade LB Holdings Ltda., com a finalidade de realizar uma reorganização societária do Banco Letsbank contendo um patrimônio líquido de R$ 100,00 (cem reais). Em 13 de maio de 2022, ocorreu a incorporação da empresa RT 099 Empreendimentos e Participações Ltda., pela Holding NK 031. Em 28/06/2023, ocorreu a cisão parcial da Holding NK 031, com versão de parcela de seu patrimônio pela JK 031 Empreendimentos e Participações Ltda. ("JK 031"). **(b) Incorporação de Controlada:** Em 13 de maio de 2022, em assembleia geral extraordinária, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação da empresa RT 099 Empreendimentos e Participações S.A. pela controladora a Holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Os ativos e passivos estão descritos no Laudo de Avaliação do patrimônio líquido contábil, com data-base de 31 de dezembro de 2021, que foi realizado por uma empresa de avaliação externa e independente, finalizado no dia 13 de maio de 2022. O objetivo da Incorporação integra o projeto de reorganização societária das Partes, o qual visa melhorar a organização das suas atividades, diminuição de custos operacionais e financeiros e simplificação da estrutura societária.

Abaixo descrevemos os ativos e passivos incorporados:

| | RT 099 |
|---|---|
| **Ativo** | 2021 |
| **Circulante** | 51.462 |
| **Disponibilidades** | 45 |
| **Aplicações interfinanceiras de liquidez** | 51.248 |
| **Ativos fiscais** | 170 |
| Impostos a compensar | 170 |
| **Total do ativo** | 51.462 |
| **Passivo e patrimônio líquido** | 2021 |
| **Circulante** | 180 |
| **Passivos fiscais** | 180 |
| **Patrimônio líquido** | 51.282 |
| Capital | 133.689 |
| Prejuízos acumulados | (82.407) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | 51.462 |

**(c) Cisão de Controlada:** Em 28 de junho de 2023, em assembleia geral extraordinária, foi aprovado o protocolo de cisão parcial e justificação para a cisão parcial da empresa NK 031 Empreendimentos e Participações S.A.. Os ativos e passivos cindidos estão descritos no Laudo de Avaliação do patrimônio líquido contábil, com data-base de 31 de maio de 2023, que foi realizado por uma empresa de avaliação externa e independente, finalizado no dia 28 de junho de 2023. A Cisão Parcial faz parte do processo de reestruturação societária da NK 031, cujo objetivo é a segregação do patrimônio social NK 031, visando a possibilidade de preservação e administração de seus ativos de forma independente. Como resultado da cisão descrevemos os seguintes impactos:(i) o acervo líquido a ser cindido, correspondente ao valor de R$34.693, conforme Laudo de Avaliação Contábil, será vertido à JK 031 Empreendimento e participações e (ii) ocorrerá a redução do capital social da NK 031, sem modificação do número de ações.

Abaixo descrevemos os ativos e passivos cindidos:

| Ativos | Saldo antes Ajuste para Cisão | Débito | Crédito | Saldo após Cisão |
|---|---|---|---|---|
| **Disponibilidade** | 2 | – | – | 2 |
| **Instrumentos financeiros** | 157 | – | – | 157 |
| Títulos e valores mobiliários | 157 | – | – | 157 |
| **Ativos fiscais** | 1.314 | – | – | 1.314 |
| A compensar | 1.314 | – | – | 1.314 |
| **Outros ativos** | 21 | – | – | 21 |
| **Investimentos** | 467.995 | – [(1)] | (34.693) | 433.302 |
| **Total dos ativos** | 469.490 | – | (34.693) | 434.797 |

| Passivos | Saldo antes Ajuste para Cisão | Débito | Crédito | Saldo após Ajuste para Cisão |
|---|---|---|---|---|
| **Outros passivos** | 19.000 | | – | 19.000 |
| **Patrimônio líquido** | 450.489 | | – | 415.796 |
| Capital | 794.243 [(1)] | (58.042) | – | 736.201 |
| Reservas de capital | 50.000 | – | – | 50.000 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 2.436 | – | – | 2.436 |
| Prejuízos acumulados | (396.190) | – [(1)] | 23.349 | (372.842) |
| **Total dos passivos e patrimônio líquido** | 469.489 | (58.042) | 23.349 | 434.796 |

(1) Referente ao saldo da parcela cindida registrado na rubrica de investimento atribuído ao Banco Letsbank S.A. no montante de R$34.693. Foi cindido via redução de capital segregado em capital social no montante de R$58.042 e prejuízos acumulados oriundos resultados de equivalência patrimonial da controlada no montante de R$23.349.

**2. Apresentação das Demonstrações financeiras: (a) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Instituição são de responsabilidade da Administração e, em virtude da atuação exclusiva como holding de instituições financeiras, suas demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Destaca-se que, a partir de 1 de janeiro de 2021, estão vigentes as alterações normativas decorrentes da Resolução CMN nº 4.720/19 e Resolução BCB nº 2/20. Estes normativos dispõem sobre procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, alterando substancialmente a forma de apresentação destas, com intuito de promover maior similaridade com a forma de apresentação das demonstrações financeiras, segundo as normas internacionais de contabilidade, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS). **(b) Julgamentos e estimativas críticas:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração exerceu o melhor julgamento e utilizou estimativas para calcular os valores reconhecidos de acordo com as políticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Novas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil e CMN**: Conversão de Taxas:** Resolução CMN nº 4.924/2021, em conjunto com a Resolução BCB nº 120/21, estabelecem a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Banco Central do Brasil (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. A Holding não aderiu a essa prática. **Plano de Contas (Cosif):** A Resolução BCB n° 92/21, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Instrumentos Financeiros:** Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. O plano de ação adotado pelas controladas da NK 031 encontra-se divulgado suas respectivas demonstrações financeiras. **Arrendamentos:** Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 - R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Esta Resolução entrará em vigor em 01/01/2025. Abaixo, estão descritas as principais estimativas utilizadas nesta demonstração: **(i) Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial foi derivado de preços cotados em mercado ativo ou determinados utilizando-se modelos matemáticos para precificação, quando aplicável. **3. Descrição das políticas contábeis materiais das demonstrações financeiras: (a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Holding opera. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto (exceto posição financiada) e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(c) Instrumentos financeiros:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os instrumentos financeiros integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Conforme determina a Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de sua data de vencimento. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração, na data de início do contrato, considerando sua finalidade. **(d) Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais e perda por *impairment*, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambial. **(e) Investimentos:** Referem-se à participação em sociedades controladas no País, que é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. **(f) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "ativos fiscais", no ativo, e/ou "passivos fiscais e previdenciários", no passivo. Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%. **(g) Ativos e passivos contingentes:** Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. • Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. **(h) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **(i) Método de cálculo e divulgação do resultado por ação:** Na divulgação do resultado líquido por ação, deve-se observar o Pronunciamento CPC 41 - Resultado por Ação, inclusive no que se refere à evidenciação em notas explicativas, desconsiderando o Apêndice A2, bem como as menções de reconhecimento de algumas ações preferenciais como passivos. Além disso, os demais pronunciamentos citados no CPC 41, enquanto não recepcionados pelo BACEN ou CMN não podem ser aplicados. Segundo o CPC 41, o resultado por ação (básico) é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Instituição (ação ordinária) pela média ponderada da quantidade de ações em circulação, enquanto a prática anterior dividia o lucro ou prejuízo do final do período pela quantidade de ações em circulação no final do período. **(j) Apresentação da demonstração do resultado abrangente:** A demonstração do resultado abrangente engloba o resultado do período e os outros resultados abrangentes do período, separados em itens que serão ou não reclassificados para o resultado em períodos posteriores. Outros resultados abrangentes são itens de receitas e despesas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. **(k) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes:** A Resolução BACEN nº 2/20, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do período aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Não houve resultados não recorrentes nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

| **4. Caixa e equivalentes de caixa** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Disponibilidades | 2 | 10 |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | 2 | 10 |

**5. Títulos e valores mobiliários**

| | 31/12/2023 Valor de custo | Valor de mercado | Até 90 dias | Resultado |
|---|---|---|---|---|
| **Títulos para negociação** | 70 | 70 | 70 | 24 |
| Certificado de Depósito Bancário - CDB | 70 | 70 | 70 | 24 |
| **Total de TVM - 31/12/2023** | 70 | 70 | 70 | 24 |
| **Total de TVM - 31/12/2022** | 200 | 200 | 200 | 247 |

**6. Ativos fiscais e passivos fiscais:** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos fiscais registrados no balanço era oriundo de antecipação de imposto de renda de pessoa jurídica no montante de R$1.394 (R$1.274 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2022, os valores contabilizados em passivos fiscais no montante de R$12 eram referentes a impostos e contribuições a recolher.

**7. Investimentos: (a) Investimento em controladas:** O quadro abaixo apresenta o investimento e as principais informações das controladas:

| Empresas | Capital Social | Patrimônio Líquido Ajustado | Resultado | Participação % 2023 | Investimentos 2023 | Investimentos 2022 | Resultado de Equivalência 2023 | Resultado de Equivalência 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Banco Voiter S.A. | 1.522.173 | 416.188 | (32.413) | 100% | 416.188 | 437.733 | (32.413) | (71.613) |
| Ajustes aval patrim (Banco Voiter) | – | – | – | – | – | – | – | 841 |
| RT 099 Empr. e Part. Ltda. | – | – | – | – | – | – | – | 1.392 |
| Banco Letsbank S.A. | – | – | (22.802) | – | – | 16.495 | (22.802) | (66.911) |
| | | | | | 416.188 | 454.227 | (55.215) | (136.291) |

**(i) Banco Voiter:** Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Voiter S.A. detinha títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, registrados no patrimônio líquido no montante de R$869 líquido de imposto (R$841 em 31 de dezembro de 2022). Esse efeito não transita no resultado, todavia é uma receita que devemos considerar para efeito de equivalência na Holding NK031. Em 02 de agosto de 2023, a holding realizou um aporte de capital do valor de R$10.000, aprovado pelo Conselho de Administração nessa mesma data homologado pelo Banco Central em 10 de agosto de 2023, com isso, houve a emissão privada de 8.196.721 ações ordinárias. Assim, o capital social do Banco Voiter S.A. passou a ser composto por 362.990.779 ações (350.053.185 ações ordinárias e 12.937.594 ações preferenciais). O Banco Voiter tem registrado no seu balanço créditos tributários no montante de R$ 386.981 (R$360.271 em 31 de dezembro de 2022). Em 28 de março de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, o estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários com base nos cenários atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e a realização de ativos. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou ainda quando os prejuízos fiscais e bases negativas forem compensados. As premissas do estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, elaborado nos termos da Resolução CMN nº 4.842 foram revistas devido a importantes alterações no cenário econômico, com impactos relevantes no segmento de atuação do Voiter, incluindo os eventuais eventos futuros descritos na nota 23 (a) - Reorganização Societária. **(ii) Banco Letsbank:** Em 31 de março de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R$14.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 1.883.920 novas ações ordinárias pelo acionista NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 05 de abril de 2023. Em 28 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R$8.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 1.436.023 novas ações ordinárias pelo acionista NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 11 de maio de 2023. Em 26 de maio de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R$7.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 1.662.449 novas ações ordinárias pelo acionista NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 06 de junho de 2023. Em 22 de junho de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R$12.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 3.653.704 novas ações ordinárias pelo acionista NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 26 de junho de 2023. Em 28 de junho de 2023, a NK 031 cindiu a participação societária da sua controlada Banco Letsbank S.A. para a JK 031 Empreendimento e Participações S.A. (Nota 1(c)). **(iii) RT 099 Empreendimentos e Participações:** Em 13 de maio de 2022, foi incorporada na Holding a empresa RT 099 Empreendimentos e Participações Ltda. Conforme mencionado na nota explicativa 1(b).

**(b) Movimentação do saldo de investimento:**

| | Banco Voiter 2023 | Banco Voiter 2022 | Banco Letsbank 2023 | Banco Letsbank 2022 | RT 099 2023 | RT 099 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo inicial** | 437.732 | 383.504 | 16.495 | 83.406 | – | 51.282 |
| Aumento de capital | 10.000 | 125.000 | 41.000 | – | – | – |
| Cisão JK 031 (Nota 1a) | – | – | (34.693) | – | – | – |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 869 | 841 | – | – | – | – |
| Incorporação (Nota 1b) | – | – | – | – | – | (52.674) |
| Equivalência Patrimonial | (32.413) | (71.613) | (22.802) | (66.911) | – | 1.392 |
| **Saldo final em 31/12/2023** | 416.188 | 437.732 | – | 16.495 | – | – |

| **8. Outros passivos:** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Impostos e contribuições a recolher | – | 2 |
| Pagamentos a efetuar | 39 | – |
| Adiantamento para Aumento de Capital [(1)] | – | 300 |
| | 39 | 302 |

(1) No decorrer de 2022, foram realizados adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFAC) no montante de R$75.300, com a principal finalidade de aporte de capital para suas empresas controladas. O saldo de AFAC em 2022, totalizou o montante de R$443.300. Em 17 de outubro de 2022, o saldo de R$443.000 foi integralizado ao capital social da NK031 conforme descrito na Nota 12(a)(iv).

**9. Imposto de renda e contribuição social: (a) Demonstração do cálculo:**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Resultado antes dos impostos e após JCP e PLR** | (55.358) | (136.712) |
| Efeito das diferenças permanentes | – | 470 |
| Participações em controladas e coligadas | 55.215 | 136.291 |
| **Base fiscal antes do aproveitamento de base negativa - CSLL** | (143) | 49 |
| Base fiscal antes do aproveitamento de prejuízo fiscal - IRPJ | (143) | 49 |
| Compensação de base negativa de CSLL (30% da base) | – | – |
| Compensação de base negativa de IRPJ (30% da base) | – | – |
| **Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal - CSLL** | (143) | 49 |
| **Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal - IRPJ** | (143) | 49 |
| **Impostos correntes** | – | (12) |
| CSLL | – | (4) |
| IRPJ e IRPJ adicional | – | (8) |
| **Imposto de renda e contribuição social do período** | – | (12) |

**10. Provisões para contingências:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam processos trabalhistas, cíveis e fiscais. **11. Ativos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam ativos contingentes. **12. Patrimônio líquido: (a) Capital social: (i) Capital subscrito e integralizado:** O capital social é de R$ 765.201 (R$ 771.843 em 31 de dezembro de 2022) e encontra-se totalmente subscrito e integralizado, sendo representado integralmente por 26.890 ações ordinárias (23.959 ações ordinárias e 804 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2022), todas sem valor nominal. **(ii) Grupamento de ações:** Em 19 de dezembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o grupamento de ações ordinárias e ações preferenciais de classe A e classe B e canceladas as ações em tesouraria que compõem o capital social da NK031, na proporção de 39.001 ações ordinárias e das ações preferencias classe A e B então existentes para formar 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe. Após o grupamento das ações, o capital social da companhia está representado por 23.959 ações, sendo 23.155 ações ordinárias e 804 ações preferenciais, foram cancelas 145 ações em tesouraria. Anterior ao grupamento, o capital social estava representado por 934.424.959 ações, sendo 903.068.155 ações ordinárias e 31.356.804 ações preferenciais. **(iii) Cisão parcial:** Em 27 de junho de 2023, ocorreu a cisão parcial da Holding NK 031, com acervo líquido a ser cindido de seu patrimônio para JK 031 Empreendimentos e Participações Ltda., resultando em uma redução de capital no valor de R$34.693 (Nota 1(c)). **(iv) Aumento de capital:** Em 13 de maio de 2022, ocorreu a incorporação da empresa RT 099 Empreendimentos e Participações Ltda., pela Holding NK 031. Em 17 de outubro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no montante total de R$443.000, com a capitalização de crédito decorrente de adiantamento para futuro aumento de capital realizado nesse valor pelo acionista controlador da Companhia ("AFAC"), mediante a emissão de 807.380.920 novas ações, sendo 779.572.336 ações ordinárias e 27.808.584 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 28 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no montante total de R$22.400, mediante a emissão de 1.178 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi integralizado por meio de conversão de créditos (AFAC) detidos pelo acionista controlador da Companhia, conforme contratos celebrados em 12 de dezembro de 2022, 09 de março de 2023 3 28 de abril de 2023, no valor total de R$22.400. Em 29 de junho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no montante total de R$19.000, mediante a emissão de 1.149 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Esse aumento de capital foi integralizado por meio de conversão de créditos (AFAC) detidos pelo acionista controlador da Companhia, conforme contratos celebrados em 22 de junho de 2023, no valor total de R$12.000 e 26 de maio de 2023, no valor total de R$7.000. Em 02 de agosto de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no montante total de R$10.000, realizado pela JK 2B Holding Ltda., mediante a emissão de 604 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **(v) Reserva de Capital:** Essa reserva foi criada para o pagamento das ações preferenciais resgatáveis dos acionistas da Holding, que optaram por assim converter suas ações nas condições informadas no Fato Relevante divulgado pelo Banco Indusval S.A. em 10 de novembro de 2020, disponível em seu website de Relações com Investidores (www.ri.voiter.com). **(b) Reservas de lucros:** De acordo com o Estatuto Social da Instituição, o lucro líquido anual poderá ser destinado a 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até que este alcance 20% do capital social. **(c) Dividendos e remuneração do capital próprio:** O Estatuto Social da Instituição prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram provisionados dividendos.

| **13. Detalhamento das contas de resultado:** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Despesas administrativas** | (221) | (306) |
| Despesas com grupamento de Ações | – | (79) |
| Despesas de publicações | (45) | (70) |
| Despesas de serviços de terceiros | (136) | (114) |
| Despesas de serviços técnicos especializados | (40) | (43) |
| **Despesas tributárias** | (8) | (17) |
| Tributos Federais | (8) | (17) |
| **Outras despesas operacionais** | (76) | (472) |
| Despesa c/ provisão de Ações Preferenciais Resgatáveis | (76) | (470) |
| Outros | – | (2) |
| **Outras receitas operacionais** | 138 | 128 |
| Atualização monetária | 138 | 128 |
| | (167) | (667) |

| **14. Prejuízo por ação** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Prejuízo atribuível** | (55.358) | (136.724) |
| **Quantidade média de ações em circulação** | | |
| Ações ordinárias | 25.429 | 8.309 |
| Ações preferenciais | 335 | 297 |
| **Quantidade média em circulação** | 25.764 | 8.606 |
| Prejuízo atribuível para ações ordinárias | (54.638) | (132.009) |
| Prejuízo atribuível para ações preferenciais | (720) | (4.715) |
| **Prejuízo por ação básico - Reais** | | |
| Ações ordinárias | (2,14862) | (15,88690) |
| Ações preferenciais | (2,14862) | (15,88690) |

**15. Partes relacionadas: (a) Empresas controladas:** As transações entre controladora e empresas controladas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade e estão representadas por:

| Vínculo com a Instituição | Objeto e caracterísitcas do contrato | 2023 Ativo (passivo) | 2023 Receita (despesa) | 2022 Ativo (passivo) | 2022 Receita (despesa) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresas Controladas - Banco Voiter** | Disponibilidades | 2 | – | 10 | – |
| | Certificado de Depósito Bancário: 117% do CDI no vcto. | 70 | 24 | 200 | 247 |

**(b) Remuneração de pessoas-chave da administração:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Holding não possui despesa com seu pessoal-chave da Administração. **16. Demonstração do Resultado Recorrente e Não Recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve resultado classificado como não recorrente. **17. Eventos subsequentes: (a) Reorganização Societária:** Em 22 de dezembro de 2023 o Banco Master celebrou contrato para aquisição de 100% da NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Voiter S.A. A aquisição foi protocolada no Banco Central do Brasil ("BACEN ") e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 29 de janeiro de 2024, sendo aprovado pelo CADE em definitivo em 14 de março de 2024. A transação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 05 de abril de 2024.

**A Diretoria**

**Contadora - Renata Leme Borges dos Santos -** CRC SP 241045/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e na Nota 3 "Descrição das políticas contábeis materiais das demonstrações financeiras" às referidas demonstrações financeiras. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Base de elaboração das demonstrações financeiras:** Chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e Nota 3 - "Descrição das políticas contábeis materiais das demonstrações financeiras", que descrevem a base contábil de elaboração dessas demonstrações financeiras, em virtude da atuação principal da Instituição como controladora de instituição financeira. Consequentemente, estas demonstrações financeiras e o nosso relatório foram elaborados, exclusivamente, para atendimento desse requisito específico e, dessa forma, podem não ser adequados para outros fins. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Créditos tributários diferidos:** Conforme descrito na nota explicativa 7(a)(i), em 31 de dezembro de 2023 os créditos tributários registrados no ativo do Banco Voiter S.A., empresa controlada pela Instituição, totalizam R$ 387 milhões e estão reconhecidos com base em estudo de realização que considera a projeção de resultados futuros tributáveis, que, por sua vez, considera o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e a realização de ativos. Este estudo de realização dos créditos tributários foi revisado pela administração do Banco Voiter S.A. com base no cenário atual e futuro e aprovado pelo Conselho de Administração. A realização destes créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto. **Reorganização societária:** Conforme descrito na nota explicativa 17(a), foi protocolada a aquisição da Instituição, incluindo sua controlada direta e controladas indiretas, pelo Banco Master S.A. em 29 de janeiro de 2024. A transação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 5 de abril de 2024. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e na Nota 3 - "Descrição das políticas contábeis materiais das demonstrações financeiras" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024

pwc

**PricewaterhouseCoopers**
**Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP000160/O-5

**Maria José De Mula Cury**
Contadora - CRC 1SP192785/O-4



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



# Allianz Global Corporate & Specialty do Brasil Participações Ltda.

CNPJ nº 14.600.620/0001-76

## Relatório da Administração

A Allianz Global Corporate & Specialty do Brasil Participações Ltda. ("AGCS Participações"), cujo objeto social exclusivo é participar do capital de outras sociedades que sejam reguladas e autorizadas a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), no cumprimento das prescrições legais, apresenta as demonstrações financeiras da AGCS Participações referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e parecer dos Auditores Independentes. A AGCS Participações tem como único investimento (99,99%) a Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. ("AGCS Re" ou "Resseguradora" ou "Controlada"). A AGCS Re oferece soluções especializadas de gestão de risco para a América Latina para os setores de Transportes, Marítimo, Riscos Especiais (Petróleo), Riscos Financeiros, Riscos Patrimoniais, Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Riscos Diversos (Entretenimento). **Conjuntura Econômica:** Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar do processo de desaceleração da economia ocorrido no segundo semestre de 2023, o crescimento do PIB brasileiro em 2023 foi de 2,9%. Grande parte desse desempenho é explicado pela supersafra agrícola que assegurou um forte desempenho do setor agropecuário no ano (+15,1%). Adicionalmente, a ampliação dos pacotes de benefícios promovida pelo novo governo federal permitiu a elevação dos rendimentos das famílias e consequente elevação do consumo e incremento do setor de serviços. Por outro lado, a indústria de transformação apresentou quadro de estagnação, indicando desafios no setor pela retomada dos investimentos. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE (IPCA - IBGE) registrou inflação acumulada em 2023 de 4,62%. O IPCA acumulado de 12 meses do período anterior (2022) foi de 5,79%. Esse de trajetória de desinflação durante o ano de 2023 levou o Banco Central do Brasil (BC) a iniciar o processo de queda gradual da taxa Selic a partir de da segunda metade do ano. A taxa foi reduzida de 13,75% em agosto de 2023 para 10,75% durante a mais recente reunião do Comitê de Política Econômica (Copom) em 21 de março de 2024. A Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulgou em seu relatório Síntese Mensal de Dezembro de 2023 que a arrecadação do setor supervisionado no acumulado de 2023 foi de R$388,03 bilhões, representando um crescimento de 9% em relação ao ano anterior. **Desempenho da Controlada:** Dentre desse contexto, a Controlada apresentou um crescimento de 6% dos negócios em 2023. O volume de prêmios emitidos líquidos de comissão cedente atingiu o montante de R$1.203 milhões (R$1.130 milhões em 31/12/2022), impulsionados principalmente pelo crescimento nas linhas de negócios patrimoniais, linhas financeiras e seguro rural. Os prêmios ganhos atingiram R$1.277 milhões em 31 de dezembro de 2023, 31,7% acima dos R$969 milhões de prêmios ganhos em 31 de dezembro de 2022. Os ramos que mais contribuíram para esse crescimento foram Automóvel, Riscos Patrimoniais, Transporte e Riscos Financeiros. Os sinistros ocorridos em 2023 foram de R$1.033 milhões (R$737 milhões em 2022), o que elevou a sinistralidade bruta em 5%p para 80,9% (76,0% em 2022). Apesar da deterioração da sinistralidade bruta durante o ano, todos os demais índices de performance melhoraram, contribuindo para a redução do índice combinado da Resseguradora em 6,3%p para 97,4% (103,6% em 2022). A Resseguradora registrou despesas com retrocessão no período de R$61 milhões (despesa de R$ 134 milhões em 2022), enquanto as despesas administrativas totalizaram R$92 milhões em 2023 (R$75 milhões em 2022). Essa redução no Índice Combinado da Resseguradora, somado à melhoria do resultado financeiro em 57,6% em 2023 (R$72 milhões comparados a R$46 milhões em 2022), levou a AGCS Re Brasil registrar um Lucro Líquido de R$56 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$821 mil em 2022). O crescimento dos negócios alcançado em 2023, aliado ao resultado líquido da Resseguradora no período, comprovam a eficácia da estratégia de contínuo crescimento na região latino-americana baseada na disciplina e excelência técnica na subscrição de riscos, foco na lucratividade e sustentabilidade das linhas de negócios e política de diversificação de portfólio. A Controlada mantém forte liquidez financeira através de um portfólio de investimentos de baixo risco de crédito. A carteira de investimentos da Resseguradora atingiu R$1.302 milhões (R$1.089 milhões em 31/12/2022), um crescimento de 19,6% em relação ao ano anterior. Adicionalmente, a Resseguradora apresentou índice de solvência de 158% em 31 de dezembro de 2023 (154% em 31/12/2022). Em 31 de dezembro de 2023, a AGCS Participações registrou resultado lucro líquido positivo de R$ 56.116 mil (lucro líquido de R$ 834 mil em 2022), impactado substancialmente pelo resultado da Controlada no período (lucro líquido de R$56 milhões em 31 de dezembro de 2023). A Administração da Controlada, por ocasião das suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, propôs o pagamento de dividendos no valor de R$ 35.000 mil para a AGCS Participações, em conformidade com o estatuto social da Resseguradora. Subsequentemente, a Administração da Allianz Global Corporate & Specialty do Brasil Participações Ltda. propôs o pagamento de dividendos no montante de R$ 35.000 mil para sua Controladora Allianz Risk Transfer AG, em conformidade com o estatuto social da AGCS Participações. Para 2024, a Administração da Allianz Participações e sua Controlada manterá o foco nas prioridades estratégicas baseadas na excelência técnica, diversificação de portfólio e crescimento para consolidar-se como uma grande resseguradora no mercado brasileiro e em demais países da América Latina. Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos agradecimentos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor, pelo apoio e orientações recebidas.

São Paulo, 30 de abril de 2024.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| **Ativo circulante** | | 36.133 | 1.026 | 1.923.834 | 2.049.383 |
| **Disponível** | | 160 | 57 | 5.838 | 7.483 |
| Caixa e Bancos | | 160 | 57 | 5.838 | 7.483 |
| **Investimentos - Caixas e Equivalentes de Caixa** | | | | - | |
| **Aplicações Financeiras** | Nota 6 | 903 | 903 | 381.889 | 570.185 |
| **Créditos das Operações com Seguros e Resseguros** | | - | - | 427.776 | 517.666 |
| Operações com Seguradoras | | - | - | 380.276 | 435.239 |
| Prêmios a receber | Nota 7a | - | - | 361.099 | 416.152 |
| Salvados | Nota 8 a | - | - | 19.177 | 19.087 |
| Operações com Resseguradoras | | - | - | 47.500 | 82.427 |
| Prêmios a Receber | Nota 7a | - | - | 3.228 | 1.291 |
| Sinistros Pagos | Nota 7b | - | - | 44.272 | 81.136 |
| **Ativos de Resseguros e Retrocessão - Provisões Técnicas** | Nota 11c | - | - | 1.063.768 | 873.532 |
| **Titulos Créditos a Receber** | | 35.069 | 66 | 26.860 | 62.774 |
| Títulos a Receber | | - | - | 3.549 | 2.834 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | Nota 9 | 68 | 66 | 21.417 | 37.417 |
| Outros Créditos | Nota 10 | 35.000 | - | 1.893 | 22.523 |
| **Custo de Aquisição Diferidos** | Nota 12 | - | - | 17.703 | 17.743 |
| Resseguros | | | | 17.703 | 17.743 |
| **Ativo Não circulante** | | 262.007 | 219.444 | 954.550 | 580.563 |
| **Realizável a longo prazo** | | 262.007 | 219.444 | 952.646 | 578.336 |
| **Aplicações Financeiras** | Nota 6 | - | - | 921.255 | 519.814 |
| **Créditos das Operações com Seguros** | Nota 7a | - | - | 6.444 | 6.974 |
| **Ativos de Resseguros e Retrocessão - Provisões Técnicas** | Nota 11c | - | - | 7.039 | 14.086 |
| **Títulos e Créditos a Receber** | | - | - | 14.390 | 33.896 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | Nota 9 | - | - | 11.439 | 28.765 |
| Outros Valores e Bens | Nota 13 | - | - | 2.951 | 5.131 |
| **Custos de aquisição diferidos** | Nota 12 | - | - | 3.518 | 3.566 |
| Resseguros | | - | - | 3.518 | 3.566 |
| **Investimentos** | Nota 5 | 262.007 | 219.444 | - | - |
| Participações Societárias | | 262.007 | 219.444 | - | - |
| **Imobilizado** | | - | - | 1.721 | 2.228 |
| Bens móveis | | - | - | 1.721 | 2.228 |
| **Intangível** | | - | - | 183 | - |
| Outros intangíveis | | - | - | 183 | - |
| **Total do Ativo** | | 298.140 | 220.471 | 2.878.384 | 2.629.946 |

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| **Passivo Circulante** | | 62 | 12 | 2.541.544 | 2.364.667 |
| **Contas a pagar** | Nota 14 | 62 | 12 | 50.287 | 37.323 |
| Obrigações a pagar | | 50 | - | 29.313 | 21.494 |
| Impostos e encargos a recolher | | 12 | 12 | 4.506 | 7.993 |
| Encargos trabalhistas | | - | - | 1.285 | 1.376 |
| Impostos e contribuições | | - | - | 1.917 | 914 |
| Outras contas a pagar | | - | - | 13.266 | 5.546 |
| **Débitos de Operações com Seguros e Resseguros** | | - | - | 477.155 | 441.112 |
| Prêmios a Pagar | Nota 15 | - | - | 196.164 | 249.341 |
| Corretores de Seguros e Resseguros | Nota 16 | - | - | 17.457 | 26.544 |
| Salvados | Nota 8 b | - | - | 10.987 | 20.489 |
| Outros Débitos Operacionais | Nota 17 | - | - | 252.547 | 144.738 |
| **Depósitos de Terceiros** | Nota 18 | - | - | 6.974 | 28.135 |
| **Provisões Técnicas - Resseguros** | Nota 11 | - | - | 2.006.237 | 1.856.922 |
| **Débitos Diversos** | Nota 19 | - | - | 891 | 1.176 |
| **Passivo Não Circulante** | | - | - | 38.763 | 44.819 |
| **Débitos de Operações com Seguros e Resseguros** | | - | - | 2.869 | 4.798 |
| Prêmios a Pagar | Nota 15 | - | - | 2.353 | 4.285 |
| Corretores de Seguros e Resseguros | Nota 16 | - | - | 516 | 513 |
| **Tributos diferidos** | | - | - | 714 | - |
| **Provisões Técnicas - Resseguros** | Nota 11 | - | - | 31.294 | 34.368 |
| **Outros Débitos** | | - | - | 3.886 | 5.653 |
| Provisões Judiciais | | | | 2.194 | 1.737 |
| Debitos Diversos | Nota 19 | | | 1.692 | 3.916 |
| **Patrimônio Líquido** | | 298.078 | 220.460 | 298.078 | 220.460 |
| Capital Social | Nota 20 | 251.508 | 251.508 | 251.508 | 251.508 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | 1.070 | (20.433) | 1.070 | (20.433) |
| Lucros/Prejuizos Acumulados | | 45.500 | (10.615) | 45.500 | (10.615) |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | 298.140 | 220.471 | 2.878.384 | 2.629.946 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
*(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)*

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| **Prêmios emitidos** | Nota 21b | - | - | 1.203.076 | 1.130.054 |
| **(+/-) Variações das Provisões Técnicas** | | - | - | 73.728 | (160.612) |
| **( = )Prêmios Ganhos** | Nota 21a | - | - | 1.276.804 | 969.442 |
| **( - ) Sinistros Ocorridos** | Nota 23a | - | - | (1.033.382) | (736.558) |
| **Custos de aquisição** | Nota 23b | - | - | (33.012) | (29.482) |
| **( + ) Resultado com retrocessão** | Nota 22 | - | - | (61.440) | (134.433) |
| **(+/-) Outras receitas e despesas Operacionais** | Nota 23f | - | - | 3.033 | (3.663) |
| **( - ) Despesas Administrativas** | Nota 23c | (34) | (73) | (91.875) | (74.686) |
| **( - ) Despesas com tributos** | Nota 23d | - | - | (26.602) | (25.851) |
| **( + ) Resultado financeiro** | | 118 | 112 | 71.920 | 45.680 |
| ( + ) Receitas financeiras | Nota 23e | 118 | 112 | 125.969 | 140.589 |
| ( - ) Despesas financeiras | Nota 23e | - | - | (54.049) | (94.909) |
| **( + ) Resultado Patrimonial** | | 56.060 | 821 | - | - |
| **(=) Resultado Operacional** | | 56.144 | 860 | 105.445 | 10.449 |
| **(=) Resultado antes de impostos e participações** | | 56.144 | 860 | 105.445 | 10.449 |
| ( - ) Imposto de renda | Nota 24 | (20) | (17) | (27.014) | (3.214) |
| ( - ) Contribuição Social | Nota 24 | (8) | (10) | (16.172) | (1.893) |
| ( - ) Participações sobre os lucros | | - | - | (6.143) | (4.508) |
| **(=) Lucro líquido do exercício** | | 56.116 | 834 | 56.116 | 834 |
| **( / ) Quantidade de Quotas** | | 251.507.673 | 251.507.673 | 251.507.673 | 251.507.673 |
| **( = ) Lucro líquido por Quota - em R$** | | 0,22 | 0,00 | 0,22 | 0,00 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
*(Em milhares de Reais)*

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| **Lucro líquido do exercício** | 56.116 | 834 | 56.116 | 834 |
| Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda | 35.839 | 741 | 35.838 | 741 |
| Efeitos tributários | (14.336) | (296) | (14.336) | (296) |
| Outras movimentações Patrimoniais | - | 21 | - | 21 |
| **Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores** | 77.619 | 1.299 | 77.619 | 1.299 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** *(Em milhares de Reais)*

| Discriminação | Capital Social | Ajuste de Avaliação Patrimonial líquido dos efeitos dos impostos | Lucros (Prejuízos) Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | 251.488 | (20.878) | (11.449) | 219.161 |
| Variação líquida do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda - efeito reflexo | | 445 | - | 445 |
| Outras movimentações Patrimoniais | 21 | | | 21 |
| **Lucro líquido do exercício** | - | - | 834 | 834 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | 251.509 | (20.433) | (10.615) | 220.461 |
| Variação líquida do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda - efeito reflexo | | 21.503 | - | 21.503 |
| Outras movimentações Patrimoniais | - | | | - |
| **Lucro líquido do exercício** | - | - | 56.116 | 56.116 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | 251.509 | 1.070 | 45.500 | 298.078 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** *(Em milhares de Reais)*

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| **Atividades Operacionais** | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 56.116 | 834 | 56.116 | 834 |
| **Ajustes** | | | | |
| Depreciações e Amortizações | - | - | 514 | 195 |
| Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos | - | - | (799) | 855 |
| Variações das provisões técnicas e oscilação cambial | - | - | 1.033.183 | 949.228 |
| Variações dos ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas e oscilação cambial | - | - | (183.189) | (42.635) |
| Resultado financeiro de aplicações financeiras | - | - | (113.281) | (91.384) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | 3.704 | (251) |
| Outras Despesas financeiras | - | 21 | - | 21 |
| Resultado de Equivalência patrimonial | (56.060) | (821) | - | - |
| | 56 | 34 | 796.247 | 816.863 |
| **Variação nas contas Patrimoniais** | | | | |
| Aplicações Financeiras | (0) | (27) | (64.024) | (77.143) |
| Créditos das Operações de Seguros e Resseguros | - | - | 89.903 | (140.856) |
| Créditos Tributários e Previdenciários | - | - | 16.002 | (1.594) |
| Custos de Aquisições Diferidos | - | - | 88 | (1.076) |
| Outros Ativos | (2) | (15) | 23.408 | (27.994) |
| Obrigações a pagar | 50 | - | 15.539 | (12.417) |
| Impostos e encargos a recolher | (0) | 1 | (3.488) | (2.063) |
| Encargos trabalhistas | - | - | (91) | 52 |
| Impostos e contribuições | - | - | 40.655 | (11.040) |
| Provisões Técnicas - Resseguros | - | - | (886.942) | (769.520) |
| Débitos de Operações com Seguros e Resseguros | - | - | 34.114 | 181.106 |
| Depósitos de Terceiros | - | - | (21.161) | 20.791 |
| Outros débitos | - | - | (2.053) | 4.699 |
| **Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais** | 104 | (7) | 38.197 | (20.193) |
| Impostos sobre o lucro pagos | - | - | (39.652) | 9.973 |
| **Atividades de Investimento** | | | | |
| Imobilizado | - | - | - | (1.860) |
| Intangível | - | - | (190) | - |
| **Caixa Líquido consumido nas Atividades de Investimento** | - | - | (190) | (1.860) |
| **Aumento Líquido (Redução) de Caixa** | 103 | (7) | (1.645) | (12.080) |
| **Caixa e equivalentes de caixas no início do Exercício** | 57 | 64 | 7.483 | 19.563 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do Exercício** | 160 | 57 | 5.838 | 7.483 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras
*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A "AGCS Participações", é uma entidade limitada, com sede em São Paulo, localizada na Rua Eugênio de Medeiros, 303 - Pinheiros. É controlada no Brasil pela Allianz Risk Transfer AG (99,999%) e em última estância, pela Allianz Global Corporate & Specialty SE (100%).

A AGCS Participações foi constituída em 10 de novembro de 2011 por meio de cotas de responsabilidade limitada com a denominação de Juacema Participações Ltda., tendo como objeto social a participação no capital de outras sociedades ou fundos de investimentos, com sede no Brasil ou no exterior, como sócia quotista ou acionista, quaisquer que sejam os seus objetos sociais. A AGCS Participações tem por objeto social exclusivo participar do capital de outras sociedades que sejam reguladas e autorizadas a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e que cumpram com os padrões de governança corporativa previstos na legislação aplicável, na posição de sócia quotista ou acionista. Seu único investimento (99,99%) é na Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. ("AGCS Re" ou "Resseguradora"), uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, localizada na Rua Eugênio de Medeiros, 303 - Pinheiros, cujas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da AGCS Re foram publicadas em 28 de fevereiro de 2024, no jornal Diário de Noticias. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2024.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular SUSEP nº648/2021 e suas alterações posteriores e em atendimento aos interesses dos seus administradores e acionistas controladores. **Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponível para venda", que são mensurados a valor justo. **Circulante e não circulante:** A AGCS Participações efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassaram o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da AGCS Participações, e exceto quando indicado, as informações estão arredondadas para a casa decimal mais próxima. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período. **Estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou critériosamente julgamentos, estimativas e premissas necessárias para a aplicação das políticas contábeis da entidade e que afetam diversos valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais observados posteriormente, podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, com o objetivo de ajustá-las da melhor forma possível, aos resultados reais. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) as informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: **• Nota 7** - Créditos das operações de seguros e resseguros (Redução ao Valor Recuperável); **• Nota 9** - Créditos tributários, previdenciários e tributos diferidos (Premissas de realização); **• Nota 11** - Provisões técnicas; **• Nota 13** - CPC 06 - Outros valores e Bens; **• Nota 19** - CPC 06 - Débitos Diversos. **Práticas adotadas na consolidação:** A consolidação consiste no processo de agregar saldos de contas e/ou de grupos de contas de mesma natureza, de eliminar saldos de transações e de participações entre entidades que formam a unidade de natureza econômico-contábil e de segregar as participações de não-controladores, quando for o caso. As demonstrações contábeis consolidadas da AGCS Participações foram preparadas com o propósito de consolidar AGCS Participações e a controlada AGCS Re. Foram eliminados os saldos das contas entre a empresa controladora e a controlada; e eliminados os investimentos da controladora na empresa controlada com o valor correspondente no patrimônio líquido da controlada.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis da AGCS Participações são as mesmas de sua controlada AGCS Re. **Caixa e equivalentes de caixa:** A AGCS Participações define como caixa e equivalentes, as disponibilidades (caixa e contas correntes em bancos sem vencimento) e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e não vinculados à cobertura de provisões técnicas ou dados em outras formas de garantia. **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: **• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado -** São classificados nesta categoria os ativos financeiros para os quais a entidade opera com a finalidade e a estratégia de manter negociações ativas e frequentes. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os fundos de investimentos são classificados nessa categoria. **• Ativos financeiros mantidos até o vencimento -** São classificados nesta categoria os ativos que a entidade tem a intenção e a capacidade de manter na sua carteira até o vencimento. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após seu reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **• Ativos financeiros disponíveis para venda -** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são alienados, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reconhecidos no resultado. A totalidade do portfólio da entidade está classificada nesta categoria, exceto o valor em Fundo de investimento, que é mensurado como valor justo por meio do resultado. **• Empréstimos e recebíveis -** São ativos financeiros com pagamentos determináveis e não são cotados em mercados ativos. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação atribuíveis. Compreendem, substancialmente, os saldos de "Créditos das operações com seguros e resseguros" que incluem principalmente "Prêmios a receber", os "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos". **Determinação do valor justo dos ativos financeiros:** O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) Títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - (ANBIMA); (ii) Quotas de fundos de investimentos - valoradas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço; e (iii) Instrumentos derivativos - calculados utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A entidade avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de resseguro e retrocessão:** A entidade emite contratos de resseguro para cobertura de riscos para as sociedades seguradoras e resseguradoras (denominadas "cedentes"). A entidade utiliza contratos de retrocessão com o intuito de controlar sua capacidade de retenção e com o objetivo de pulverização de risco, em linha com as melhores práticas do mercado de resseguros internacional. Os contratos de resseguro e retrocessão são classificados como contratos de seguro porque também são definidos como operações em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um evento futuro incerto e específico que possa causar efeito adverso, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC nº 11, posteriormente será substituído pelo CPC 50, quando for referendado pela SUSEP. A entidade define como risco significativo de seguro, a possibilidade da ocorrência de evento segurado (com substância comercial) que gere pagamento de benefícios adicionais aos segurados maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. **Ativos de contratos de resseguro e retrocessão aceita:** Os ativos de resseguros e de retrocessões aceitas são representados por prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras, respectivamente, e são classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com a estimativa de realização desses ativos. **Ativos e passivos de contratos de retrocessão:** Os ativos de contratos de retrocessão são representados por valores de sinistros a recuperar de resseguradoras, os quais estão classificados no ativo circulante de acordo com a estimativa de realização desses ativos. Os passivos de retrocessão cedida são prêmios cedidos a outras resseguradoras mediante contrato de retrocessão, os quais estão classificados no passivo circulante. **Custos de aquisição diferidos - DAC:** Os custos de comercialização diferidos são compostos por comissões de resseguro, amortizados com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro (prazo médio de 12 meses) e sendo diferido linearmente pelo método "pro rata die". **Provisões Técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). A AGCS Re, observando as normas vigentes, constitui as seguintes provisões técnicas: **• Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG -RVE)** - A PPNG é constituída pelo valor dos prêmios de resseguro correspondentes ao período ainda não decorrido de cobertura do contrato. Nos contratos facultativos e proporcionais os prêmios são diferidos linearmente pelo método "pro rata die" de acordo com a vigência do contrato. Para os contratos não proporcionais do tipo Risk Attaching, os prêmios são diferidos de acordo com as características do contrato. A PPNG dos contratos de retrocessão é calculada utilizando a mesma metodologia. **• Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE)** - A PPNG-RVNE é constituída considerando os prêmios relacionados a riscos já assumidos pela Resseguradora, mas que ainda não foram registrados no sistema da entidade na data-base dos cálculos. Para o cálculo da PPNG-RVNE utilizamos a metodologia de cálculo "*pro rata die*" de acordo com a vigência do contrato. A PPNG RVNE dos contratos de retrocessão é calculada utilizando a mesma metodologia. **• Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - A Provisão de Sinistros a Liquidar é constituída de acordo com a melhor estimativa do valor a indenizar com base nas notificações de sinistros recebidas das cedentes, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato, ajustada periodicamente com base nas análises feitas pela área operacional de sinistros. A PSL de Retrocessão é constituída utilizando a mesma metodologia, aplicando a cessão conforme o contrato. **• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) -** Esta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados 'a entidade até a data base do cálculo. A metodologia do cálculo considera a estimativa do montante de indenizações e despesas de sinistros total esperado por segmento de análise da qual é deduzido o valor de sinistros avisados (pagos ou não) até a data-base. São utilizados os métodos da sinistralidade inicial esperada, desenvolvimento de sinistros e de *Bornhuetter Ferguson*, premissas de sinistralidades e padrões de desenvolvimento de sinistros com base na experiência da Matriz da Resseguradora, considerando mercados similares ao que está inserida, e o mercado local. A IBNR de Retrocessão é apurada conforme a mesma metodologia. **Provisões judiciais:** As provisões judiciais são constituídas em função de um evento passado em que é provável que seja exigido um recurso econômico para liquidar a obrigação. A entidade possui provisões judiciais, cujo valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco entre provável, possível ou remoto, realizada pelos consultores jurídicos externos e pela Administração da entidade. **Teste de Adequação do Passivo - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11, e pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, a entidade elaborou o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar, na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. O teste de adequação de passivos levou em consideração os riscos assumidos até a data-base do teste, tendo sido efetuado em base bruta de retrocessão. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa esperados para cumprimento das obrigações dos contratos de resseguro e as provisões técnicas na data-base, líquidas do valor dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP. Para os casos em que o indexador da obrigação é moeda estrangeira, a curva de juros adotada é a cambial e para os fluxos de caixa em reais é utilizada a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco pré-fixada ou IPCA. A taxa IPCA foi adotada para o fluxo de despesas administrativas pois não há consideração de inflação no mesmo. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer relativos a contratos vigentes, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos foram agrupados por segmento interno de análise e grupo contábil e as premissas de sinistralidade esperada, padrões de pagamento de sinistros e despesas foram baseadas na experiência local, resultado da análise da IBNR. As sinistralidades brutas adotadas estão na tabela abaixo. Como a entidade opera apenas com riscos no regime financeiro de repartição simples, premissas de tábuas de mortalidade e taxas de juros contratadas de ativos e passivos não são adotadas. O valor presente esperado dos fluxos de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletindo a expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado com as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL e IBNR. O valor presente esperado dos fluxos relativos a sinistros a ocorrer, relativos a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, foi comparado à PPNG, incluindo a PPNG-RVNE. O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2023, com base nas premissas descritas acima, demonstrou suficiência das provisões técnicas constituídas naquela mesma data-base, não indicando a necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC). O quadro a seguir demonstra os índices de sinistralidade (bruta) considerados no teste do TAP.

**Sinistralidade Bruta**

| Grupo | Nome Grupo | Segmento | Dezembro 2023 | Dezembro 2022 |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Patrimonial | Energy Onshore | **40,60%** | **65,60%** |
| 1 | Patrimonial | Engineering Main | **40,30%** | **62,70%** |
| 1 | Patrimonial | Property | **62,50%** | **76,50%** |
| 2 | Riscos Especiais | Energy Offshore | **NA*** | **NA*** |
| 3 | Responsabilidades | FL Total | **62,90%** | **62,70%** |
| 3 | Responsabilidades | Liability Main | **119,50%** | **111,70%** |
| 5 | Automóveis | Motor | **84,80%** | **93,00%** |
| 6 | Transportes | Marine Cargo | **77,90%** | **78,20%** |
| 7 | Riscos Financeiros | FL Total | **82,70%** | **83,70%** |
| 9 | Pessoas Coletivo | Entertainment | **114,20%** | **60,70%** |
| 11 | Rural | Agro | **NA*** | **NA*** |
| 13 | Pessoas Individual | Liability Main | **NA*** | **NA*** |
| 14 | Marítimos | Marine Hull | **37,40%** | **72,50%** |
| 15 | Aeronáuticos | Aviation | **NA*** | **NA*** |

*Os ramos 02, 11, 13 e 15, grupos Riscos Especiais, Rural, Pessoas Individual e Aeronáuticos, respectivamente, não possuem PPNG na data base de 31 de dezembro de 2023.Dessa forma, a sinistralidade bruta não é aplicável. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão de imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240.000,00 no exercício para imposto de renda, e a 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores correspondentes para fins de recolhimento. Um ativo ou passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos por diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e ganhos não realizados, lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial. **Reconhecimento de receita e despesas:** Os prêmios emitidos são contabilizados a partir da data de emissão ou início de vigência dos riscos assumidos, o que ocorrer primeiro. Os prêmios relacionados aos riscos vigentes e ainda não emitidos são reconhecidos de acordo com as informações enviadas pelos subscritores e pela cedente. Os sinistros são reconhecidos no resultado proporcionalmente à cobertura do risco assumido e a indenização estimada pela cedente, de acordo com a data de notificação da cedente. As demais receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência. **CPC 06 R2 - Operações de arrendamento mercantil:** Aprovado pela SUSEP, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer do arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções são para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Em 2023 a entidade fez a atualização da taxa de desconto de acordo com os índices de mercado.

**4. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**Objetivos e estrutura de gerenciamento de riscos:** O modelo de negócios da AGCS Participações envolve assumir riscos e, portanto, a manutenção e gestão desses riscos é fundamental para garantir o desenvolvimento e a continuidade da Empresa. A estrutura de gestão de risco da AGCS Participações tem como objetivo dar suporte ao atingimento dos objetivos estratégicos da entidade, através do entendimento dos riscos que estão sendo tomados. Na AGCS Part esse processo é realizado através da identificação, quantificação, monitoramento e controle dos riscos que possam afetar o apetite de riscos da entidade . Desta forma, conseguimos dimensionar os níveis de tolerância a diversos tipos de riscos aos quais o negócio está exposto e, com isso, ter um melhor gerenciamento de potenciais eventos que possam impactar negativamente os objetivos e a operação da AGCS Re. **Estrutura organizacional:** A Unidade de gestão de riscos da AGCS Participações e está integrada ao Sistema de Gestão de Risco Global da AGCS SE, de onde emanam as políticas e diretrizes para a gestão de riscos no Grupo. Nessa estrutura global, a área de gestão de risco global é representada, no Conselho da Allianz Global Corporate & Specialty SE ("Matriz" ou "AGCS SE"), pelo do Chief Financial Officer ("CFO"), além disso a estrutura global possui a figura do Chief Risk Officer ("CRO"), que se reporta ao CFO global, e que é o responsável por monitorar os riscos assumidos e informar regularmente o Conselho de Administração da AGCS SE sobre a evolução de riscos relevantes, o perfil de risco e adequação de capital. O CRO garante que sejam tomadas medidas adequadas, por exemplo, em casos em que é necessária a redução ou prevenção de uma posição de risco, sendo este responsável pelo desenvolvimento contínuo dos processos de gestão de risco, com o apoio do Comitê de Risco da AGCS SE. Adicionalmente à essa estrutura, a unidade de Gestão de Riscos da AGCS Re integra a Estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos no Brasil, e juntamente com a área de Compliance, possuem reporte direto ao diretor de controles internos, que possui independência das demais diretorias da entidade; essas áreas, em conjunto as demais áreas, aplicam as políticas e procedimentos requeridos pela Resolução CNSP 416/21. A unidade de Gestão de Riscos tem a função de ser o ponto focal da estrutura de gestão de riscos no Brasil, de forma a implementar as melhores práticas globais, sempre em linha com os requerimentos regulatórios locais. A unidade possui como principais funções a identificação, avalição e monitoramento dos riscos os quais a AGCS Re está exposta, a análise dos controles internos da entidade através da realização periódica de testes de eficiência, além de ser a unidade responsável pelo cálculo do Capital de Risco exigido para manutenção da operação, bem como pelo monitoramento dos indicadores de solvência. A diretoria de controles internos é responsável pelos reportes feitos ao Comitê de riscos e ao Comitê estatutário da AGCS Re. Desta forma, caso os riscos estejam acima dos limites de tolerância da Resseguradora, estes são monitorados pela Administração da AGCS Part e reportados para a área de Gestão de Riscos da AGCS SE. Entendendo a importância de tal tópico e em linha com o que dispõe a Resolução CNSP n° 416/21 e posteriores, a AGCS Re vem investindo ainda mais na estrutura de gestão de risco, de forma a garantir que a cultura de risco seja cada vez mais disseminada em todas as áreas e níveis da entidade . **Categorias de risco e medidas de controle:** O gerenciamento de riscos corporativos da AGCS Part abrange as seguintes categorias de riscos: Risco de Subscrição, Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional, que por sua vez são compostas por diversas subcategorias. A entidade entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas que não são exaustivas, já que diversos riscos podem emergir e afetá-la.

**5. INVESTIMENTOS**

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| Participações Societárias | 249.000 | 249.000 |
| Equivalência Patrimonial | 56.060 | 821 |
| Prejuizo Acumulados periodos anteriores | (9.122) | (9.943) |
| Distribuição de Dividendos | (35.000) | |
| Ajuste ao Valor de Mercado | 1.070 | (20.434) |
| **Total** | **262.007** | **219.444** |

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

**Controladora**

| | 31 de Dezembro de 2023 | | | 31 de Dezembro de 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo atualizado | Ganho não realizados | Valor justo | Custo atualizado | Ganho não realizados | Valor justo |
| Fundo de Renda Fixa - Circulante | 903 | - | 903 | 903 | - | 903 |

**Consolidado**

| | 31 de Dezembro de 2023 | | | 31 de Dezembro de 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo atualizado | Ganho não realizados | Valor justo | Custo atualizado | Ganho não realizados | Valor justo |
| Fundo de Renda Fixa | 48.921 | - | 48.921 | 233.811 | - | 233.811 |
| Certificado de Depósito Bancário | 173.618 | - | 173.618 | 104.378 | - | 104.378 |
| Títulos públicos - Disponíveis para venda | 1.078.822 | 1.783 | 1.080.605 | 785.865 | (34.055) | 751.811 |
| **Total** | **1.301.360** | **1.783** | **1.303.144** | **1.124.054** | **(34.055)** | **1.089.999** |
| **Circulante** | | | **381.889** | | | **570.185** |
| **Não Circulante** | | | **921.255** | | | **519.814** |

**7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS**

**7.a Prêmios a receber - Consolidado: Abertura por ramo Seguradoras**

| | 31 de dezembro de 2023 | | | 31 de dezembro de 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Operaçoes com seguradoras | Prêmios a receber | Provisão para riscos sobre créditos | Prêmios a receber líquido | Prêmios a receber | Provisão para riscos sobre créditos | Prêmios a receber líquido |
| Patrimonial | 99.101 | (3.606) | 95.495 | 119.418 | (2.947) | 116.471 |
| Riscos Especiais | - | - | - | 39 | - | 39 |
| Responsabilidades | 36.368 | (1.305) | 35.063 | 56.574 | (1.299) | 55.275 |
| Automóvel | 121.173 | - | 121.173 | 127.717 | - | 127.717 |
| Transportes | 73.456 | (1.260) | 72.196 | 109.408 | (6.069) | 103.339 |
| Riscos Financeiros | 30.756 | - | 30.756 | 9.233 | - | 9.233 |
| Pessoas Coletivo | 3.796 | (13) | 3.783 | 1.331 | 592 | 1.923 |
| Rural | (169) | - | (169) | - | - | - |
| Cascos marítimos | 2.826 | - | 2.826 | 2.145 | - | 2.145 |
| Cascos aeronáuticos | - | (25) | (25) | 215 | (205) | 10 |
| **Total** | **367.307** | **(6.209)** | **361.099** | **426.080** | **(9.928)** | **416.152** |
| **Circulante** | **367.307** | **(6.209)** | **361.099** | **426.080** | **(9.928)** | **416.152** |
| **Não Circulante** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |

**Abertura por ramo Resseguradoras**

| | 31 de dezembro de 2023 | | | 31 de dezembro de 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Operaçoes com resseguradoras | Prêmios a receber | Provisão para riscos sobre créditos | Prêmios a receber líquido | Prêmios a receber | Provisão para riscos sobre créditos | Prêmios a receber líquido |
| Patrimonial | 5.759 | - | 5.759 | 1.888 | - | 1.888 |
| Responsabilidades | 525 | - | 525 | 119 | - | 119 |
| Transportes | 1.219 | - | 1.219 | 6.258 | - | 6.258 |
| Cascos marítimos | 2.170 | - | 2.170 | - | - | - |
| **Total** | **9.673** | **-** | **9.673** | **8.265** | **-** | **8.265** |
| **Circulante** | **3.228** | **-** | **3.228** | **1.291** | **-** | **1.291** |
| **Não Circulante** | **6.444** | **-** | **6.444** | **6.974** | **-** | **6.974** |

**7.b Sinistros Pagos - Consolidado:** A Resseguradora desenvolveu um estudo com o objetivo de detalhar as atividades necessárias para realizar o acompanhamento do aging de sinistros a recuperar e dos procedimentos para a classificação e registro da redução ao valor recuperável (RVR). O estudo elaborado demonstrou a necessidade de contabilização de redução ao valor recuperável para os casos de sinistros a recuperar de contratos facultativos com pendentes acima de 2 anos.

| | 31 de Dezembro de 2023 | | | 31 de Dezembro de 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sinistros Pagos | Redução ao Valor Recuperável | Total | Sinistros Pagos | Redução ao Valor Recuperável | Total |
| Patrimonial | 4.609 | (2) | 4.607 | 2.289 | (14) | 2.274 |
| Riscos Especiais | (2) | - | (2) | - | - | - |
| Responsabilidades | 359 | 5 | 364 | 2.758 | 6 | 2.764 |
| Automóvel | 34.817 | - | 34.817 | 68.894 | - | 68.894 |
| Transportes | 3.799 | (411) | 3.388 | 7.567 | (1.198) | 6.369 |
| Riscos Financeiros | 1 | - | 1 | - | - | - |
| Rural | 282 | - | 282 | - | - | - |
| Cascos marítimos | 1 | - | 1 | 1 | - | 1 |
| Cascos aeronáuticos | 813 | - | 813 | 834 | - | 834 |
| **Total** | **44.680** | **(408)** | **44.272** | **82.343** | **(1.206)** | **81.136** |

**8. SALVADOS - CONSOLIDADO**

Abaixo apresentamos a composição do saldo do salvados com abertura por ramo

a) Salvados aceitos

| | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| Patrimonial | 484 | 465 |
| Responsabilidades | 374 | 33 |
| Automóvel | 12.737 | 14.876 |
| Transportes | 5.564 | 2.042 |
| Riscos Financeiros | - | 1.644 |
| Cascos marítimos | 18 | 27 |
| **Total** | **19.177** | **19.087** |

b) Salvados Cedidos

| | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| Patrimonial | 11 | - |
| Automóvel | 8.872 | 17.052 |
| Transportes | 2.104 | 1.793 |
| Riscos Financeiros | - | 1.644 |
| **Total** | **10.987** | **20.489** |

**9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS E TRIBUTOS DIFERIDOS**

**a) Créditos tributários e previdenciários**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 |
| **Ativo Circulante** | | | | |
| Impostos a compensar | 68 | 66 | 21.417 | 37.417 |
| **Total Circulante** | **68** | **66** | **21.417** | **37.417** |

**a. Créditos Tributários e Previdenciários - Consolidado**

| | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Impostos a compensar | 21.417 | 37.417 |
| **Total Circulante** | **21.417** | **37.417** |
| **Não Circulante** | | |
| Crédito de Imposto de Renda - Prejuízos Fiscais | - | 623 |
| Crédito de Imposto de Renda - AVM | - | 8514 |
| Crédito de Contribuição Social - AVM | - | 5108 |
| Crédito de Contribuição Social - Base Negativa | - | 1.466 |
| **Subtotal** | **-** | **15.711** |
| Crédito de Imposto de Renda - Diferenças Temporárias | 7.149 | 8.159 |
| Crédito de Contribuição Social - Diferenças Temporárias | 4.290 | 4.895 |
| **Subtotal** | **11.439** | **13.054** |
| **Total Créditos Tributários - Não Circulante** | **11.439** | **28.765** |
| **Total Créditos tributários e previdenciários** | **32.856** | **66.182** |

**b) Movimentação do saldo de Créditos tributários e previdenciários**

**10. OUTROS CRÉDITOS**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 |
| Outros Créditos(i) | | | | 21.283 |
| Adiantamentos/Outros | | | 1.894 | 1.240 |
| Dividendos a Receber(ii) | 35.000 | | | |
| **Total** | **35.000** | | **1.894** | **22.523** |

(i) O valor refere-se a uma aplicação em time deposit que não foi processada pelo banco parceiro em 29/12/2022, sendo ressarcida à entidade somente em 03/01/2023. (ii) Dividendos a Receber da Resseguradora Local

**11. PROVISÕES TÉCNICAS**

**a. Provisões técnicas - Brutas de retrocessão - Consolidado**

**31 de Dezembro de 2023**

| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a Liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
|---|---|---|---|---|
| Patrimonial | 143.662 | 190.273 | 50.430 | 384.365 |
| Riscos Especiais | - | 115 | 12.392 | 12.507 |
| Responsabilidades | 47.929 | 402.749 | 198.006 | 648.684 |
| Automóvel | 248.086 | 175.541 | 73.275 | 496.902 |
| Transportes | 46.371 | 76.628 | 41.795 | 164.794 |
| Riscos Financeiros | 2.264 | 110.522 | 148.581 | 261.367 |
| Pessoas Coletivo | 2.100 | 17.085 | 2.432 | 21.617 |
| Rural | - | 2.629 | 28.425 | 31.054 |
| Pessoas Individual | - | - | 32 | 32 |
| Cascos marítimos | 5.632 | 3.392 | 2.709 | 11.733 |
| Cascos aeronáuticos | - | 4.476 | - | 4.476 |
| **Total** | **496.044** | **983.410** | **558.077** | **2.037.531** |
| **Circulante** | **464.750** | **983.410** | **558.077** | **2.006.237** |
| **Não Circulante** | **31.294** | **-** | **-** | **31.294** |

**31 de Dezembro de 2022**

| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a Liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
|---|---|---|---|---|
| Patrimonial | 134.109 | 144.289 | 25.595 | 303.993 |
| Riscos Especiais | - | 2.927 | 3.047 | 5.974 |
| Responsabilidades | 61.569 | 424.950 | 205.900 | 692.419 |
| Automóvel | 271.588 | 174.659 | 43.203 | 489.450 |
| Transportes | 92.188 | 62.814 | 36.410 | 191.412 |
| Riscos Financeiros | 3.700 | 22.620 | 150.097 | 176.417 |
| Pessoas Coletivo | 1.491 | 6.483 | 1.672 | 9.646 |
| Rural | - | 1.601 | 53 | 1.654 |
| Pessoas Individual | - | - | 45 | 45 |
| Cascos marítimos | 9.113 | 4.697 | 1.032 | 14.842 |
| Cascos aeronáuticos | - | 5.051 | 387 | 5.438 |
| **Total** | **573.758** | **850.091** | **467.441** | **1.891.290** |
| **Circulante** | **539.390** | **850.091** | **467.441** | **1.856.922** |
| **Não Circulante** | **34.368** | **-** | **-** | **34.368** |

**b. Provisões Técnicas - Retrocessão - Consolidado**

**31 de dezembro de 2023**

| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a Liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
|---|---|---|---|---|
| Patrimonial | 29.649 | 65.503 | 9.347 | 104.499 |
| Riscos Especiais | - | 438 | 5.022 | 5.460 |
| Responsabilidades | 25.730 | 257.010 | 62.787 | 345.527 |
| Auto | 169.050 | 79.876 | 40.858 | 289.784 |
| Transportes | 11.032 | 5.791 | 5.709 | 22.532 |
| Riscos Financeiros | 1.979 | 110.522 | 147.273 | 259.774 |
| Pessoas Coletivo | 395 | 10.800 | 137 | 11.332 |
| Rural | - | 843 | 23.950 | 24.793 |
| Cascos marítimos | 4.959 | 10 | 808 | 5.777 |
| Cascos aeronáuticos | - | 1.328 | - | 1.328 |
| **Total** | **242.794** | **532.121** | **295.892** | **1.070.807** |
| **Circulante** | **235.755** | **532.121** | **295.892** | **1.063.768** |
| **Não Circulante** | **7.039** | **-** | **-** | **7.039** |

continua

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

continua

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Allianz Global Corporate & Specialty do Brasil Participações S.A.**

| | 31 de Dezembro de 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a Liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
| Patrimonial | 30.302 | 41.902 | 5.098 | 77.302 |
| Riscos Especiais | 3.642 | 1.909 | 2.992 | 8.543 |
| Responsabilidades | 33.463 | 278.258 | 49.449 | 361.170 |
| Auto | 132.123 | 87.329 | 21.602 | 241.054 |
| Transportes | 11.601 | 2.718 | 3.203 | 17.522 |
| Riscos Financeiros | 3.553 | 22.690 | 146.473 | 172.716 |
| Pessoas Coletivo | (318) | - | 6 | (312) |
| Cascos marítimos | 8.017 | 11 | - | 8.028 |
| Cascos aeronáuticos | - | 1.485 | 110 | 1.595 |
| **Total** | **222.383** | **436.302** | **228.933** | **887.618** |
| **Circulante** | **208.297** | **436.302** | **228.933** | **873.532** |
| **Não Circulante** | **14.086** | **-** | **-** | **14.086** |

**c. Movimentação das provisões técnicas - Brutas de Retrocessão - Consolidado**

| | 31 de Dezembro de 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
| **Saldo no início do exercício** | **573.758** | **850.091** | **467.441** | **1.891.290** |
| Emissões/Adições | 1.203.076 | - | - | 1.203.076 |
| Constituições/ Reversões | - | 1.051.756 | 90.636 | 1.142.392 |
| Prêmios ganhos | (1.276.804) | - | - | (1.276.804) |
| Pagamentos | - | (886.942) | - | (886.942) |
| Variação Cambial | (3.986) | (31.495) | - | (35.481) |
| **Saldo no final do exercício** | **496.044** | **983.410** | **558.077** | **2.037.531** |

| | 31 de dezembro de 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) | Provisão de sinistros a liquidar (PSL) | Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | Total |
| **Saldo no início do exercício** | **416.198** | **833.079** | **462.305** | **1.711.582** |
| Emissões/Adições | 1.130.054 | - | - | 1.130.054 |
| Constituições / Reversões | - | 815.952 | 5.136 | 821.088 |
| Prêmios ganhos | (969.442) | - | - | (969.442) |
| Pagamentos | - | (769.520) | - | (769.520) |
| Variação Cambial | (3.052) | (29.420) | - | (32.472) |
| **Saldo no final do exercício** | **573.758** | **850.091** | **467.441** | **1.891.290** |

**12 Custos de aquisição diferidos - Consolidado**

| | 31 de December de 2023 | 31 de December de 2022 |
|---|---|---|
| Patrimonial | 14.782 | 14.528 |
| Responsabilidades | 4.113 | 4.077 |
| Transportes | 2.289 | 2.601 |
| Riscos Financeiros | - | 29 |
| Cascos marítimos | 37 | 74 |
| **Total** | **21.221** | **21.309** |
| **Circulante** | **17.703** | **17.743** |
| **Não Circulante** | **3.518** | **3.566** |

**13.OUTROS VALORES E BENS - CONSOLIDADO**

Esta rubrica esta relacionada a classe de ativos para direito de uso que é composta somente pelo contrato de aluguel das instalações Administrativas da entidade que iniciou em 01/07/2022, com período de 05 anos e sua contabilização está sendo feita em atendimento ao CPC 06 (R2). A depreciação será feita linearmente de acordo com o prazo do contrato. Em 2023 a entidade fez a atualização da taxa de desconto de acordo com os índices de mercado.

| | |
|---|---|
| **Saldo em 1 de Janeiro de 2023** | **5.131** |
| Remensuração | (1.485) |
| Depreciação | (695) |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2023** | **2.951** |

**14.CONTAS A PAGAR - CONSOLIDADO**

Abaixo apresentamos a composição da rubrica contas a pagar.

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 |
| Obrigações a pagar | (a) | 50 | - | 29.313 | 21.494 |
| Impostos e encargos a recolher | (b) | 11 | 12 | 4.505 | 7.993 |
| Encargos trabalhistas | | | | 1.285 | 1.376 |
| Impostos e contribuições | (b) | | | 1.917 | 914 |
| Outras contas a pagar | (c) | | | 13.266 | 5.546 |
| **Total** | | **61** | **12** | **50.287** | **37.323** |
| **a) Obrigações a pagar** | | | | | |
| Fornecedores | | 50 | - | 23.051 | 16.332 |
| Participação nos lucros a pagar | | | | 5.067 | 4.794 |
| Outras obrigações | | | | 1.195 | 368 |
| **Total** | | **50** | **-** | **29.313** | **21.494** |
| **b) Impostos e encargos** | | | | | |
| COFINS | | | | 1.563 | 439 |
| PIS | | | | 254 | 71 |
| Contribuição ao INSS | | | | 618 | 695 |
| Contribuição ao FGTS | | | | 195 | 225 |
| Outros | | 11 | 12 | 3.792 | 7.477 |
| **Total** | | **11** | **12** | **6.423** | **8.906** |
| **c) Outras contas a pagar** | | | | | |
| Provisão de Pis e Cofins | | | | 5.211 | 3.951 |
| Outras despesas globais e fornecedores | | | | 8.055 | 1.595 |
| **Total** | | **-** | **-** | **13.266** | **5.546** |

**15. DÉBITO DE OPERAÇÕES COM SEGURADORAS E RESSEGURADORAS CONSOLIDADO**

Estão classificados neste grupo os saldos de prêmios a pagar cedidos em retrocessão, para dar proteção aos contratos de resseguros com cobertura para riscos patrimoniais e financeiros, além das comissões a pagar a corretores de seguros e resseguros. A seguir está apresentada a composição dos saldos de prêmios a pagar por ramo:

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| Patrimonial | 26.423 | 16.513 |
| Riscos Especiais | (9) | 22.097 |
| Responsabilidades | 29.435 | 43.114 |
| Motor | 80.952 | 133.642 |
| Transportes | 24.182 | 29.889 |
| Riscos Financeiros | 29.388 | 9.012 |
| Pessoas Coletivo | (2.316) | (441) |
| Rural | 6.593 | - |
| Cascos marítimos | 3.869 | - |
| Cascos aeronáuticos | - | (200) |
| **Total** | **198.517** | **253.626** |
| **Circulante** | **196.164** | **249.341** |
| **Não Circulante** | **2.353** | **4.285** |

**16. Corretores de Seguros e Resseguros consolidado**

Abaixo apresentamos o saldo da conta Corretores de Seguros e Resseguros por ramos.

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| Patrimonial | 10.766 | 15.412 |
| Riscos Especiais | - | 2 |
| Responsabilidades | 4.294 | 4.979 |
| Transportes | 2.849 | 2.039 |
| Cascos marítimos | 64 | 174 |
| Cascos aeronáuticos | - | 4.451 |
| **Total** | **17.973** | **27.057** |
| **Circulante** | 17.457 | 26.544 |
| **Não Circulante** | 516 | 513 |

**17. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS CONSOLIDADO**

Abaixo apresentamos a composição da rubrica Outros Débitos Operacionais. O principal movimento refere-se ao portfólio do Motor QS com a Allianz Seguros S.A

| **Descrição** | **Saldo em dezembro 2023** | **Saldo em dezembro 2022** |
|---|---|---|
| Outros Débitos Operacionais(i) | 251.719 | 142.379 |
| Devolução Premios/Cedente | 828 | 2.360 |
| **Total** | **252.547** | **144.738** |

(i) O crescimento substancialmente do valor a partir de 2021, pelo contrato quota share de resseguro para o portfolio do automóvel da Allianz Seguros S.A

**18. DEPÓSITO DE TERCEIROS CONSOLIDADO**

Abaixo apresentamos a composição do saldo por aging da rubrica de depósito de terceiros. Apesar do crescimento dos negócios durante o ano de 2023, as equipes financeiras e de operações promoveram melhorias nos processos de conciliação da conta de depósito de terceiros no segundo semestre do ano. Esse esforço conjunto trouxe uma redução expressiva no saldo total da rubrica. A entidade mantém um plano de ação para monitorar os saldos, especialmente aqueles superiores a 180 dias.

| | 31 de Dezembro 2023 | 31 de Dezembro 2022 |
|---|---|---|
| Até 30 dias | 2.264 | 8.209 |
| 31 a 60 dias | 865 | 8.607 |
| 61 a 90 dias | 822 | 1.544 |
| 91 a 180 dias | (435) | 5.480 |
| 181 a 365 dias | 1.922 | 3.704 |
| Acima de 365 dias | 1.536 | 591 |
| **Total** | **6.974** | **28.135** |

**19. DÉBITOS DIVERSOS CONSOLIDADO**

Débitos diversos constituídos pelos Passivos de Arrendamento referente ao aluguel das instalações que iniciou em 01/07/2022, com período de 05 anos em atendimento ao CPC 06 (R2). A atualização anual será feita pelo IPCA. Em 2023 a Resseguradora fez a atualização da taxa de desconto de acordo com os índices de mercado.

| | 31/12/2023 |
|---|---|
| **Saldo em 1 de Janeiro de 2023** | **5.092** |
| Pagamentos de Arrendamentos | (1.268) |
| Reavaliação da Taxa | (1.483) |
| Despesas de Juros | 242 |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2023** | **2.582** |
| **Circulante** | 891 |
| **Nao Circulante** | 1.692 |

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital social:** As quotas nominativas são classificadas no patrimônio líquido. O capital social é de R$ 251.507.673,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e sete mil, e seiscentos e setenta e três reais), dividido em 251.507.673 (duzentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e sete mil, seiscentos e setenta e três) quotas, com valor nominal unitário de R$1,00 (noventa e nove centavos), inteiramente subscritas e integralizadas pelos sócios.

**21 RAMOS DE ATUAÇÃO - CONSOLIDADO**

**a. Prêmios ganhos, sinistralidade e comissionamento por ramo, brutos de retrocessões cedidas - Consolidado**

**Bruto de Retrocessão**

| | 31 de Dezembro de 2023 | | | 31 de Dezembro de 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prêmios Ganhos | Sinistralidade % | Comercialização % | Prêmios Ganhos | Sinistralidade % | Comercialização % |
| Patrimonial | 248.649 | 54,35% | 8,67% | 180.502 | 21,91% | 9,38% |
| Riscos Especiais | 12.607 | 65,00% | 0,00% | 13.527 | 1,72% | 0,01% |
| Responsabilidades | 101.660 | 8,66% | 6,77% | 102.455 | -8,93% | 8,08% |
| Automóvel | 532.430 | 85,67% | 0,00% | 398.960 | 120,70% | 0,00% |
| Transportes | 189.137 | 72,99% | 1,64% | 156.513 | 89,83% | 1,91% |
| Riscos Financeiros | 125.747 | 184,12% | 0,02% | 98.267 | 75,77% | 0,06% |
| Pessoas Coletivo | 16.559 | 104,38% | 2,00% | 13.600 | 57,77% | 2,24% |
| Rural | 41.475 | 73,18% | 0,00% | 8 | -9175,00% | 0,00% |
| Cascos marítimos | 8.540 | 76,73% | 12,94% | 5.658 | 57,62% | 16,38% |
| Cascos aeronáuticos | - | 0,00% | 0,00% | (48) | 2166,67% | 12,50% |
| **Total** | **1.276.804** | **80,94%** | **2,59%** | **969.442** | **75,98%** | **3,04%** |

**Liquídos de retrocessões cedidas**

| | 31 de Dezembro de 2023 | | | 31 de Dezembro de 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prêmios Ganhos | Sinistralidade % | Comercialização % | Prêmios Ganhos | Sinistralidade % | Comercialização % |
| Patrimonial | 184.667 | 53,74% | 11,68% | 132.271 | 39,07% | 12,80% |
| Riscos Especiais | (2.081) | -337,19% | 0,00% | (3.519) | 13,70% | -0,06% |
| Responsabilidades | 33.428 | -14,01% | 20,58% | 48.198 | -41,44% | 17,18% |
| Automóvel | 217.661 | 100,22% | 0,00% | 204.220 | 133,39% | 0,00% |
| Transportes | 151.988 | 100,41% | 2,04% | 108.039 | 135,13% | 2,76% |
| Riscos Financeiros | 6.916 | -33,49% | 0,43% | 9.648 | 36,36% | 0,62% |
| Pessoas Coletivo | 11.243 | 56,52% | 2,95% | 11.777 | 67,67% | 2,59% |
| Rural | 408 | 1134,80% | 0,00% | 8 | -9175,00% | 0,00% |
| Cascos marítimos | 5.893 | 99,36% | 18,75% | 4.811 | 72,31% | 19,27% |
| Cascos aeronáuticos | - | 0,00% | 0,00% | (37) | 4100,00% | 16,22% |
| | **610.123** | **79,77%** | **5,41%** | **515.416** | **89,70%** | **5,72%** |

**a. Prêmios emitidos por ramo - Consolidado**

| | 31 de Dezembro de 2023 | | | 31 de Dezembro de 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prêmios emitidos Brutos | Comissões de resseguros (cedentes) | Prêmios líquidos | Prêmios emitidos Brutos | Comissões de resseguros (cedentes) | Prêmios líquidos |
| Patrimonial | 271.414 | (10.158) | 261.256 | 207.080 | (9.712) | 197.368 |
| Riscos Especiais | 13.162 | (555) | 12.607 | 13.969 | (448) | 13.521 |
| Responsabilidades | 96.496 | (8.252) | 88.244 | 118.217 | (4.590) | 113.627 |
| Automovel | 605.328 | (96.401) | 508.927 | 622.934 | (106.350) | 516.584 |
| Transportes | 151.704 | (8.111) | 143.593 | 181.900 | (14.314) | 167.586 |
| Riscos Financeiros | 169.121 | (44.812) | 124.309 | 129.868 | (34.886) | 94.982 |
| Pessoas Coletivo | 21.410 | (4.238) | 17.172 | 17.676 | (5.433) | 12.243 |
| Rural | 49.125 | (7.650) | 41.475 | 8 | - | 8 |
| Cascos marítimos | 5.805 | (312) | 5.493 | 14.791 | (608) | 14.183 |
| Cascos aeronáuticos | - | - | - | (49) | 1 | (48) |
| **Total** | **1.383.565** | **(180.489)** | **1.203.076** | **1.306.394** | **(176.340)** | **1.130.054** |

**22. RESULTADO COM RETROCESSÃO- CONSOLIDADO**

| | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| Prêmio de retrocessão cedido (liquido dos custos de aquisição) | (688.095) | (523.425) |
| Variação da provisão de prêmios não ganhos | 21.413 | 69.400 |
| Recuperação com indenização de sinistro | 588.725 | 347.449 |
| Salvados | (50.442) | (39.188) |
| Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados | 66.959 | 11.331 |
| **Total** | **(61.440)** | **(134.433)** |

**23.DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO**

**a) Sinistros ocorridos consolidado**

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| Indenizações avisadas | (1.051.757) | (815.952) |
| Salvados | 109.011 | 84.530 |
| Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados | (90.636) | (5.136) |
| **Total** | **(1.033.382)** | **(736.558)** |

**b) Custos de aquisição diferidos - consolidado**

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| Corretagem | (32.864) | (30.947) |
| Variação dos custos de aquisição diferidos | (148) | 1.465 |
| **Total** | **(33.012)** | **(29.482)** |

**c) Despesas Administrativa**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 | 31 de Dezembro de 2023 | 31 de Dezembro de 2022 |
| Pessoal próprio | - | - | (27.686) | (28.687) |
| Serviços de terceiros | - | - | (57.973) | (38.207) |
| Partes Relacionadas | - | - | - | - |
| Localização e funcionamento | - | - | (3.228) | (6.537) |
| Publicidade e propaganda | - | - | (2.007) | (377) |
| Outras despesas administrativas | (34) | (73) | (981) | (878) |
| **Total** | **(34)** | **(73)** | **(91.875)** | **(74.686)** |

**d) Despesas de tributos consolidado**

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| COFINS | (14.121) | (9.714) |
| PIS | (2.295) | (1.578) |
| Impostos sobre remessa ao exterior | (7.027) | (11.002) |
| Taxa de fiscalização | (1.812) | - |
| Impostos sobre serviços de terceiros | (1.112) | (1.836) |
| Contingência Fiscal | - | (394) |
| Outros | (235) | (1.327) |
| **Total** | **(26.602)** | **(25.851)** |

**e) Resultado financeiro**

| | Controladora | |
|---|---|---|
| **Receitas** | **31 de dezembro de 2023** | **31 de dezembro de 2022** |
| Receita com aplicações financeirasa | 118 | 112 |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **Receitas** | **31 de dezembro de 2023** | **31 de dezembro de 2022** |
| Oscilação cambial | 12.569 | 46.936 |
| Receita com aplicações financeiras | 113.400 | 93.653 |
| **Total receitas** | **125.969** | **140.589** |
| **Despesas** | | |
| Oscilação cambial | (19.358) | (43.647) |
| Despesas com aplicações financeiras | (1.323) | (4.635) |
| Despesa com derivativos | (21.574) | (36.129) |
| Outras despesas financeiras | (11.794) | (10.498) |
| **Total despesas** | **(54.049)** | **(94.909)** |

**f) Outras receitas e despesas operacionais consolidado**

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| Redução ao Valor Recuperável - Prêmios | 3.719 | (2.816) |
| Redução ao Valor Recuperável - Sinistros | 798 | (854) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | (1.484) | 8 |
| **Total** | **3.033** | **(3.663)** |

**g) Resultado Patrimonial**

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|---|---|---|
| Resultado de Equivalência | 56.060 | 821 |
| | **56.060** | **821** |

**24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações dos resultados, como segue:

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 de Dezembro de 2023 | | 31 de Dezembro de 2022 | |
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| **Lucro presumido - Receitas financeiras** | **118** | **118** | **112** | **112** |
| IRPJ (15%) e CSLL (9%) Corrente | (17) | (11) | (17) | (10) |
| **Total do imposto de renda e contribuição social** | **(17)** | **(11)** | **(17)** | **(10)** |

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 de dezembro de 2023 | | 31 de dezembro de 2022 | |
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social | 99.302 | 99.302 | 5.941 | 5.941 |
| **Adições:** | | | | |
| Provisões - permanente | 28.703 | 11.548 | 6.716 | 5.820 |
| Variações cambiais não realizadas temporária | (22.807) | (22.807) | 21.207 | 21.207 |
| Provisão valor recuperável de Prêmios a receber e sinistros pagos a recuperar | 4.578 | 4.578 | 11.135 | 11.135 |
| Outras Adições | 19.297 | 19.297 | 12.652 | 12.652 |
| **Exclusões:** | | | | |
| Provisões - permanente | (3.005) | (3.005) | - | |
| Provisão de participação nos lucros | (4.794) | (4.794) | (4.144) | (4.144) |
| Variações cambiais não realizadas temporária | 16.821 | 16.821 | (18.457) | (18.457) |
| Outras exclusões | (17.100) | (17.100) | (16.163) | (16.163) |
| **Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social** | **120.995** | **103.840** | **18.887** | **17.991** |
| **Prejuízo fiscal e base negativa:** | | | | |
| Compensação | 2.490 | 9.771 | 5.633 | 5.364 |
| **Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social após compensação** | **118.505** | **94.069** | **13.254** | **12.627** |
| IRPJ e CSLL Corrente | (25.382) | (14.100) | (3.279) | (2.013) |
| IRPJ e CSLL - Constituição / (Compensação) | (622) | (1.466) | (1.409) | (804) |
| IRPJ e CSLL Diferido - Constituição / (Compensação) | (1.010) | (606) | 1.540 | 923 |
| IRPJ e CSLL - Ajustes períodos anteriores | - | - | (66) | - |
| **Total do imposto de renda e contribuição social** | **(27.014)** | **(16.172)** | **(3.214)** | **(1.893)** |

**25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

A entidade oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, administrado pela Icatu Seguros e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício foram registradas até 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 862 (R$ 808 em 31 de dezembro de 2022).

**26. PARTES RELACIONADAS - CONSOLIDADO**

A Administração identificou como partes relacionadas à entidade , seu controlador em última instância e empresas ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC nº 05 R1.

| | 31 de dezembro de 2023 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Controladaindireta | Coligada | | | | | | | | |
| | AGCS SE (a) (b) | Allianz Seguros SA (a) | Allianz SE (a) | Euler Hermes Seguros de Crédito S/A (a) | Euler Hermes American Credit Indemnity Company (a) | Allianz Colômbia (a) | Allianz México S.A. (a) | Allianz Global Risk US (a) (b) | Outros | TOTAL |
| **Ativo** | | | | | | | | | | |
| Prêmios a receber | 851 | 227.481 | - | 30.756 | - | 1.335 | 25.216 | - | 1.073 | 286.712 |
| Provisões técnicas | 141.788 | - | 80.873 | - | 107.165 | - | - | - | - | 329.826 |
| Sinistros Pagos a Recuperar - Cedido | 4.394 | - | 34.953 | - | 1 | - | - | - | - | 39.348 |
| Salvados - Aceito | - | 18.018 | - | - | - | 8 | (33) | - | - | 17.993 |
| **Passivo** | | | | | | | | | | |
| Prêmios a pagar | 159.048 | - | 85.484 | - | 30.192 | - | - | - | 106 | 274.830 |
| Provisões técnicas | (4.415) | (954.099) | - | (107.450) | - | (28.220) | (64.985) | (1.029) | (4.311) | (1.164.509) |
| Salvados - Cedido | (12) | - | (8.872) | - | - | - | - | - | - | (8.884) |
| Outras contas a pagar (recharges) | (19.470) | - | - | - | - | - | - | (2.879) | (2.387) | (24.736) |
| **Demonstração do Resultado** | | | - | | | | | | | |
| Retrocessão cedida - Prêmio Emitido | 122.001 | - | 396.481 | - | 116.968 | - | - | - | 78 | 635.528 |
| Retrocessão cedida - Provisões técnicas | 359.040 | - | (36.926) | - | 255.891 | - | - | - | - | 578.005 |
| Salvados - Cedido | 42.477 | - | - | - | 5.513 | - | - | - | - | 47.990 |
| Prêmio emitido - resseguro aceito | (2.762) | (699.400) | - | (124.090) | - | (50.566) | (77.696) | 785 | (1.837) | (955.566) |
| Provisões técnicas - resseguro aceito | (748) | (555.489) | - | (237.240) | - | (6.766) | (72.478) | (1.465) | (694) | (874.880) |
| Salvados - Aceito | - | (102.159) | - | (5.513) | - | - | (557) | - | - | (108.229) |
| Despesas administrativas (recharges) | 36.349 | - | - | - | - | - | - | 5.200 | 774 | 42.323 |
| Honorários da Administração (c) | 1.071 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.071 |
| Impostos sobre Partes Relacionadas no Exterior | 9.789 | - | - | - | - | - | - | - | - | 9.789 |
| **Total** | **849.401** | **(2.065.648)** | **551.993** | **(443.537)** | **515.730** | **(84.209)** | **(190.533)** | **612** | **(7.198)** | **(873.389)** |

| | 31 de dezembro de 2022 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Controlada indireta | Coligada | | | | | | | |
| | AGCS SE (a) (b) | Allianz Seguros SA (a) | Euler Hermes Seguros de Crédito S/A (a) | Euler Hermes American Credit Indemnity Company (a) | Allianz Colômbia (a) | Allianz México S.A. (a) | Allianz Global Risk US (a) (b) | Outros | TOTAL |
| **Ativo** | | | | | | | | | |
| Prêmios a receber | (826) | 313.865 | 9.233 | - | 321 | 12.875 | 3 | (131) | 335.340 |
| Provisões técnicas | 347.456 | - | - | 5.034 | - | - | - | - | 352.490 |
| Sinistros Pagos a Recuperar - Cedido | 70.169 | - | - | - | - | - | - | - | 70.169 |
| Salvados - Aceito | - | 16.635 | 1.644 | - | (8) | - | - | - | 18.271 |
| **Passivo** | | | | | | | | | |
| Prêmios a pagar | (240.710) | - | - | (9.196) | - | - | - | - | (249.906) |
| Provisões técnicas | (4.904) | (1.040.923) | (20.868) | - | (25.364) | (19.882) | (758) | (3.808) | (1.116.507) |
| Salvados - Cedido | (17.052) | - | - | (1.644) | - | - | - | - | (18.696) |
| Outras contas a pagar (recharges) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Demonstração do Resultado** | | | | | | | | | |
| Retrocessão cedida - Prêmio Emitido | 708.422 | - | - | 435.549 | - | - | - | 47 | 1.144.018 |
| Retrocessão cedida - Provisões técnicas | 508.826 | - | - | 50.132 | - | - | - | - | 558.958 |
| Salvados - Cedido | 31.635 | - | - | 6.730 | - | - | - | - | 38.365 |
| Prêmio emitido - resseguro aceito | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisões técnicas - resseguro aceito | 62 | (1.038.750) | (66.031) | - | (8.734) | (27.245) | (320) | (3.720) | (1.144.738) |
| Salvados - Aceito | - | (76.576) | (6.730) | - | (121) | - | - | - | (83.427) |
| Despesas administrativas (recharges) | 21.491 | - | - | - | - | - | 5.861 | 5.339 | 32.691 |
| Honorários da Administração (c) | 1.564 | - | - | - | - | - | - | - | 1.564 |
| Impostos sobre Partes Relacionadas no Exterior | 3.787 | - | - | - | - | - | - | - | 3.787 |
| **Total** | **1.429.920** | **(1.825.749)** | **(82.752)** | **486.605** | **(33.906)** | **(34.252)** | **4.786** | **(2.273)** | **(57.621)** |

(a) **Prêmios, sinistros e provisão para prêmios não ganhos:** A entidade possui contratos facultativos e/ou automáticos com as referidas empresas. (b) **Suporte técnico;** A AGCS Re utiliza da estrutura operacional e administrativa dessas empresas para os processos de subscrição, processamento de dados e informações. (c) **Honorários da Administração:** Os honorários dos Administradores registrados na rubrica despesas administrativas no montante de R$ 1.070 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.564 em 31 de dezembro de 2022, compreendem benefícios de curto prazo, de rescisão de contrato e remuneração baseada em ações. A AGCS Re não mantém plano de benefícios pós emprego na modalidade de benefício definido. **Programa de incentivos baseado em ações:** O Grupo Allianz oferece, em nível mundial, o programa Allianz Equity Incentive (AEI) com objetivo de fomentar a atuação dos principais executivos a longo prazo. O programa de remuneração é garantido em forma de RSUs (*Restricted Stock Units*), uma ação virtual, mensurada na data de concessão pelo valor da remuneração do executivo, dividido pelo valor de mercado médio das ações da Allianz SE. O período de aquisição do direito à remuneração é de 4 anos, e ao final deste período, as RSUs são valorizadas pelo valor de mercado médio atualizado das ações. O pagamento do programa é limitado a 200% da valorização da ação no período e liquidado, exclusivamente, em caixa. O valor de mercado médio das ações é obtido através da média aritmética do preço de fechamento das ações da Allianz SE no sistema eletrônico da bolsa de valores de Frankfurt na data de exercício do benefício e dos nove dias imediatamente antecedentes e subtraído do valor presente de dividendos esperados a pagar para cada ação durante o período de aquisição. Todas as informações relativas ao programa são calculadas e processadas pela matriz, que distribui mensalmente os saldos a serem registrados pelas empresas do Grupo. A parcela constituída como obrigação a pagar tem como contrapartida a despesa na demonstração de resultados. O montante apurado é transferido para o Grupo através de operação cambial, que por sua vez adquire e administra o portfólio de ativos financeiros que serão novamente transferidos para a entidade quando o benefício de concessão for exercido pelo executivo.

**27. DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO DA CONTROLADA**

**a. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido;** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). Na Resolução citada acima são estabelecidas a metodologia para cálculo do capital de risco baseado nas principais categorias de risco (subscrição, mercado, crédito e operacional) e de apuração do PLA. Nos quadros a seguir é possível observar os valores calculados para AGCS Re, que na data base de 31 de dezembro de 2023, melhorou os níveis adequados de suficiência de capital e de solvência, observados no exercício anterior.:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Patrimônio líquido contábil** | **262.008** | **219.445** |
| **Ajustes contábil** | | |
| (-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social | - | (2.088) |
| (-) Ativos Intangíveis | (183) | - |
| (-) Créditos tributários de diferenças temporárias - Total | (11.439) | (13.054) |
| **Patrimônio líquido ajustado - PLA Nível 1 (a)** | **250.385** | **204.303** |
| **Ajustes associados à variação dos valores econômicos** | | |
| (+) Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas* | 37.880 | 44.998 |
| **Patrimônio líquido ajustado - PLA Nível 2 (b)** | **37.880** | **44.998** |
| (+) Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR | 11.439 | 13.054 |
| **Patrimônio líquido ajustado - PLA Nível 3 (c)** | **11.439** | **13.054** |
| **Patrimônio líquido ajustado - PLA TOTAL (d)** | **299.704** | **262.354** |
| **Capital adicional baseado em risco - CR (e)** | **189.789** | **170.642** |
| Capital Adicional Risco de Subscrição | 154.569 | 136.648 |
| Capital Adicional Risco de Crédito | 34.215 | 35.645 |
| Capital Adicional Risco Operacional | 9.964 | 8.783 |
| Capital Adicional Risco Mercado (*) | 17.715 | 13.843 |
| Benefício de correlação de riscos | (26.674) | (24.277) |
| **Capital Base - CB (f)** | **60.000** | **60.000** |
| **Capital Mínimo Requerido - CMR = (máximo entre e e f) (g)** | **189.789** | **170.642** |
| **Suficiência de capital em relação ao PLA = (d) - (g)** | **109.915** | **91.712** |
| **Índice de solvência** | **158%** | **154%** |

*Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP 432/2021.

**28. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS**

**Circular SUSEP 678 - Aprova o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros baseado no modelo de negócio incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referendada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP. Essa norma entrara em vigor a partir de 02.01.2024. A AGCS Participaoes e sua controlada estão na fase de avaliação dos possíveis impactos de acordo com o modelo de negocio e analisando as premissas para o cálculo da perda esperada dos ativos financeiros, para a adequação do novo pronunciamento, a companhia está na fase de conclusão do levantamento dos valores, , a expectativa é um impacto baixo na contabilidade. **CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguro**: Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes para contratos. Essas informações serão importantes para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira. O CPC 50 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas acima, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

**29. EVENTOS SUBSEQUENTE**

Administração da Allianz Global Corporate & Specialty do Brasil Participações Ltda. propôs o pagamento de dividendos no montante de R$ 35.000 mil para sua Controladora Allianz Risk Transfer AG, em conformidade com o estatuto social da AGCS Participações.

**Diretoria**

**David Alejandro Colmenares Spence** - Diretor
**Eduardo Duarte** - Diretor de Controles Internos
**Felipe Tadeu Piolli Orsi** - Diretor Técnico
**Filipe Reis Araujo** - Diretor Financeiro
**Isabela Silva de Oliveira** - Atuária MIBA 1138
**Giselaine Borges Venet** - Contadora CRC SP207085/O-9

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Quotistas
Allianz Global Corporate & Specialty do Brasil Participações Ltda.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Allianz Global Corporate & Specialty do Brasil Participações Ltda. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Allianz Global Corporate & Specialty do Brasil Participações e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Global Corporate & Specialty do Brasil Participações Ltda. e da Allianz Global Corporate & Specialty do Brasil Participações e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos - Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em atendimento aos requerimentos dos administradores e quotistas e, pode não ser adequado para outros fins. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/24 –** Registro de Preços para eventual fornecimento de ferramentas manuais e elétricas, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM**. **CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **09h00min. do dia 03/05/24 até às 09h00min. do dia 17/05/24.** Abertura de Propostas Iniciais**: 17/05/24 às 09h05min.** O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobbmnet.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8376 ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA**

**ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/24 –** Registro de Preços para eventual fornecimento de serviços de impressão digital para as secretarias pertencentes a esta municipalidade, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM**. **CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **09h00min. do dia 02/05/24 até às 09h00min. do dia 15/04/24.** Abertura de Propostas Iniciais**: 15/04/24 às 09h05min.** O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobbmnet.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8376 ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

**REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Acham-se abertas no Departamento de Pregão da Rede Mário Gatti, sito Av. Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, fone: (19) 3772-5815 e 3772-5708 as licitações a seguir: **1) Pregão Eletrônico nº 90029/2024** - Prot. nº HMMG.2023.00002961-07: Cont. emp. prest. serv. radiologia, exames e emissão de laudo; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 30/04/2024 e o início da sessão dar-se-á às 09h00 do dia 15/05/2024. **2) Pregão Eletrônico nº 90046/2024** - Prot. nº HMMG.2024.00000291-76: Cont. emp. prest. Serv. especializado p/ assistência à linha de cuidados em OFTALMOLOGIA; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 30/04/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h30 do dia 15/05/2024. 3) Pregão Eletrônico nº 90047/2024** - Prot. nº HMMG.2024.00000367-17: RP med. diversos (Acetato de Retino e outros); o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 30/04/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h30 do dia 13/05/2024**. Os interessados poderão retirar os Editais a partir do dia 30/04/2024 no site www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail: pregao@hmmg.sp.gov.br.
EMMANUEL CARLOS PIERANGELLI - Diretor Administrativo

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

# Trombini Embalagens S.A.

CNPJ/MF 11.252.642/0001-02

**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de Reais)

**Relatório da Administração - Senhores Acionistas:** Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à aprovação de V. Sas. o relatório das atividades, as demonstrações contábeis e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023.

**Balanços patrimoniais**

| Ativo | NE | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 24.266 | 42.272 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 352.822 | 362.945 |
| Estoques | 6 | 251.663 | 249.181 |
| Tributos a recuperar | 7 | 34.318 | 28.563 |
| Outros créditos | | 29.119 | 14.855 |
| | | **692.188** | **697.816** |
| **Não circulante** | | | |
| Contas a receber de clientes | 5 | 1.703 | - |
| Tributos a recuperar | 7 | 31.862 | 25.525 |
| Precatórios | 8 | 20.300 | 18.066 |
| Bens não utilizados na operação | | 58.285 | 58.285 |
| Partes relacionadas | 21 | 136.522 | 111.173 |
| Outros créditos | | 4.796 | - |
| | | **253.468** | **213.049** |
| Investimentos em Controladas | | - | - |
| Ativo Biológico | 9 | 135.306 | 130.481 |
| Imobilizado | 10 | 499.344 | 436.231 |
| Intangível | 11 | 4.968 | 3.905 |
| Direito ao uso de terrenos | 12a | 11.101 | 13.174 |
| | | **904.187** | **796.840** |
| **Total do ativo** | | **1.596.375** | **1.494.656** |

| Passivo e Patrimônio Líquido | NE | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 13 | 114.360 | 122.855 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 91.484 | 96.106 |
| Arrendamentos mercantil | 12b | 1.773 | 1.821 |
| Salários, provisões e encargos sociais | 15 | 55.822 | 57.141 |
| Dividendos e participações | 16/22b | 48.040 | 60.216 |
| Tributos a recolher | 18 | 17.863 | 10.553 |
| Provisão IRPJ e CSLL | 18 | 68.759 | 62.932 |
| Financiamentos de tributos | 17 | 76.935 | 64.074 |
| Contas a pagar e outros passivos | 19 | 34.380 | 36.845 |
| | | **509.416** | **512.543** |
| **Não circulante** | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 213.632 | 196.363 |
| Arrendamentos mercantil | 12b | 9.328 | 11.353 |
| Financiamentos de tributos | 17 | 299.664 | 307.379 |
| Tributos a recolher | 18 | 194.819 | 108.674 |
| Provisão para contingências | 20 | 11.071 | 11.015 |
| Partes relacionadas | 21 | 73.575 | 67.779 |
| Pessoas Ligadas | | 3.034 | - |
| Contas a pagar e outros passivos | 19 | 2.091 | 11.904 |
| | | **807.214** | **714.467** |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 22a | 74.290 | 74.290 |
| Reserva de capital | | 168.190 | 36.783 |
| Reserva de lucros | | 37.265 | 156.573 |
| | | **279.745** | **267.646** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **1.596.375** | **1.494.656** |

| Demonstrações do patrimônio líquido | Nota Explicativa | Capital Social | Reserva de Capital | Reserva Legal | Reserva de Lucros a Realizar | Reserva para Retenção de Lucros | Prejuízo Acumulado | Totais |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | | **74.290** | **18.391** | **5.862** | **-** | **69.653** | **-** | **168.196** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 106.294 | **106.294** |
| Reserva de capital - Sub. Governamentais | 30 | - | 18.392 | - | - | - | (18.392) | - |
| Constituição de reserva legal | | - | - | 1.441 | - | - | (1.441) | - |
| Dividendos propostos | | - | - | - | - | (6.844) | - | **(6.844)** |
| Ajuste a valor presente - Ativo Biológico | | - | - | - | 59.084 | - | (59.084) | - |
| Constituição de reserva de lucros | | - | - | - | - | 27.377 | (27.377) | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | | **74.290** | **36.783** | **7.303** | **59.084** | **90.186** | **-** | **267.646** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 40.836 | **40.836** |
| Reserva de capital - Sub. Governamentais | 30 | - | 131.407 | - | - | - | (131.407) | - |
| Constituição de reserva legal | | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos propostos | | - | - | - | - | (28.737) | - | **(28.737)** |
| Realização da Reserva - Ativo Biológico | | - | - | - | (3.503) | - | 3.503 | - |
| Absorção de prejuízo com reservas | | - | - | - | 3.503 | (90.571) | 87.068 | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | | **74.290** | **168.190** | **7.303** | **59.084** | **(29.122)** | **-** | **279.745** |

| Demonstrações do resultado | NE | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| Receita líquida de vendas | 23 | 1.582.055 | 1.648.291 |
| Custo dos produtos vendidos | 24 | (1.153.487) | (1.115.288) |
| **Lucro bruto** | | **428.568** | **533.003** |
| **Despesas operacionais** | | | |
| Vendas | 25 | (206.705) | (212.621) |
| Gerais e administrativas | 26 | (184.832) | (138.862) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | - | (35.078) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 27 | 100.196 | 151.565 |
| | | **(291.341)** | **(234.996)** |
| **Lucro antes do resultado operacional financeiro** | | **137.227** | **298.007** |
| **Resultado financeiro** | | | |
| Receitas financeiras | 28 | 16.403 | 15.267 |
| Despesas financeiras | 28 | (112.895) | (209.119) |
| Variação cambial, líquida | 28 | (1.094) | 2.139 |
| | | **(97.586)** | **(191.713)** |
| **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social** | | **39.641** | **106.294** |
| Imposto de renda e contribuição social | | 1.195 | - |
| **Lucro líquido do exercício** | | **40.836** | **106.294** |
| **Resultado por lote de mil ações - em R$** | | **550** | **1.431** |

| Demonstrações do resultado abrangente | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **40.836** | **106.294** |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício** | **40.836** | **106.294** |

| Demonstrações dos fluxos de caixa | Controladora 2023 | Controladora 2022 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Lucro líquido do exercício** | **40.836** | **106.294** |
| **Itens que não afetam o caixa operacional** | | |
| Depreciações e amortizações | 38.582 | 29.973 |
| Exaustão dos Ativos Biológicos | 4.263 | - |
| Equivalência patrimonial | - | 78 |
| Participação dos administradores | - | 3.202 |
| Resultado na venda de bens do imobilizado | 1.902 | 1.718 |
| Juros e variação monetária de mútuos ativos e passivos com partes relacionadas | (8.611) | (3.293) |
| Juros e variação monetária sobre financiamentos | 38.226 | 32.271 |
| Juros e variação monetária sobre outros ativos e passivos | 65.080 | 41.367 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (1.195) | 30.437 |
| **Lucro Ajustado** | **179.083** | **242.047** |
| **(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:** | | |
| Contas a receber | 11.750 | (9.076) |
| Adiantamentos concedidos | (3.266) | (6.681) |
| Estoques | (2.483) | (59.350) |
| Tributos a recuperar | (12.093) | 10 |
| Depósitos judiciais | 88 | 662 |
| Outros ativos operacionais | (15.682) | (57.034) |
| **Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:** | | |
| Fornecedores | (19.623) | 1.754 |
| Salários, comissões e encargos sociais | (1.447) | 8.225 |
| Tributos a recolher | 98.392 | (93.055) |
| Tributos e encargos sociais parcelados | (22.541) | 35.322 |
| REFIS | (28.386) | (4.151) |
| Dividendos e Participações | (40.912) | (11.783) |
| Outros passivos operacionais | (11.190) | 5.129 |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | **131.690** | **52.019** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Bx Investimento em controladas | - | 1.289 |
| Aquisição de precatórios | (2.233) | (15.531) |
| Adições aos intangíveis | (1.077) | (1.165) |
| Aquisição de bens para o ativo imobilizado | (105.406) | (178.435) |
| Aquisição de ativos biológicos | (7.264) | - |
| Ajuste a valor presente - Ativo Biológico | - | (89.520) |
| **Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento** | **(115.980)** | **(283.362)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | |
| Líquido de empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados | (25.776) | 123.885 |
| Empréstimos a terceiros | - | - |
| Mútuos com partes relacionadas | (7.940) | 65.526 |
| **Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades de Financiamento** | **(33.716)** | **189.411** |
| **(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa** | **(18.006)** | **(41.932)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 42.272 | 84.204 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 24.266 | 42.272 |
| **(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa** | **(18.006)** | **(41.932)** |

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

**1. Contexto operacional:** A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, atua de forma direta em oito unidades operacionais localizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, produzindo e comercializando os seguintes produtos: • Embalagens de papel e papelão ondulado; • Celulose e aparas de papel; • Papel reciclado e virgem; • Produção e comercialização de energia elétrica. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 17 de abril de 2024. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As demonstrações contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 11.638/07. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e a as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Conselho Federal de Contabilidade. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor. **3.2 Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3 Não circulante:** Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes. **3.4 Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. **3.5 Benefícios a empregados:** Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. **3.6 Provisão para contingências:** Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **3.7 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia aufere receita de intermediação através de uma plataforma digital. As receitas são reconhecidas quando cumpridas as obrigações de performance, de acordo com o CPC 47/IFRS 15. A norma CPC 47 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018) substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos. De acordo com a CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos. **3.8 Tributação:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do Lucro Real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Imposto corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço, eventuais estimativas recolhidas durante o exercício corrente poderão ser compensadas com futuros impostos a pagar. A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas durante o exercício corrente nos países onde as controladas e associadas da Companhia operam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita a interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. **3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Empresa ainda está avaliando os impactos dessas alterações para as futuras demonstrações financeiras. **a) Alterações ao CPC 26 (R1) - classificação do passivo como circulante ou não circulante e - passivo não circulante com covenants:** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. **b) Alterações ao CPC 03 e CPC 40- acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado"):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. **c) Alterações ao CPC 06 (R2) - passivo de arrendamento em uma transação de "*sale and leaseback*":** As alterações afetam a forma como um vendedor-arrendatário contabiliza os pagamentos variáveis de arrendamento que surgem em uma transação de "*sale and leaseback*". As alterações introduzem um novo modelo de contabilidade para pagamentos variáveis e exigirão que o vendedor-arrendatário reavalie e, potencialmente, reapresente as transações de "*sale and leaseback*" realizadas desde 2019. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. **d) Alterações ao CPC 02 - ausência de conversibilidade:** As alterações propõem que as empresas usem uma taxa de câmbio com base em sua melhor estimativa, em vez de usar uma taxa oficial inacessível, devendo essa estimativa refletir a taxa à vista na qual uma transação de câmbio ordenada ocorreria na data de mensuração entre os participantes do mercado sob as condições econômicas vigentes. As alterações não contêm requisitos específicos para a estimativa de uma taxa à vista. Sendo sua aplicabilidade para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2025. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Caixa | 70 | 28 |
| Bancos - conta corrente | 1.512 | 12.508 |
| Aplicação financeira no Brasil | 22.684 | 29.736 |
| **Totais** | **24.266** | **42.272** |

O saldo de aplicações financeiras é composto por títulos de CDB Bancos Banrisul, Bradesco, Safra, Caixa Econômica Federal, Santander, BTG Pactual, Daycoval, remuneradas à taxa média de 70% a 100% do CDI e títulos de capitalização Banco Banrisul. As aplicações financeiras de curto prazo possuem liquidez imediata.

| **5. Contas a receber de clientes** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Mercado Interno | 275.612 | 253.454 |
| Mercado Externo | 91.596 | 114.676 |
| Totais | 367.208 | 368.104 |
| (-) PECLD | (12.683) | (5.185) |
| **Totais** | **354.525** | **362.945** |

As contas a receber são registradas pelo valor nominal faturado, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. O saldo de provisão para perda de crédito estimada corresponde substancialmente a duplicatas com alto risco de não recebimento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis e suas estimativas de inadimplência. As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| A Vencer | 329.663 | 330.254 |
| Vencidos até 30 dias | 15.199 | 15.454 |
| Vencidos de 31 até 60 dias | 1.251 | 4.953 |
| Vencidos de 61 até 90 dias | 908 | 1.125 |
| Vencidos Acima de 91 dias | 20.187 | 16.318 |
| **Totais** | **367.208** | **368.104** |

| **6. Estoques** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Produtos Acabados | 79.190 | 66.670 |
| Matérias-Primas | 51.717 | 61.815 |
| Peças de Reposição | 93.595 | 85.310 |
| Materiais Secundários | 12.624 | 17.706 |
| Almoxarifado - Outros | 14.537 | 17.680 |
| **Totais** | **251.663** | **249.181** |

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo das matérias-primas processadas, mão de obra direta e outros custos de produção. A Companhia vem adotando medidas de identificação para eventual alienação ou ajuste de itens de estoque de Peças de Reposição com pouca utilização no processo operacional.

| **7. Tributos a recuperar** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| ICMS a recuperar | 17.458 | 12.888 |
| PIS e COFINS a recuperar | 16.399 | 15.237 |
| IRPJ/CSLL antecipação | 20.967 | 11.000 |
| IPI a recuperar | 9.252 | 13.283 |
| Outros | 2.104 | 1.680 |
| **Totais** | **66.180** | **54.088** |
| Ativo Circulante | 34.318 | 28.563 |
| Ativo não Circulante | 31.862 | 25.525 |

Os saldos de IPI a recuperar tem principal origem em possíveis créditos futuros que estão sendo discutidos judicialmente nos processos 0050472-10.2013.4.03.6182 e 5020411-37.2020.4.03.6182. O IRPJ e a CSLL antecipação referem-se a pagamentos realizados por estimativa durante o exercício corrente. Os saldos serão compensados no exercício de 2024.

| **8. Precatórios** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Precatórios Estado do Paraná | 15.531 | 15.531 |
| Precatórios Estado do Rio Grande do Sul | 4.769 | 2.535 |
| **Total** | **20.300** | **18.066** |

Os precatórios adquiridos são de natureza comum e serão utilizados na liquidação de débitos de ICMS, em negociação ou com medidas judiciais em andamento. **9. Ativo Biológico:** Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucaliptos para matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papéis e venda de toras de madeira para terceiros. Os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensurados a valor justo conforme laudo do engenheiro Florestal Khalliu Mendonça Biavatti - CREA-SC 081220-1. A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos anualmente, intervalo que considera suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras. As principais movimentações do exercício são movimentadas abaixo:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Custo de formação dos Ativos biológicos | 40.961 | 40.961 |
| Ajuste ao valor justo dos Ativos Biológicos | 89.520 | 89.520 |
| Aquisição de Florestas | 9.102 | - |
| Baixa Avaliação a valor justo | (14) | - |
| Exaustão Custo histórico | (4.263) | - |
| **Total** | **135.306** | **130.481** |

O Ativo Biológico está localizado no estado de Santa Catarina e soma 3.277,88 hectares em ativos florestais distribuídos em 86 fazendas, sendo 2.991,11 hectares de plantio de Pinus e 286,77 hectares de plantio de Eucalyptus. Deste total 2.828,6 hectares de plantio florestal são em áreas arrendadas distribuídas entre 77 fazendas. A Companhia possui contrato de arrendamento de terras com validade até que o total das florestas plantadas existentes nessas áreas sejam colhidas em um ciclo de até 15 anos. Os passivos de arrendamento estão apresentados na nota 12.

| **10. Imobilizado** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Terrenos | 6.085 | 5.385 |
| Edificações | 149.301 | 126.427 |
| Instalações | 21.700 | 14.604 |
| Máquinas e equipamentos | 395.901 | 322.131 |
| Equipamentos de informática | 13.891 | 9.195 |
| Florestas próprias | 1.600 | 2.312 |
| Móveis e utensílios | 2.165 | 1.918 |
| Veículos | 297 | 297 |
| Outros | 1.292 | 1.045 |
| Imobilizado em andamento | 128.681 | 137.289 |
| Depreciação/Exaustão acumulada | (221.569) | (184.372) |
| **Totais** | **499.344** | **436.231** |

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial em 31/12/2022** | **436.231** | **329.303** |
| Adições/Inclusão ativos: | | |
| Terrenos | 700 | 4.439 |
| Edificações | 22.904 | 79.312 |
| Instalações | 7.166 | 2.979 |
| Máquinas e equipamentos | 74.372 | 86.108 |
| Equipamentos de informática | 4.856 | 1.060 |
| Móveis e utensílios | 120 | 500 |
| Florestas próprias | 2.651 | - |
| Outros | 373 | 284 |
| Imobilizado em andamento | 87.392 | 116.089 |
| **Totais de adições** | **200.534** | **290.771** |
| **Baixas** | | |
| Máquinas e equipamentos | (599) | (219) |
| Equipamentos de informática | (160) | (134) |
| Outros | (96.881) | (117.492) |
| **Totais de baixas** | **(97.640)** | **(117.845)** |
| (-) Transferências | (2.584) | (40.961) |
| (-) Depreciações/Exaustões | (37.197) | (25.037) |
| **Saldo no Final do Exercício** | **499.344** | **436.231** |

As adições contemplam aquisições inerentes ao aprimoramento e modernização do parque fabril das unidades operacionais. Em novembro/2023 a Companhia adquiriu ativos imobilizados da empresa Sulina Embalagens Ltda através de contrato de mútuo. Não foram identificados indicadores de possível redução do valor recuperável dos ativos da Companhia (impairment).

| **11. Intangível** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Direito de uso de software | 17.696 | 15.248 |
| Marcas e patentes | 9 | 9 |
| Amortização acumulada | (12.737) | (11.352) |
| **Intangível líquido** | **4.968** | **3.905** |

**12. Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamentos:** A partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia aplicou a NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental (taxa nominal) sobre os empréstimos da Companhia para o imóvel a taxa de 13,04% a.a. e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

| **a) Ativo direito de uso - Terrenos** | **Valor** |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **13.174** |
| Baixas | (3.328) |
| Amortização juros | 1.451 |
| Atualização juros | (196) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **11.101** |

| **b) Passivos de Arrendamento** | **Valor** |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **13.174** |
| Baixas | (3.328) |
| Amortização juros | 1.451 |
| Atualização juros | (196) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **11.101** |
| Circulante | 1.773 |
| Não circulante | 9.328 |

| **13. Fornecedores** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Nacionais | 104.848 | 106.254 |
| Estrangeiros | 9.512 | 16.601 |
| **Totais** | **114.360** | **122.855** |

**14. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

| Linha de Crédito | Encargos | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Moeda Nacional** | | | |
| Cap. Giro - Santander | CDI + 5,77 % | - | 12.171 |
| Cap. Giro - Safra | CDI + 6,80 % | 2.787 | 6.614 |
| Cap. Giro - Itaú | CDI + 6,38 % | - | 10.085 |
| Cap. Giro - Banrisul | CDI + 3,66 % | 16.983 | 10.007 |
| Cap. Giro - BTG Pactual | CDI + 6,00 % | 128.620 | 124.202 |
| Cap. Giro - Financiamento CEF | CDI + 2,92 % | 42.629 | 49.732 |
| Saldo Credor - Banco Santander | - | 421 | - |
| Saldo Credor - Banco Bradesco | - | 43 | - |
| Saldo Credor - Banco CEF | - | 9.722 | |
| Leasing - HP | 3,90% A.M. | - | 1.133 |
| | | **201.205** | **213.944** |
| **Moeda Estrangeira** | | | |
| CCE - Santander | VC + 7,07 % A.A. | 2.138 | 6.907 |
| FINEX - PPE - Santander | VC + 8,95 % A.A. | 11.562 | - |
| Deutsche Leasing | VC + 3,00% A.A. | 4.093 | 5.963 |
| Deustche Leasing | VC + 3,00% A.A. | 2.792 | 4.068 |
| Deustche Leasing | VC + 5,27% A.A. | 2.362 | 3.352 |
| Deustche Leasing | VC + 7,87% A.A. | 9.398 | 12.181 |
| Deustche Leasing | VC + 8,72% A.A. | 10.026 | 11.501 |
| AKA | VC + 1,95% A.A + Euribor | 46.553 | - |
| | | **88.924** | **43.972** |
| ACC (Santander, Banrisul e CCB) | VC + 8,33% A.A. | 14.987 | 34.553 |
| **Totais** | | **305.116** | **292.469** |
| **Passivo circulante** | | **91.484** | **96.106** |
| **Passivo não circulante** | | **213.632** | **196.363** |

Detalhamento dos vencimentos a longo prazo:

| Ano | Saldos |
|---|---|
| 2025 | 45.527 |
| 2026 | 112.452 |
| 2027 | 17.350 |
| Após | 38.303 |
| **Total** | **213.632** |

As obrigações são garantidas pelos respectivos bens objetos dos financiamentos, hipotecas, por avais dos administradores ou empresas ligadas, ou pelos bens móveis em operação.

| **15. Salários, Provisões e Encargos Sociais** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Participação dos empregados nos lucros | 21.753 | 24.047 |
| INSS a recolher | 4.813 | 4.644 |
| FGTS a recolher | 1.645 | 1.582 |
| SENAI adicional | 27 | 26 |
| Convênio SENAI/SESI | 304 | 294 |
| SEST/SENAT a recolher | 2 | 2 |
| Provisão férias | 27.278 | 26.546 |
| | **55.822** | **57.141** |

A Companhia concede aos empregados os seguintes benefícios: assistência médica, assistência odontológica, vale creche, seguro de vida, empréstimo consignado, além dos benefícios estabelecidos em lei (refeição, transporte, participação nos lucros e vale-alimentação).

| **16. Dividendos e Participações** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Dividendos a pagar 2021 | - | 26.843 |
| Dividendos a pagar 2022 | - | 6.844 |
| Dividendos a pagar 2023 | 21.511 | - |
| Participação administradores 2014 | 1.057 | 1.057 |
| Participação administradores 2015 | 1.048 | 1.048 |
| Participação administradores 2017 | 287 | 287 |
| Participação administradores 2018 | 2.969 | 2.969 |
| Participação administradores 2020 | 4.941 | 4.941 |
| Participação administradores 2021 | 13.025 | 13.025 |
| Participação administradores 2022 | 3.202 | 3.202 |
| | **48.040** | **60.216** |

**17. Financiamentos de tributos:** A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, estabelecido pela Lei nº. 12.996/2014, consolidando os tributos federais a recolher, parcelados e em discussão.

| Natureza | Encargos | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| ICMS | FCA | 29.071 | 32.179 |
| Parcelamentos PGFN | Selic | 162.388 | 135.766 |
| Débitos previdenciários | Selic | 11.828 | 14.850 |
| REFIS | Selic | 173.312 | 188.658 |
| **Totais** | | **376.599** | **371.453** |
| Passivo circulante | | 76.935 | 64.074 |
| Passivo não circulante | | 299.664 | 307.379 |

Detalhamento dos vencimentos a longo prazo:

| Ano | Saldos |
|---|---|
| 2025 | 75.705 |
| 2026 | 74.260 |
| Após | 149.699 |
| **Total** | **299.664** |

| **18. Tributos a recolher** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| PIS e COFINS | 42.352 | 13.659 |
| IPI | 83.699 | 63.650 |
| ICMS | 40.641 | 6.586 |
| IRPJ | 72.059 | 68.653 |
| CSLL | 25.941 | 24.715 |
| Outros | 16.749 | 4.896 |
| **Totais** | **281.441** | **182.159** |
| Passivo circulante | 86.622 | 73.485 |
| Passivo não circulante | 194.819 | 108.674 |

No saldo de IPI estão inclusos valores originais decorrentes de créditos na apuração que estão sendo discutidos administrativa e judicialmente, não havendo trânsito em julgado quanto à sua admissibilidade.

| **19. Contas a pagar e outros passivos** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Energia elétrica | 12.584 | 16.249 |
| Fretes | 8.989 | 9.948 |
| Comissões a pagar | 8.269 | 8.396 |
| Outras | 6.629 | 14.156 |
| **Totais** | **36.471** | **48.749** |

**20. Provisão para contingências:** Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para contingências em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos cíveis, trabalhistas, tributárias e previdenciários em andamento, para aqueles casos em que o risco de perda foi considerado provável, como segue:

| | Saldo Anterior | Adições | Baixas | Movimentação do Exercício: Transferência | Movimentação do Exercício: Atualização | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Trabalhistas | 3.149 | - | - | - | - | 3.149 |
| Tributárias | 9.251 | - | - | - | - | 9.251 |
| (-) Depósitos Judiciais | (1.385) | (450) | 538 | - | (32) | (1.329) |
| **Totais** | **11.015** | **(450)** | **538** | **-** | **(32)** | **11.071** |

**Contingências possíveis:** A Companhia adota procedimentos tributários para aproveitamento de créditos na apuração de tributos que estão sendo discutidos administrativa e judicialmente, não havendo trânsito em julgado quanto à sua admissibilidade. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível. A provisão para contingência tributária acima detalhada contempla parte dos valores originais envolvidos. Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorreram no curso normal dos negócios, inclusive decorrentes de alterações societárias ocorridas no passado. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível. Estas contingências cíveis e tributárias foram provisionadas parcialmente.

**21. Partes relacionadas: a) Saldos e transações com partes relacionadas**

Controladora

| | Valores a Receber 2023 | Valores a Receber 2022 | Valores a Pagar 2023 | Valores a Pagar 2022 | Custo Arrendamento 2023 | Custo Arrendamento 2022 | Receitas (Despesas) Financeiras 2023 | Receitas (Despesas) Financeiras 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Trosa S.A. Adm. e Participação | 128.879 | 111.164 | 4.039 | - | - | - | 7.175 | 6.207 |
| Sulina Embalagens Ltda. | - | - | 69.536 | 64.180 | 4.640 | 5.208 | (488) | (1.044) |
| GSM Adm. e Participação S.A. | 7.643 | 9 | - | 3.599 | - | - | 1.924 | (1.870) |
| Totais | 136.522 | 111.173 | 73.575 | 67.779 | 4.640 | 5.208 | 8.611 | 3.293 |
| **Saldo** | **62.947** | **43.394** | **-** | **-** | **4.640** | **5.208** | **8.611** | **3.293** |

Os saldos de mútuo são corrigidos à base de 0,5% ao mês. Os preços e as condições comerciais praticados nas operações acima e nos contratos de aluguéis são acordados entre as partes relacionadas. **22. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social integralizado está representado por 74.289.709 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, equivalentes a R$ 74.290 mil, assim distribuídos:

| Acionistas | Ações ordinárias |
|---|---|
| Trosa S/A Administração e Participação | 74.288.647 |
| Italo Fernando Trombini Filho | 531 |
| Ricardo Lacombe Trombini | 531 |

**b) Distribuição de dividendos:** O Estatuto Social estabelece a distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, conforme disposto nos artigos 189 e 201 da Lei 6.404/76. Em 05/12/2023 foi aprovada em assembleia a distribuição de dividendos no valor de R$28.737 mil à conta de lucros Acumulados para a acionista Trosa S/A Administração e Participação. **c) Reserva de Capital:** As subvenções governamentais são reclassificadas a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de Reservas de Capital - Subvenção e Assistências Governamentais. **23. Composição da receita bruta:** As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e considerando o objeto social da Companhia.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Receita bruta de vendas | 2.139.426 | 2.061.557 |
| Impostos incidentes sobre vendas | (544.165) | (399.582) |
| Devoluções e abatimentos | (13.206) | (13.684) |
| **Totais** | **1.582.055** | **1.648.291** |

| **24. Custos das vendas** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Materiais | 633.100 | 668.310 |
| Mão de obra e encargos | 183.948 | 159.980 |
| Energia elétrica e água | 68.323 | 59.005 |
| Manutenção, conservação e reposição | 86226 | 69.432 |
| Aluguéis e arrendamentos | 22.953 | 21.239 |
| Depreciação | 34.416 | 23.371 |
| Exaustão de florestas formadas | 2.445 | - |
| Amortização | 148 | 156 |
| Serviços profissionais e contratados | 11.072 | 8.393 |
| Despesas de comunicação | 32 | 30 |
| Contribuições, taxas e anuidades | 596 | 507 |
| Despesas incentivadas | 21.110 | 19.067 |
| Despesas com veículos | 245 | 160 |
| Fretes e carretos | 331 | 3.095 |
| Material de expediente | 611 | 562 |
| Despesas de viagens | 1.761 | 2.063 |
| Bens de natureza permanente | 106 | 154 |
| Lanches e refeições | 406 | 483 |
| Despesas com vestuário | 11.052 | 8.705 |
| Assistência médica e social | 12.291 | 10.393 |
| Material de segurança | 2.357 | 2.198 |
| Despesas com seguros | 117 | 17 |
| Despesas com importação | 5.416 | 7.902 |
| Gastos com materiais de almoxarifado | 4.965 | 4.408 |
| Combustíveis e lubrificantes | 127 | 183 |
| Despesas com informática | 439 | 501 |
| Participação dos empregados nos lucros | 13.290 | 14.178 |
| Outros custos | 35.604 | 30.796 |
| | **1.153.487** | **1.115.288** |

| **25. Despesas com Vendas** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Salários e encargos | 23.760 | 22.104 |
| Comissões de vendas | 25.901 | 30.432 |
| Alugueis e arrendamentos | 414 | 440 |
| Manutenção, conservação e reposição | 1.657 | 1.659 |
| Depreciação | 1.053 | 724 |
| Energia elétrica e agua | 14 | 15 |
| Serviços profissionais contratados | 719 | 658 |
| Despesas de comunicação | 107 | 108 |
| Contribuições, taxas e anuidades | 28 | 25 |
| Fretes e carretos | 128.667 | 136.664 |
| Propaganda e publicidade | 240 | 101 |
| Despesas incentivadas | 710 | 652 |
| Jornais, revistas e livros | 14 | 2 |
| Material de expediente | 41 | 31 |
| Despesas legais | 6 | - |
| Despesas de viagem | 1.689 | 1.045 |
| Bens de natureza permanente | 4 | 6 |
| Lanches e refeições | 546 | 458 |
| Assistência médica e social | 573 | 466 |
| Despesas com exportações | 5.326 | 7.970 |
| Perdas no recebimento de créditos | 8.492 | 3.498 |
| (-) Reversão de perdas no recebimento de créditos | (567) | (1.778) |
| Participação dos empregados nos lucros | 3.169 | 3.434 |
| Outras Despesas | 4.142 | 3.907 |
| | **206.705** | **212.621** |

| **26. Despesas gerais e administrativas** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Honorários da diretoria | 2.440 | 2.197 |
| Salários e encargos | 40.717 | 36.720 |
| Aluguéis e arrendamentos | 245 | 353 |
| Manutenção, conservação e reposição | 1.255 | 861 |
| Depreciação | 1.232 | 1.100 |
| Amortização | 1.197 | 919 |
| Energia elétrica e água | 1.088 | 890 |
| Serviços Profissionais e contratados | 69.625 | 41.520 |
| Despesas de comunicação | 876 | 822 |
| Contribuições, taxas e anuidades | 6.227 | 1.296 |
| Impostos e encargos | 1.944 | 1.464 |
| Despesas fiscais | 32.328 | 25.954 |
| Despesas incentivadas | 2.898 | 2.345 |
| Despesas com veículos | 61 | 23 |
| Fretes e carretos | 6.876 | 3.685 |
| Jornais, revistas e livros | 8 | 9 |
| Material de expediente | 146 | 162 |
| Despesas legais | 232 | 223 |
| Despesas de viagens | 794 | 598 |
| Bens de natureza permanente | 55 | 47 |
| Lanches e refeições | 520 | 554 |
| Assistência médica e social | 1.354 | 1.089 |
| Despesas com seguros | 4.085 | 3.674 |
| Material de segurança | 104 | 98 |
| Despesas com informática | - | 1.357 |
| Participação dos administradores | 1.424 | 3.202 |
| Participação dos empregados nos lucros | 4.801 | 5.748 |
| Outras despesas | 2.300 | 1.952 |
| | **184.832** | **138.862** |

| **27. Outras receitas e despesas operacionais** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Receitas com venda de sucata | 921 | 833 |
| Recuperação de sinistros | 47 | 19 |
| Crédito presumido - ICMS | 22.323 | 18.392 |
| Receita subvenção LC 160 - ICMS | 109.083 | - |
| Recuperação de tributos | 11.313 | 122.958 |
| Resultado na venda de ativo imobilizado | 3.501 | 791 |
| Ajuste a valor presente - ativo biológico | - | 59.084 |
| Demais receitas | 1.189 | 934 |
| **Total outras receitas** | **148.377** | **203.011** |
| Despesas tributárias | (48.031) | (50.235) |
| Perdas com processo cível | (13) | - |
| Perda com venda de investimento em controladas | - | (1.109) |
| Demais despesas | (137) | (102) |
| **Total outras despesas** | **(48.181)** | **(51.446)** |
| **Total outras receitas (despesas) operacionais, líquida** | **100.196** | **151.565** |

| **28. Resultado financeiro** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Juros empréstimos empresas ligadas | 9.932 | 6.207 |
| Juros auferidos | 1.297 | 1.140 |
| Atualização de créditos tributários | - | 21 |
| Demais receitas financeiras | 5.174 | 7.899 |
| **Totais das receitas brutas** | **16.403** | **15.267** |
| Juros empréstimos empresas ligadas | (1.321) | (2.914) |
| Juros sobre financiamentos | (40.854) | (140.541) |
| Juros sobre tributos e encargos | (58.158) | (43.530) |
| IOF sobre financiamentos | (358) | (254) |
| Gastos bancários | (3.729) | (3.221) |
| Demais despesas financeiras | (8.475) | (18.659) |
| **Totais das despesas financeiras** | **(112.895)** | **(209.119)** |
| Variações cambiais, líquidas. | (1.094) | 2.139 |
| **Totais resultados financeiros** | **(97.586)** | **(191.713)** |

**29. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | 39.641 | (79.916) |
| (+) Adições efetuadas no LALUR | 65.831 | 93.033 |
| (-) Exclusões efetuadas no LALUR | 165.477 | 43.443 |
| **(=) Base da CSLL e Lucro Real** | **(60.005)** | **(30.326)** |
| (-) Compensação Base cálculo negativa CSLL | - | - |
| **(=) Base de incidência da contribuição social** | **(60.005)** | **(30.326)** |
| Contribuição social do resultado do exercício | - | - |
| (+) Adições efetuadas no LALUR - Somente IRPJ | - | - |
| **(=) Base do IRPJ e lucro real** | **(60.005)** | **(30.326)** |
| (-) Compensação prejuízos fiscais | - | - |
| **(=) Base de incidência do imposto de renda** | **(60.005)** | **(30.326)** |
| Imposto de renda resultado do exercício | - | - |
| (-) Incentivo fiscal de dedução de imposto | - | - |
| **(=) Valor registrado resultado provisão IRPJ/CSLL - corrente** | **-** | **-** |

**30. Subvenção Governamental:** ICMS/PR - Crédito Presumido: O estado do Paraná concede como benefício a apropriação de crédito presumido em conta gráfica do ICMS, nas saídas tributadas de produtos industrializados cuja fabricação tenha sido utilizada material reciclável correspondente a, no mínimo, 75% do custo da matéria-prima, de forma que a carga tributária final relativa a operação própria seja equivalente a 4,25%. A Subvenção Governamental poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital. O estado do Rio Grande do Sul concede como benefício a apropriação de crédito presumido aos estabelecimentos fabricantes de papel, em montante igual ao que resultar da aplicação do percentual de 17% sobre o valor das aquisições no mês de adjudicação, de produtos classificados na posição 4707 (aparas), coletados no Estado e utilizados como matéria-prima. Este crédito fiscal fica limitado, em cada mês, a 12% do montante de ICMS devido apurado nos 3 meses imediatamente anteriores, desde que efetivamente recolhido até a data. A Subvenção Governamental poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital. A Companhia constituiu reservas de subvenções de investimentos de acordo com a Lei Complementar 160/2017, que alterou a Lei 12973/14 Artigo 30º parágrafo 4º. Conforme art. 523 do Decreto 9.580/18 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios. **31. Instrumentos Financeiros:** As operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares. Os principais instrumentos financeiros, na data do balanço, são os seguintes: • **Caixa e equivalente de caixa:** os valores contábeis desses instrumentos financeiros são representados por numerários em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem perda de valor; • **Contas a receber e contas a pagar:** os montantes divulgados no balanço patrimonial em contas a receber e contas a pagar, aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e o seu vencimento a curto prazo; • **Empréstimos e financiamentos:** os valores foram determinados utilizando-se as taxas de juros fixadas junto aos credores, com taxas similares as praticadas pelo mercado, considerando as condições e a natureza dessas operações; • **Concentração de riscos de crédito:** as vendas financiadas da Companhia são administradas através de rigoroso programa de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na sua realização. As contas a receber são pulverizadas e não há concentração de crédito significativa; • **Risco de taxa de câmbio:** a Administração da Companhia monitora as oscilações de mercado da taxa de câmbio sobre a posição patrimonial. A Companhia não mantém ou contrata operações com derivativos financeiros para proteção das transações que envolvem câmbio ou com propósitos especulativos.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | |
| Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5) | 18.922 | 21.981 |
| Adiantamento a fornecedores | 443 | 821 |
| **Passivo circulante** | | |
| Fornecedores (nota explicativa nº 13) | (1.965) | (3.182) |
| Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) | (8.874) | (8.202) |
| **Passivo não circulante** | | |
| Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) | (12.592) | (6.419) |
| **Posição ativa líquida** | **(4.066)** | **4.999** |

**33. Seguros (não auditado):** A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros corporativa do imobilizado, estoque e lucros cessantes em face dos riscos envolvidos. O valor segurado dos bens compreende o montante de R$ 372.000 mil em 2023/2024.

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

**Diretoria**

**Ricardo Lacombe Trombini** - Diretor Comercial
**Italo Fernando Trombini Filho** - Diretor Industrial
**Renato Alcides Trombini** - Diretor
**Lenomir Trombini** - Diretor
**Luis Sergio Trombini** - Diretor
**Wladimir Olympio Trombini Filho** - Diretor
**Lais Adriana Gritz** - Contadora CRC/PR 046584/O-5

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas da **Trombini Embalagens S.A.** - Curitiba - PR - **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Trombini Embalagens S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos fatos mencionados no parágrafo " base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Trombini Embalagens S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Registro de bens fora de operação:** A Companhia possui um valor de R$ 58.285 registrado na conta de bens fora de operação para o qual não foram apresentados controles que permitissem formar opinião sobre a regularidade do saldo e nem sobre a eventual necessidade de constituição de provisão para perdas. Desta forma não foi possível mensurar eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis. **Imobilizado:** A Companhia realizou a depreciação do ativo imobilizado utilizando taxas fiscais contrariando o disposto no CPC 27 - Ativo imobilizado, que determina que a depreciação deve ser revisada anualmente de acordo com a vida útil econômica estimada do bem. O problema mencionado não permitiu que pudéssemos formar opinião sobre a regularidade dos saldos apresentados e nem sobre qualquer efeito que pudesse afetar o resultado do exercício. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Trombini Embalagens S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas com relatório emitido em 29 de abril de 2023, contendo ressalva sobre: a) registro de um valor de R$ 58.285 na conta de bens fora de operação para o qual não foram apresentados controles que permitissem formar opinião sobre a regularidade do saldo e nem sobre a eventual necessidade de constituição de provisão para perdas e b) inexistência de laudo de avaliação da vida útil dos bens e utilização de taxas fiscais para depreciação dos bens do ativo imobilizado. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Trombini Embalagens S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Trombini Embalagens S.A.** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Trombini Embalagens S.A.**; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Trombini Embalagens S.A.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Trombini Embalagens S.A.** a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 22 de abril de 2024. **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 PR 006853/F-9. Marisa Bernardino de Albuquerque - Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S - PR.**

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

# PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

## ADIUM S.A.

CNPJ nº 55.980.684/0001-27

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Valores expressos em Em milhares de reais – R$)

**Balanços Patrimoniais**

| Ativos | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Circulantes** | **371.679** | **299.237** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.925 | 20.603 |
| Contas a receber de clientes | 189.860 | 120.340 |
| Partes relacionadas | 1.700 | 897 |
| Estoques | 136.947 | 124.000 |
| Impostos a recuperar | 13.352 | 18.661 |
| Outros ativos circulantes | 26.895 | 14.736 |
| **Não Circulantes** | **81.296** | **76.068** |
| Depósitos judiciais | 910 | 726 |
| Direito de uso | 9.201 | 16.513 |
| Imobilizado | 49.496 | 38.679 |
| Intangível | 21.689 | 20.150 |
| **Total dos Ativos** | **452.975** | **375.305** |
| **Passivos e patrimônio líquido** | **2023** | **2022** |
| **Circulantes** | **212.663** | **318.668** |
| Arrendamentos a pagar | 4.416 | 8.956 |
| Empréstimos e financiamentos | 1.528 | - |
| Fornecedores | 28.251 | 34.045 |
| Partes relacionadas | 106.887 | 222.481 |
| Salários e encargos sociais | 46.423 | 35.469 |
| Impostos e contribuições a recolher | 6.901 | 2.710 |
| Instrumentos financeiros | 710 | 554 |
| Outros passivos circulantes | 17.547 | 14.453 |
| **Não Circulantes** | **206.135** | **23.894** |
| Arrendamentos a pagar | 5.242 | 9.890 |
| Partes relacionadas | 188.670 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 4.444 | 4.750 |
| Provisão para riscos trabalhistas e cíveis | 7.765 | 9.216 |
| Outros passivos não circulantes | 14 | 38 |
| **Patrimônio Líquido** | **34.177** | **32.743** |
| Capital social | 450.620 | 378.288 |
| Prejuízos acumulados | (416.443) | (345.545) |
| **Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido** | **452.975** | **375.305** |

| Demonstrações do Resultado Abrangente | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Prejuízo do exercício** | **(70.898)** | **(59.005)** |
| Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício** | **(70.898)** | **(59.005)** |

**Diretoria**

**Rogerio da Silva Ferreira** - Diretor Financeiro
**Fernando Cesar da Mota** - CRC 1SP282590-O

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguintes endereço eletrônico: www.diariodenoticias.com.br ou na sede da companhia.

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | Capital social - Capital subscrito | Capital social | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **303.088** | **303.088** | **(286.540)** | **16.548** |
| Aumento de capital social | 75.200 | 75.200 | - | 75.200 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (59.005) | (59.005) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **378.288** | **378.288** | **(345.545)** | **32.743** |
| Aumento de capital social | 72.332 | 72.332 | - | 72.332 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (70.898) | (70.898) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **450.620** | **450.620** | **(416.443)** | **34.177** |

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Prejuízo do exercício | (70.898) | (59.005) |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 16.081 | 15.563 |
| Baixa de ativo imobilizado | 215 | 461 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 1.480 | 143 |
| Provisão para devoluções | (225) | 440 |
| Reversão provisão para desconto de fidelização | (270) | (934) |
| Provisão para perdas nos estoques, itens de giro lento e vencidos | (306) | (1.305) |
| Provisão (reversão) para amostras de referência | 1.160 | (1.472) |
| Provisão para participação nos lucros | 17.300 | 14.019 |
| Provisão para remuneração variável (comissões) | 1.607 | 546 |
| Provisão para garantias | 52 | 2 |
| Provisões para riscos trabalhistas e cíveis | 2.820 | 5.839 |
| Juros sobre arrendamento | 1.907 | - |
| Juros e variações cambiais não realizados | (15.750) | 3.611 |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais: | | |
| Contas a receber de clientes | (70.505) | (47.967) |
| Partes relacionadas | (803) | 746 |
| Estoques | (13.801) | (15.934) |
| Impostos a recuperar | 6.553 | (12.648) |
| Outros ativos | (12.159) | (2.692) |
| Depósitos judiciais | (184) | 777 |
| **Aumento (redução) nos passivos operacionais:** | | |
| Fornecedores | (5.794) | 15.892 |
| Partes relacionadas | 166.508 | 108.532 |
| Salários e encargos sociais | (7.953) | (1.778) |
| Impostos e contribuições a recolher | 4.191 | 932 |
| Pagamento de processos trabalhistas em contingência | (4.271) | (3.996) |
| Outros passivos | (749) | 4.057 |
| **Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes dos juros** | **16.206** | **23.829** |
| Juros de empréstimos e financiamento pagos | (2.949) | (3.523) |
| **Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais** | **13.257** | **20.306** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Adições ao imobilizado e intangível | (21.372) | (28.361) |
| **Caixa aplicado nas atividades de investimento** | **(21.372)** | **(28.361)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Aumento de capital social | - | 36.700 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 35.007 | 5.240 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos e arrendamentos | (44.570) | (36.688) |
| **Caixa gerado atividades de financiamento** | **(9.563)** | **5.252** |
| **Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa** | **(17.678)** | **(2.803)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 20.603 | 23.406 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 2.925 | 20.603 |
| **Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa** | **(17.678)** | **(2.803)** |
| Transações que não afetam o caixa | | |
| Aumento de capital | (72.332) | (38.500) |
| Efeito do CPC6 / IFRS16 nos arrendamentos a pagar e no ativo de direito de uso | (10) | (1.001) |
| | **(72.342)** | **(39.501)** |

| Demonstrações do Resultado | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Receita líquida** | **697.127** | **539.052** |
| Custos dos produtos vendidos e serviços prestados | (374.977) | (283.386) |
| **Lucro bruto** | **322.150** | **255.666** |
| **Despesas Operacionais** | | |
| Comerciais | (318.693) | (262.872) |
| Administrativas | (46.791) | (44.555) |
| Desenvolvimento de novos produtos | (35.239) | (25.601) |
| Outros resultados operacionais | 1.886 | 5.086 |
| | **(398.837)** | **(327.942)** |
| **Prejuízo antes do resultado financeiro** | **(76.687)** | **(72.276)** |
| **Resultado financeiro** | | |
| Despesas financeiras | (14.102) | (5.243) |
| Receitas financeiras | 1.404 | 4.898 |
| Variação cambial líquida | 18.487 | 13.616 |
| | **5.789** | **13.271** |
| **Resultado antes do imposto de renda e contribuição social** | **(70.898)** | **(59.005)** |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - |
| **Prejuízo do exercício** | **(70.898)** | **(59.005)** |

## UTE VALE DO PARANÁ ALBIOMA S.A.

CNPJ nº 31.149.697/0001-90

**Demonstrações financeiras Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Valores expressos em milhares de reais)

**Balanço patrimonial**

| Ativo | 2023 | 2022 (reapresentado Nota 2.4) |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.145 | 9.654 |
| Contas a receber | 6.760 | 5.023 |
| Estoques | 773 | 343 |
| Contas a receber - Partes relacionadas | - | 2.028 |
| Impostos a recuperar | - | 63 |
| Despesas pagas antecipadamente | 470 | 369 |
| **Total do ativo circulante** | **16.148** | **17.480** |
| **Não circulante** | | |
| Caixa restrito | 5.638 | 5.100 |
| Imobilizado | 131.243 | 137.062 |
| Direito de uso | 3.868 | 4.518 |
| Intangível | 858 | 871 |
| **Total do ativo não circulante** | **141.607** | **147.551** |
| **Total do ativo** | **157.755** | **165.031** |
| **Passivo** | **2023** | **2022 (reapresentado Nota 2.4)** |
| **Circulante** | **14.328** | **15.067** |
| Empréstimos e financiamentos | 9.095 | 9.245 |
| Fornecedores | 1.334 | 994 |
| Passivo de arrendamento | 1.023 | 838 |
| Partes relacionadas | 1.198 | 734 |
| Obrigações trabalhistas | 695 | 613 |
| Impostos a recolher | 350 | 262 |
| IRPJ e CSLL | 621 | 561 |
| Dividendos obrigatórios | - | 1.820 |
| Outros passivos | 12 | - |
| **Não circulante** | | |
| Empréstimos e financiamentos | 76.898 | 84.099 |
| Passivos de arrendamento | 3.030 | 3.917 |
| **Total do passivo não circulante** | **79.928** | **88.016** |
| **Patrimonio Líquido** | | |
| Capital Social | 55.056 | 55.056 |
| Reserva legal | 2.230 | 1.433 |
| Reserva de lucros | 6.213 | 5.459 |
| **Total do patrimônio liquido** | **63.499** | **61.948** |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | **157.755** | **165.031** |

**Demonstração dos resultados abrangentes**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Lucro do exercício** | **15.931** | **7.662** |
| Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício** | **15.931** | **7.662** |

**Christiano Forman Villaca** - Diretor Presidente
**Douglas da Silva Ramos** - Contador - CRC 1SP 323.352/O-6

**Demonstrações dos resultados**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 47.063 | 43.865 |
| Custo da geração de energia | (18.345) | (24.232) |
| **Lucro bruto** | **28.718** | **19.633** |
| Despesas/receitas operacionais | | |
| Despesas com vendas | (135) | (282) |
| Gerais e administrativas | (3.431) | (3.316) |
| Outras receitas operacionais líquidas | 22 | 2.078 |
| **Resultado operacional antes do resultado financeiro** | **25.174** | **18.113** |
| Despesas financeiras | (8.740) | (10.438) |
| Receitas financeiras | 1.496 | 1.924 |
| **Resultado financeiro líquido** | **(7.244)** | **(8.514)** |
| **Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social** | **17.930** | **9.599** |
| **Provisão para IRPJ e CSLL diferidos** | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (1.999) | (1.937) |
| **Lucro líquido do exercício** | **15.931** | **7.662** |
| Quantidade de ações (em milhares) | **55.056** | **55.056** |
| Lucro por ação em reais | **0,29** | **0,14** |

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

| | Capital Subscrito | Reserva legal | Reserva de lucro | Resultado do exercício | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2021** | **55.056** | **1.050** | **14.968** | **-** | **71.075** |
| Resultado do Exercício | - | - | - | 7.662 | 7.662 |
| Transferência de reservas - Nota 14 | - | 383 | 7.279 | (7.662) | - |
| Dividendos - Nota 14 | - | - | (14.968) | - | (14.968) |
| Dividendos minimos - Nota 14 | - | - | (1.820) | - | (1.820) |
| **Saldo em 31/12/2022** | **55.056** | **1.433** | **5.459** | **-** | **61.948** |
| Resultado do Exercício | - | - | - | 15.931 | 15.931 |
| Transferência de reservas - Nota 14 | - | 797 | 15.134 | (15.931) | - |
| Dividendos - Nota 14 | - | - | (14.380) | - | (14.380) |
| **Saldo em 31/12/2023** | **55.056** | **2.230** | **6.213** | **-** | **63.499** |

Este relatório foi apresentado de forma resumida. O relatório completo bem como o parecer dos auditores independentes, encontra-se a disposição na sede da companhia.

**Demonstração dos fluxos de caixa**

| | 2023 | 2022 (reapresentado Nota 2.4) |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | |
| Lucro antes do imposto de renda e CSLL | 17.930 | 9.599 |
| **Ajustes para o caixa operacional** | | |
| Depreciação e amortização | 7.494 | 6.892 |
| Baixa imobilizado | - | 90 |
| Provisão de juros sobre empréstimos e financiamento | 8.290 | 10.132 |
| Provisão de outras despesas sobre empréstimos e financiamento | 59 | 696 |
| Rescisão contrato | - | (37) |
| Despesas com arrendamento | 209 | 68 |
| | **33.982** | **27.440** |
| **Variação nos ativos e passivos operacionais:** | | |
| Contas a receber | (1.737) | (282) |
| Estoques | (430) | 488 |
| Impostos a recuperar | 63 | (63) |
| Outras contas a receber | (538) | (5.046) |
| Partes relacionadas | 2.492 | (1.418) |
| Despesas pagas antecipadamente | (101) | (42) |
| Fornecedores de materiais e serviços | 340 | 717 |
| Obrigações trabalhistas | 82 | (19) |
| Impostos e contribuições a recolher | 88 | (188) |
| Impostos pagos sobre o lucro a recolher | (223) | (257) |
| Outros passivos | 12 | (27) |
| | **34.030** | **21.303** |
| Juros pagos no exercício | (8.912) | (10.596) |
| Impostos pagos sobre o lucro | (1.716) | (2.079) |
| **Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados das (usados nas) atividades operacionais** | **23.402** | **8.628** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Aquisição de imobilizado | (671) | (3.859) |
| Aquisição intangivel | (9) | (13) |
| **Caixa e equivalentes de caixa líquido usados nas atividades de investimentos** | **(680)** | **(3.872)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | |
| Dividendos distribuídos | (16.200) | (19.957) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (8.700) | (8.612) |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 3.275 | - |
| Comissão fiança | (1.363) | - |
| Pagamentos de passivos de arrendamento | (1.243) | (199) |
| **Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados das atividades de financiamentos** | **(24.231)** | **(28.768)** |
| **Demonstração do aumento no caixa e equivalente de caixa** | **(1.509)** | **(24.012)** |
| No início do exercício | 9.654 | 33.666 |
| No fim do exercício | 8.145 | 9.654 |
| **Aumento(Redução) em caixa e equivalentes de caixa** | **(1.509)** | **(24.012)** |

## Meta Serviços em Informática S.A.

CNPJ/MF n° 93.655.173/0001-29 - NIRE: 353.003.860-78

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022**

**Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | Controladora 31/12/23 | Controladora 31/12/22 | Consolidado 31/12/23 | Consolidado 31/12/22 |
|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | **24.074** | 23.451 | **34.119** | 32.721 |
| Aplicações financeiras | | **387** | 747 | **387** | 747 |
| Contas a receber | 6 | **86.109** | 113.244 | **98.522** | 123.284 |
| Impostos a recuperar | 7 | **13.703** | 5.967 | **13.703** | 5.967 |
| Partes relacionadas | 11 | **10.596** | 27.002 | **9.354** | 21.988 |
| Outros ativos | | **3.846** | 3.453 | **3.820** | 3.451 |
| Total ativo circulante | | **138.715** | 173.864 | **159.905** | 188.158 |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Aplicações financeiras | | **574** | 1.115 | **574** | 1.115 |
| Impostos diferidos | 15 | **3.727** | 2.970 | **3.727** | 2.970 |
| Depósitos judiciais | 13 | **1.359** | 1.860 | **1.359** | 1.860 |
| Outros ativos | | **66** | 66 | **99** | 172 |
| Investimentos | 8 | **15.798** | 10.131 | **-** | - |
| Imobilizado | 9 | **12.819** | 15.187 | **12.853** | 15.231 |
| Direito de uso | | **1.321** | 1.530 | **1.321** | 1.530 |
| Intangível | 10 | **14.785** | 8.547 | **14.785** | 8.547 |
| Total ativo não circulante | | **50.449** | 41.406 | **34.718** | 31.425 |
| Total do ativo | | **189.164** | 215.270 | **194.623** | 219.583 |
| **Passivo e patrimônio líquido** | **Nota** | **Controladora 31/12/23** | **Controladora 31/12/22** | **Consolidado 31/12/23** | **Consolidado 31/12/22** |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | | **9.733** | 12.833 | **12.984** | 13.337 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | **31.497** | 29.887 | **31.497** | 29.887 |
| Salários e encargos sociais | | **38.401** | 40.856 | **38.403** | 40.856 |
| Impostos e taxas a recolher | 12 | **5.827** | 7.884 | **6.069** | 10.057 |
| Dividendos a pagar | 16 | **780** | 1.053 | **780** | 1.053 |
| Operações passivas com derivativos | | **4.915** | 4.360 | **4.915** | 4.360 |
| Outros passivos | | **692** | 675 | **706** | 702 |
| Total passivo circulante | | **91.845** | 97.548 | **95.354** | 100.252 |
| Não circulante | | | | | |
| Subvenção para investimentos | | **1.313** | 1.436 | **1.313** | 1.436 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | **33.038** | 48.117 | **33.038** | 48.117 |
| Outros passivos | | **778** | 891 | **778** | 891 |
| Provisão para litígios | 13 | **1.655** | 954 | **1.655** | 954 |
| Total passivo não circulante | | **36.784** | 51.398 | **36.784** | 51.398 |
| Patrimônio líquido | 16 | | | | |
| Capital social | | **3.136** | 3.136 | **3.136** | 3.136 |
| Pagamento baseado em ações | | **1.156** | 3 | **1.156** | 3 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | **(1.008)** | (185) | **(1.008)** | (185) |
| Reservas de lucros | | **57.251** | 63.370 | **57.251** | 63.370 |
| Patrimônio líquido atribuível aos controladores | | **60.535** | 66.324 | **60.535** | 66.324 |
| Participação dos não controladores | | **-** | - | **1.950** | 1.609 |
| Total do patrimônio líquido | | **60.535** | 66.324 | **62.485** | 67.933 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | **189.164** | 215.270 | **194.623** | 219.583 |

**Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| | Controladora 31/12/23 | Controladora 31/12/22 | Consolidado 31/12/23 | Consolidado 31/12/22 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | **15.596** | 21.055 | **16.071** | 21.346 |
| Outros resultados abrangentes a serem classificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes: | | | | |
| Variação cambial de conversão de controlada | **(823)** | (498) | **(957)** | (595) |
| Total de resultado abrangente do período | **14.773** | 20.557 | **15.114** | 20.751 |
| Atribuível a: | | | | |
| Acionistas controladores | | | **14.773** | 20.557 |
| Acionistas não controladores | | | **341** | 194 |
| | | | **15.114** | 20.751 |

A íntegra das demonstrações financeiras, acompanhada das notas explicativas, estão sendo publicadas no site desse jornal nessa mesma data

**Claudio Correa Carrara** - Diretor
**Jéssica Cristine Lupatini** - Contadora - CRC/RS 085756/O-5

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| | Capital social | Pagamento baseado em ações | Reservas de lucros - Subvenção para Investimentos | Reservas de lucros - Dividendos adicionais | Reservas de lucros - Reserva legal | Reservas de lucros - Reserva p/ retenção de lucros | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros (prejuízos) acumulados | Patrimônio Líquido dos controladores | Participação dos não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 3.136 | - | 1.973 | 16.952 | 627 | 40.768 | 313 | - | 63.769 | 1.415 | 65.184 |
| Dividendos adicionais propostos em 2021 | | - | - | (16.952) | - | - | - | - | (16.952) | - | (16.952) |
| Ajuste acumulado de conversão | - | - | - | - | - | - | (498) | - | (498) | (97) | (595) |
| Pagamento baseado em ações | - | 3 | - | - | - | - | - | - | 3 | - | 3 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 21.055 | 21.055 | 291 | 21.346 |
| Destinação do resultado: | | | | | | | | | | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | - | - | (1.053) | (1.053) | - | (1.053) |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | - | 20.935 | - | - | - | (20.935) | - | - | - |
| Subvenção para investimento | - | - | 123 | - | - | - | - | (123) | - | - | - |
| Retenção de lucros | - | - | - | - | - | (1.056) | - | 1.056 | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 3.136 | 3 | 2.096 | 20.935 | 627 | 39.712 | (185) | - | 66.324 | 1.609 | 67.933 |
| Dividendos adicionais propostos em 2022 | | | | **(20.935)** | | | | | **(20.935)** | | **(20.935)** |
| Ajuste acumulado de conversão | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(823)** | **-** | **(823)** | **(134)** | **(957)** |
| Pagamento baseado em ações | **-** | **1.153** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.153** | **-** | **1.153** |
| Lucro líquido do exercício | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **15.596** | **15.596** | **475** | **16.071** |
| Destinação do resultado: | | | | | | | | | | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(780)** | **(780)** | **-** | **(780)** |
| Dividendos adicionais propostos | **-** | **-** | **-** | **8.573** | **-** | **-** | **-** | **(8.573)** | **-** | **-** | **-** |
| Subvenção para investimento | **-** | **-** | **123** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(123)** | **-** | **-** | **-** |
| Retenção de lucros | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **6.120** | **-** | **(6.120)** | **-** | **-** | **-** |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | **3.136** | **1.156** | **2.219** | **8.573** | **627** | **45.832** | **(1.008)** | **-** | **60.535** | **1.950** | **62.485** |

**Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora 31/12/23 | Controladora 31/12/22 | Consolidado 31/12/23 | Consolidado 31/12/22 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida | 17 | **447.958** | 441.851 | **484.930** | 467.874 |
| Custo dos serviços prestados | 18 | **(338.341)** | (331.871) | **(358.442)** | (343.548) |
| Lucro bruto | | **109.617** | 109.980 | **126.448** | 124.326 |
| Receitas/(despesas) operacionais | | | | | |
| Despesas com gerais e administrativas | 18 | **(47.632)** | (43.591) | **54.268)** | (48.869) |
| Despesas com vendas | 18 | **(28.352)** | (27.804) | **(28.352)** | (27.804) |
| Equivalência patrimonial | 8 | **6.282** | 5.513 | **-** | - |
| Outras receitas e despesas líquidas | 18 | **(9.126)** | (6.233) | **(9.332)** | (6.809) |
| | | **(78.828)** | (72.115) | **(91.952)** | (83.482) |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 19 | **5.803** | 18.978 | **5.803** | 18.978 |
| Despesas financeiras | 19 | **(16.675)** | (29.694) | **(17.776)** | (29.847) |
| Resultado antes dos impostos | | **19.827** | 27.149 | **22.563** | 29.975 |
| IR e contribuição social – corrente | 15 | **(4.988)** | (8.167) | **(7.249)** | (10.702) |
| IR e contribuição social – diferido | 15 | **757** | 2.073 | **757** | 2.073 |
| Lucro líquido do exercício | | **15.596** | 21.055 | **16.071** | 21.346 |
| Atribuível a: | | | | | |
| Acionistas controladores | | **15.596** | 21.055 | **15.596** | 21.055 |
| Acionistas não controladores | | **-** | - | **475** | 291 |
| Lucro líquido do exercício | | **15.596** | 21.055 | **16.071** | 21.346 |
| Lucro líquido por ação | | **4.97** | 6,71 | **5,12** | 6,81 |

**Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| | Controladora 31/12/23 | Controladora 31/12/22 | Consolidado 31/12/23 | Consolidado 31/12/22 |
|---|---|---|---|---|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido do exercício | **15.596** | 21.055 | **16.071** | 21.346 |
| Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais: | | | | |
| Depreciação e amortização | **4.562** | 4.137 | **4.579** | 4.163 |
| Alienação ativo imobilizado | **20** | 125 | **20** | 125 |
| Resultado da equivalência patrimonial | **(6.282)** | (5.513) | **-** | - |
| Despesas de juros com empréstimos | **8.715** | 8.016 | **8.715** | 8.016 |
| Variação cambial líquida | **(1.241)** | (4.475) | **(1.241)** | (4.475) |
| Variação monetária líquida | **556** | 404 | **556** | 404 |
| Operações com instrumentos financeiros derivativos | **944** | 3.917 | **1.154** | 3.917 |
| Despesa de Imposto de renda e contribuição social | **4.231** | 8.167 | **6.492** | 10.702 |
| Provisão/Reversão dos litígios | **701** | (658) | **701** | (658) |
| Subvenção para Investimentos | **(123)** | (123) | **(123)** | (123) |
| Ajuste da competência da receita | **18.576** | (2.830) | **18.576** | (2.830) |
| Provisão para risco de crédito | **1.694** | 51 | **2.126** | 290 |
| | **47.949** | 32.273 | **57.626** | 40.877 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | |
| Aplicações Financeiras | **360** | 828 | **360** | 828 |
| Contas a receber | **6.593** | (5.525) | **3.788** | (11.342) |
| Transações com partes relacionadas | **3.772** | (2.100) | **-** | - |
| Imposto a recuperar | **(7.736)** | (1.432) | **(7.736)** | (1.432) |
| Aplicações Financeiras longo prazo | **541** | (724) | **541** | (724) |
| Depósitos judiciais | **501** | 407 | **501** | 407 |
| Outros ativos | **(418)** | (199) | **(296)** | (383) |
| Fornecedores | **(3.110)** | 3.982 | **(363)** | 4.067 |
| Salários e encargos sociais | **(2.455)** | 8.632 | **(2.453)** | 8.632 |
| Impostos e taxas e recolher | **(2.057)** | (489) | **(3.988)** | (936) |
| Outros passivos | **(96)** | 972 | **(244)** | 924 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | **(4.988)** | (13.361) | **(7.249)** | (13.723) |
| Juros de empréstimos pagos | **(10.071)** | (6.655) | **(10.071)** | (6.655) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | **28.785** | 16.609 | **30.416** | 20.540 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Aquisição de quotas investimento | | - | | - |
| Aquisições de imobilizado e intangível | **(8.218)** | (8.820) | **(8.250)** | (8.829) |
| | **-** | (1.597) | **-** | (1.597) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | **(8.218)** | (10.417) | **(8.250)** | (10.426) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Empréstimos tomados | **18.533** | 32.114 | **18.533** | 32.114 |
| Pagamentos do principal de empréstimos | **(29.123)** | (32.273) | **(29.123)** | (32.273) |
| Dividendos pagos | **(9.354)** | (21.988) | **(9.354)** | (21.988) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | **(19.944)** | (22.147) | **(19.944)** | (22.147) |
| Efeitos da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa | **-** | - | **(824)** | (498) |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | **623** | (15.955) | **1.398** | (12.531) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | **23.451** | 39.406 | **32.721** | 45.252 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | **24.074** | 23.451 | **34.119** | 32.721 |
| Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | **623** | (15.955) | **1.398** | (12.531) |

## HAUSCENTER S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 56.444.250/0001-75

**Aviso aos Debenturistas**

Encontra-se à disposição dos Debenturistas da Segunda Emissão Pública de Debêntures da Hauscenter S.A., a partir de 30/04/2024, o Vigésimo Nono Relatório do Agente Fiduciário, relativo ao exercício social de 2023, na Rua Heitor Penteado, Ap 42, Sumarezinho, CEP 05437-002, São Paulo/SP, tel. (11) 99988-6066 e na sede da Emissora na Avenida das Nações Unidas, 12.551, 17º andar, Sala 1709, Brooklin Paulista, CEP 04578-903, São Paulo-SP.
**Agente Fiduciário: Vladimir Antonio Rioli -** e-mail: riolivladimir@uol.com.br

## Colégio Bandeirantes Ltda.

CNPJ Nº 60.882.313/0001-42 - NIRE 35.217.460.461

**Edital de Convocação para a Assembleia de Sócios a ser Realizada em 06 de Maio de 2024**

Nos termos do artigo 11 do Contrato Social do **Colégio Bandeirantes Ltda.** ("Sociedade"), ficam os Srs. Sócios convocados para comparecer à Assembleia de Sócios da Sociedade, que será realizada na forma **Semipresencial**, em conformidade com a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, no dia **06 de maio de 2023, às 20h**, a fim de deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia: **(a)** as contas dos administradores, o exame, a discussão e a votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(b)** a destinação dada ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** o aumento do capital social da Sociedade, no valor de R$ 10.372.131,00 (dez milhões, trezentos e setenta e dois mil, cento e trinta e um reais), com a emissão de 10.372.131 (dez milhões, trezentas e setenta e duas mil, cento e trinta e uma) novas quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, a serem integralizadas mediante a capitalização de créditos e/ou em moeda corrente nacional com a consequente alteração do Contrato Social da Sociedade; **(d)** a alteração do Artigo 23 do Contrato Social da Sociedade para autorizar a Diretoria da Sociedade a distribuir dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) com base em resultados apurados em balancetes semestrais ou em períodos menores, nos termos do art. 204 da Lei nº 6.404/76; e **(e)** a celebração da alteração e consolidação do Contrato Social da Sociedade em decorrência das deliberações anteriores. **Informações Gerais: 1.** A participação e votação na Assembleia de Sócios poderá ocorrer **(a)** **presencialmente**, mediante comparecimento à sede social da Sociedade localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 268, Vila Mariana, CEP 04.011-001; ou **(b)** **à distância**, mediante atuação remota via sistema eletrônico, conforme informações de acesso e funcionamento detalhadas em carta endereçada aos Sócios, informações essas também disponíveis na sede social da Sociedade. **2.** A Sociedade não poderá ser responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática, incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento dos Sócios ou da conexão à rede mundial de computadores pelos Sócios, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. **3.** Para participar da Assembleia de Sócios, estes deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: **(a)** documento hábil de identidade do Sócio ou de seu representante; e **(b)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Sócio. São Paulo, 26 de abril de 2024. **Eduardo Tambor Júnior -** Diretor Geral e Operações

## PAULO PETRIBÚ EMPREENDIMENTOS S/A

**CNPJ: 01.568.127/0001-74 - NIRE: 35.300.153.561**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024**

**Data, Hora e Local:** Aos 28/02/2024, às 10h, na sede da empresa Paulo Petribú Empreendimentos, localizada à Rua Paes Leme, nº 215, conjuntos nºs 1208 e 1209, Pinheiros SP/SP, CEP nº 05.424-150. **Presença:** Dispensada, independente de aviso, em face da presença da totalidade dos acionistas, conforme permissivo constante no §4º, do Art. 124 da Lei 6.407/76. **Composição da Mesa:** Sr. Frederico Augusto Cavalcanti de Petribú Vilaça, Presidente e Sr. Eduardo Cavalcanti de Petribú Fraga Rocha, Secretário. **Ordem do Dia**: a) autorização da constituição de alienação fiduciária de bens imóveis de propriedade da empresa USINA SÃO JOSÉ S/A, em favor da própria, a fim de lastrear operações de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A; b) autorização em favor da empresa USINA SÃO JOSÉ S/A, para contratação de operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A; e, c) a prestação de garantia fidejussória em favor da empresa USINA SÃO JOSE S/A, para amparar operações de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A. **Deliberações aprovadas:** i) Autorizar a constituição de alienação fiduciária dos bens abaixo identificados, de propriedade da empresa USINA SÃO JOSE S/A, CNPJ: 10.362.820/0001-87, para contratação de Limite de Crédito Garantido por alienação fiduciária de bens imóveis, com a finalidade de lastrear garantia na celebração de futuras OPERAÇÕES DE CRÉDITO DERIVADAS em favor da própria Usina São José S/A, a serem contratadas junto ao BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A; 1) Imóvel Itapirema de Cima III, matrícula nº 01- Cartório de Itaquitinga 2) Imóvel Engenho Cruzinha, matrícula nº 02- Cartório de Itaquitinga 3) Imóvel Engenho Mussupe- Parte I, matrícula nº 17790- Cartório de Igarassu 4) Imóvel Engenho Cabú, matrícula nº 16767- Cartório de Igarassu 5) Imóvel Fazenda Santo Antônio- parte I, matrícula nº 17792- Cartório de Igarassu ii) Autorizar a empresa USINA SÃO JOSE S/A, CNPJ: 10.362.820/0001-87, a contratar operações de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, no montante de até R$ 60.000.000,00; iii) Prestar garantia fidejussória pela Sociedade em favor da empresa USINA SÃO JOSE S/A, CNPJ: 10.362.820/0001-87, junto ao BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, em futuras operações de crédito DERIVADAS do limite de garantia informado na letra "i" acima, bem como, em outras operações de crédito, até o montante do limite informado na letra "ii" acima; iv) O(s) administrador(es) da Sociedade, desde logo, fica(m) autorizado(s) a firmar todo e qualquer instrumento decorrente das deliberações acima, incluindo seus anexos, e ainda, adotar todas as medidas necessárias para implementar referidas deliberações. **Encerramento:** Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os acionistas presentes, pelo Presidente e pela Secretária. **Frederico Augusto Cavalcanti de Petribú Vilaça** - Presidente; **Eduardo Cavalcanti de Petribú Fraga Rocha** - Secretário, **Acionistas:** APA Participações Societárias e Empreendimentos S/A **Antônio Cardoso da Fonte Filho** - Diretor Administrativo; 3R Empreendimentos e Participações Societárias S/A **Eduardo Cavalcanti de Petribú Fraga Rocha** - Diretor Administrativo; MRP Empreendimentos e Participações Societárias S/A **Paulo Pessoa Cavalcanti de Petribú Neto** - Diretor Executivo; **Rafael Reis Cavalcanti de Petribú**- Diretor Executivo; Santa Marta Participações Societárias e Empreendimentos S/A **Frederico Augusto Cavalcanti de Petribú Vilaça** - Diretor Executivo. São Francisco Part. Societárias e Empreendimentos S/A **João Carlos Cavalcanti de Petribú Vilaça** - Diretor Executivo; **Armando Wanderley da Fonte Neto**. JUCESP n° 188.203/24-2 em 24/04/2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## TELEFÔNICA IOT, BIG DATA E TECNOLOGIA DO BRASIL S.A.

Companhia Fechada

CNPJ 35.308.475/0001-24 - NIRE 35.300.574.753

**ERRATA**

Nas Demonstrações Financeiras publicadas neste jornal em 29/04/24 na edição digital e nas páginas de 08 a 10, no parecer do conselho da administração considerar os membros do conselho de administração:

Alex Martins Salgado - Presidente do Conselho de Administração, Debora Heredia Ignacio Bortolasi - Membro do Conselho de Administração, Rodrigo Rossi Monari - Membro do Conselho de Administração, Maria de Jesus Almazor Marsal - Membro do Conselho de Administração, Elena Villar Guimerans - Membro do Conselho de Administração.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2024**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 379/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 5.674/2024**

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 02/05/2024 até as 08h30min do dia 16/05/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 16/05/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 16/05/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 29 de abril de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2024**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 418/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 5.967/2024**

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE REDE.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 02/05/2024 até as 08h30min do dia 20/05/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 20/05/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 20/05/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 29 de abril de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

## Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 60/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 66.001/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SACO DE LIXO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 16/05/2024 às 09:30 horas.
EDITAL: 29/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 4.740/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE HABILITADA PARA TRATAMENTO COM EQUIPE MULTIDISCIPLINAR QUE ADOTE O MÉTODO DA PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL (ABA) PARA ATENDIMENTO A MANDADO JUDICIAL ATIVO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 17/05/2024 às 09:30 horas.
Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 - Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.

Limeira, 29 de abril de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 45/2024 cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA**.** O período de envio das propostas será a partir de 02/05/2024 até 14/05/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 14/05/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 02/05/2024. Orlândia, SP, 29 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**Marcello Laneza Felício - Secretário Municipal de Saúde**
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 105/2024**
**PROCESSO n° 12.256/2024- UASG 986249 Nº COMPRA 1052024**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 30 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16 DE MAIO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

## BERKELEY HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 20.011.184/0001-00 - NIRE Nº 35.300.464.117

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os acionistas da Companhia para comparecer em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede social da Companhia, situada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Alameda dos Nhambiquaras, nº 1.500, 6º andar, conjunto 64, Indianópolis, CEP 04090-003, em 13 de maio de 2024, às 13:30 horas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: *Matéria de Assembleia Geral Ordinária* I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e II - destituição e eleição da nova diretoria. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Pedro Paulo Corino da Fonseca** - Diretor

## COLUMBIA HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 20.300.472/0001-77 NIRE Nº 35.300.465.610

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os acionistas da Companhia para comparecer em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede social da Companhia, situada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Alameda dos Nhambiquaras, nº 1.500, 6º andar, conjunto 64, Indianópolis, CEP 04090-003, em 13 de maio de 2024, às 13:40 horas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: *Matéria de Assembleia Geral Ordinária* I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e III - destituição e eleição da nova diretoria. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Pedro Paulo Corino da Fonseca** - Diretor



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

# PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

## Brandinc Gestão de Participações Ltda.

CNPJ/MF n° 50.981.250/0001-28 - NIRE n° 35.261.520.015

**Instrumento Particular de Primeira Alteração do Contrato Social e Transformação da Brandinc Gestão de Participações Ltda., em Sociedade Anônima**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo: **(I) Jéssica dos Santos Otte,** brasileira, solteira, publicitária, nascida em 09/03/1989, portadora da Cédula de Identidade RG nº 44.722.858-4 e inscrita no CPF/MF sob o nº 391.664.708-38, residente e domiciliada em São Paulo/SP na Rua Francisco de Vitoria, 201, apto 115, CEP: 04116-180, Vila Mariana; **(II) Natalia Shmidt Silva**, brasileira, solteira, publicitária, nascida em 14/06/1988, portadora da Cédula de Identidade RG nº 40.601.930-7 e inscrita no CPF/MF sob o nº 317.278.338-30, residente e domiciliada em São Paulo/SP, na Rua Dias Leme, 11, apto 1.001, CEP: 03118-040, Alto da Mooca; e **(III) Felipe Tadeu Oliveira Silva Nunes**, brasileiro, convivente em união estável, manager artístico, nascido em 02/04/1983, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.247.125-7 e inscrito no CPF/MF sob o nº 338.215.978-36, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na Av. Gabriel De Rezende Passos, 26, apto 83, CEP: 04521-020, Moema. Únicos sócios da sociedade empresária limitada **Brandinc Gestão de Participações Ltda.,** com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Francisco de Vitória, nº 201, apto 115, Vila Mariana, CEP: 04116-180, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial de São Paulo, sob o NIRE n° 35.261.520.015 e inscrito no CNPJ sob o n° 50.981.250/0001-28 ("Sociedade"), delibera o seguinte: I. Decidem os Sócios transformar a Sociedade em sociedade anônima por ações de capital fechado, a ser regida pela Lei n° 6.404/76 e demais dispositivos aplicáveis, e por um Estatuto Social, cujo texto original e autêntico, subscrito por todos os acionistas, é consoante do **Anexo II** ao presente Instrumento, adotando a denominação de **Brandinc Gestão de Participações S.A.,** não importando tal transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo todos os direitos e obrigações sociais em vigor e, bem assim, íntegra a escrituração comercial e Fiscal em virtude da transformação da Sociedade, o seu capital social, no valor de R$1.000,00 (mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, atualmente representado por 1.000 (mil) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada, passará a ser representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, observada a regra de que cada quota representativa do capital social da Sociedade corresponderá, após sua transformação em sociedade anônima, a 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, ficando o capital social distribuído da seguinte forma, nos termos do boletim de subscrição anexo ao presente Instrumento na forma do **Anexo I.**

| Acionista | Ações Ordinárias | Part (%) |
|---|---|---|
| Jéssica dos Santos Otte | 600 | 60% |
| Natália Schmidt Silva | 100 | 10% |
| Felipe Tadeu Oliveira Nunes | 300 | 30% |
| **TOTAL** | 1.000 | 100% |

II. A sede social será mantida na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Francisco de Vitória, nº 201, apto 115, Vila Mariana, CEP: 04116-180; III. Os Acionistas resolvem optar pela não criação do conselho de administração e eleger, para compor a Diretoria da Companhia nos termos do Estatuto Social a ser aprovado no item VI abaixo, a Sra. **Jéssica dos Santos Otte**, brasileira, solteira, publicitária, nascida em 09/03/1989, portadora da Cédula de Identidade RG nº 44.722.858-4 e inscrita no CPF/MF sob o nº 391.664.708-38, residente e domiciliada em São Paulo/SP na Rua Francisco de Vitoria, 201, apto 115, CEP: 04116-180, Vila Mariana, para ocupar o cargo de **Diretora Presidente**. IV. A Sra. **Jéssica dos Santos Otte** toma posse, para um mandato de 03 (três) anos a desta data, mediante a assinatura do Termo de Posse no cargo de Diretora Presidente da Companhia, nos termos do **Anexo III** do Presente Instrumento. V. Os Acionistas decidem pela ratificação do Acordo de Sócios celebrado em 31/05/2023, o qual permanece em vigor até que seja alterado por instrumento aditivo assinado por todos, agora, Acionistas. VI. Decidem os Acionistas aprovar, em virtude da transformação da Sociedade de sociedade limitada em sociedade anônima, o Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar, a partir desta data, com a redação constante do **Anexo II** ao presente Instrumento. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento particular na presença das testemunhas baixo assinadas. *Partes:* **Jéssica dos Santos Otte, Natalia Shmidt Silva, Felipe Tadeu Oliveira Silva Nunes**. Visto da Advogada: **Kelly Donato -** OAB/SP nº 310.863. JUCESP nº 139.622/24-0 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretároa Geral. **Anexo II: Estatuto Social: Capítulo I: Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º** - A **"Brandinc Gestora de Participações S.A."** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regendo-se por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Francisco de Vitória, nº 201, apto 115, Vila Mariana, CEP: 04116-180. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação dos Acionistas em Assembleia geral. **Artigo 3º -** A Companhia terá como objeto as atividades de gestão de participações societárias (CNAE 6462-0/00). **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II: Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º -** O capital social subscrito da Companhia é de R$ 1.000,00 (mil reais) totalmente integralizado, dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro -** As ações são indivisíveis perante a Companhia, que não reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade. **Parágrafo Segundo -** Cada Ação Ordinária dará a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleias Gerais, de modo que nenhuma ação da Companhia possui restrição ou privilégios com relação aos direitos políticos. **Parágrafo Terceiro -** A propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Parágrafo Quarto -** Fica vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias. **Parágrafo Quinto** - É assegurado direito de preferência aos acionistas para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem, regendo-se o exercício desse direito de acordo com a legislação aplicável e com o Acordo de Acionistas da Companhia. **Artigo 6º** - A Companhia poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, negociar com suas próprias ações, nas hipóteses expressamente previstas na Lei n° 6.404/76. A negociação com suas próprias ações para fins de aquisição, alienação, manutenção em tesouraria ou cancelamento será permitida desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a reserva legal, e sem diminuição do capital social. **Capítulo III: Da Assembleia Geral: Artigo 7º -** A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei n° 6.404/76 e, **extraordinariamente**, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social, o Acordo de Acionistas da Companhia e/ou a lei o exigirem. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria da Companhia ou por qualquer acionista, mediante envio de convocação aos acionistas com antecedência de 8 (oito) dias, contendo o local, data e hora da Assembleia, Ordem do Dia e, no caso de reforma do Estatuto, a indicação da matéria. **Parágrafo Único**: A convocação poderá ser enviada através de e-mail com aviso de recebimento e a Assembleia Geral poderá ser realizada através de videoconferência. **Artigo 9º** -A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ do total de votos conferidos pelas ações ordinárias com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. **Artigo 10º -** Assembleia Geral será presidida por qualquer Diretor ou, na sua ausência, por qualquer acionista ou seu representante presente escolhido pela maioria de votos. O Presidente da Assembleia Geral indicará um dos presentes para secretariá-la. **Artigo 11º -** Ressalvados os casos previstos na Lei n° 6.404/76, neste Estatuto Social ou no Acordo de Acionistas, devidamente arquivado na sede da Companhia, as decisões em Assembleia Geral deverão ser aprovadas mediante o voto afirmativo dos Acionistas representando a maioria simples dos votos presentes na Assembleia Geral (cinquenta por cento mais uma ação entre as ações dos acionistas presentes). **Artigo 12º-** Os acionistas poderão fazer-se representar em Assembleia Geral da Companhia por procurador constituído há menos de 1 (um) de ano, nos termos da Lei n° 6.404/76. O referido instrumento de mandato deverá ser arquivado na sede da Companhia. **Artigo 13º -** A Companhia não deverá tomar nenhuma ação que, nos termos deste Estatuto Social, esteja condicionada à aprovação dos acionistas, sem antes obter a mencionada aprovação. **Capítulo IV: Da Diretoria: Artigo 14º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, à qual competirá exercer as funções e atribuições fixadas neste Estatuto Social e na legislação aplicável. **Parágrafo Primeiro -** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Diretor empossado, dentro de 30 (trinta) dias após a sua eleição. **Parágrafo Segundo -** O diretor da Companhia fica dispensado de prestar caução em garantia de sua gestão. **Parágrafo Terceiro -** Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seu substituto, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral. **Artigo 15º -** A Diretoria da Companhia será composta por 1 (um) Diretor(a), denominado(a) Diretor(a) Presidente. **Parágrafo Único -** O(A) Diretor(a) da Companhia será eleito(a) pela Assembleia Geral para mandatos de 3 (três) anos, admitida a reeleição. **Artigo 16º -** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais com amplos poderes, portanto, para deliberar sobre qualquer matéria relacionada com o objeto social que não seja de competência da Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Artigo 17º -** A Diretoria exercerá as seguintes atribuições: **(i)** Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, o Acordo de Acionistas e as deliberações da Assembleia Geral; **(ii)** Supervisionar todas as operações da Companhia, acompanhando seu andamento; **(iii)** Submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; **(iv)** Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas e entidades públicas ou privadas; **(v)** Elaborar e propor, à Assembleia Geral, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; e **(vi)** Exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral. **Artigo 18º -** Ressalvados os casos previstos neste Estatuto, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura; **(i)** do(a) Diretor(a) Presidente, isoladamente; ou; **(ii)** de 02 (dois) procuradores com poderes específicos. **Parágrafo Único -** Os atos para os quais o presente Estatuto exija autorização prévia da Assembleia Geral somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito. **Artigo 19º** - As procurações serão sempre outorgadas ou revogadas pelo(a) Diretor(a) Presidente, sendo que estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado. **Parágrafo Único** - Quando o mandato tiver por objeto a prática de ato que depender de prévia autorização da Assembleia Geral, ele ficará condicionado a essa autorização, que será mencionada na procuração. **Capítulo V: Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros: Artigo 20º -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, às disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único** - Ao fim de cada exercício social, o(a) Diretor(a) fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes. **Artigo 21º** - Do lucro líquido apurado no exercício social será deduzida a parcela de 10% (dez por cento) para a constituição da reserva legal. A alteração deste percentual apenas poderá ser deliberado em Assembleia Geral que conte com a aprovação unânime dos Acionistas. **Artigo 22º** - Ressalvado o artigo 19, acima, e eventuais retenções de lucros aprovadas pela unanimidade dos Acionistas em Assembleia Geral, o lucro líquido anual da Companhia será integralmente distribuído aos Acionistas, estabelecendo-se como dividendo mínimo obrigatório o percentual de 80% (oitenta por cento) do lucro líquido. **Parágrafo Único -** Os dividendos serão pagos aos acionistas nos prazos estabelecidos pela Assembleia Geral, a qual disporá sobre a destinação do saldo do lucro líquido do exercício e dos lucros acumulados. **Artigo 23º -** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 24º -** A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral: **(i)** O pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; **(ii)** A distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; e **(iii)** O pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. **Capítulo VI: Da Liquidação da Companhia: Artigo 25º -** A Companhia entrará em dissolução e liquidação nos casos e pelo modo previsto na Lei n° 6.404/76 ou de acordo com o que determinar a Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro -** Sendo a dissolução e a liquidação fixadas em Assembleia Geral, esta deverá eleger e nomear o liquidante, assim como as disposições legais aplicáveis a serem observadas. **Parágrafo Segundo -** Caso ainda não esteja instalado o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral o elegerá e fixar-lhe-á a remuneração durante o período de liquidação. **Artigo 26º -** A Companhia poderá transformar seu tipo jurídico mediante deliberação da maioria dos votos na Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Capítulo VII: Do Foro: Artigo 27º** - Qualquer controvérsia decorrente ou relacionada entre os acionistas e a Companhia, em relação a este Estatuto Social, deverá ser solucionada no foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Cápitulo VIII: Disposições Gerais: Artigo 28º -** A Companhia deverá observar e fazer cumprir o Acordo de Acionistas arquivado em sua sede social, nos termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76, devendo a Diretoria e o Presidente da Assembleia Geral, abster-se de computar votos contrários aos seus termos.



## GI Group Brasil Recursos Humanos Ltda.

CNPJ nº 04.236.064/0001-47

**Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)**

**Balanços patrimoniais**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Ativo | | | | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.380 | 2.958 | 1.490 | 3.391 |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber | 88.220 | 83.328 | 101.709 | 93.456 |
| Ativo de contrato | 125.427 | 100.059 | 137.115 | 106.962 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 5.994 | 4.428 | 6.154 | 4.784 |
| Imposto de renda e contribuição social | 16.154 | 14.293 | 17.219 | 14.675 |
| Estoque | - | - | 166 | 3.005 |
| Outros ativos | 15.062 | 10.523 | 17.181 | 11.596 |
| **Total do ativo circulante** | **252.236** | **215.591** | **281.034** | **237.868** |
| Não Circulante | | | | |
| Contas a receber de partes relacionadas | 19.501 | 12.520 | 2.781 | 1.695 |
| Imposto de renta e contribuição social diferidos | 30.394 | 4.751 | 32.752 | 6.557 |
| Ativo indenizatório | 7.758 | 9.785 | 7.758 | 9.785 |
| Outros ativos | 140 | 187 | 142 | 189 |
| | **57.793** | **27.243** | **43.433** | **18.226** |
| Investimentos | 31.836 | 27.108 | - | - |
| Ativos de direito de uso | 2.676 | 3.488 | 2.676 | 3.636 |
| Intangível | 88.882 | 91.538 | 88.969 | 91.557 |
| Imobilizado | 7.519 | 7.926 | 7.596 | 8.048 |
| **Total do ativo não circulante** | **188.706** | **157.304** | **142.674** | **121.467** |
| **Total do ativo** | **440.942** | **372.894** | **423.708** | **359.336** |

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Passivo e patrimônio líquido | | | | |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores e outras obrigações | 11.455 | 15.764 | 12.231 | 20.537 |
| Salários e encargos sociais | 50.505 | 48.998 | 55.674 | 54.373 |
| Saldos bancários a descoberto | 3.140 | | 3.140 | |
| Empréstimos e financiamentos | 48.719 | 49.601 | 70.336 | 51.143 |
| Transações com factoring | 13.675 | - | 13.675 | - |
| Passivos de arrendamento | 1.619 | 1.938 | 1.619 | 1.996 |
| Impostos e contribuições a recolher | 22.233 | 17.335 | 25.206 | 19.057 |
| Parcelamento de impostos | 755 | 17 | 14.435 | 13.895 |
| Provisões | 1.169 | 1.336 | 1.182 | 1.349 |
| Outros passivos | 1.050 | 432 | 2.588 | 492 |
| **Total do passivo circulante** | **154.320** | **136.419** | **200.085** | **162.843** |
| Não Circulante | | | | |
| Fornecedores e outras obrigações | 66 | - | 66 | - |
| Contas a pagar de partes relacionadas | 43.702 | 20.211 | 8.875 | 4.663 |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | - | 722 |
| Passivos de arrendamento | 1.710 | 2.117 | 1.710 | 2.229 |
| Passivo a descoberto | 32.133 | 30.123 | - | - |
| Passivos assumidos na combinação de negócios | 10.452 | 10.452 | 10.452 | 10.452 |
| Parcelamento de impostos | 122 | - | 2.500 | 4.101 |
| Provisões | 69.095 | 54.496 | 70.679 | 55.250 |
| **Total do passivo não circulante** | **157.280** | **117.400** | **94.282** | **77.418** |
| **Total do passivo** | **311.601** | **253.819** | **294.366** | **240.261** |
| **Patrimônio líquido** | | | | |
| Capital social | 118.732 | 118.732 | 118.732 | 118.732 |
| Prejuízo acumulado | 10.609 | 343 | 10.609 | 343 |
| **Total do patrimônio líquido** | **129.341** | **119.075** | **129.341** | **119.075** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **440.942** | **372.894** | **423.708** | **359.336** |

**Diretoria**

**Paula Regina Raya -** Diretora Financeira

**Rosane Dias de Oliveira -** Contradora - CRC 1SP234333/O-6

**Demonstrações do resultado**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Operações continuadas | | | | |
| Receita de contratos com clientes | 777.557 | 758.243 | 880.746 | 840.323 |
| Custo das vendas | (649.508) | (630.613) | (726.974) | (692.482) |
| Lucro bruto | **128.049** | **127.630** | **153.772** | **147.841** |
| Despesas gerais e administrativas | (139.291) | (117.892) | (156.179) | (129.520) |
| Reversão (provisão) para perda esperada | 115 | 63 | (196) | 28 |
| Outras receitas (despesas), líquidos | 1.990 | 211 | 509 | (4.850) |
| Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial | 2.718 | 861 | | |
| Lucro operacional | **(6.419)** | **10.873** | **(2.094)** | **13.499** |
| Receitas financeiras | 2.769 | 2.036 | 2.822 | 2.205 |
| Despesas financeiras | (10.264) | (5.320) | (12.241) | (5.559) |
| Receitas (despesas) financeiras, líquidas | **(7.496)** | **(3.284)** | **(9.420)** | **(3.354)** |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | **(13.915)** | **7.589** | **(11.513)** | **10.145** |
| Imposto de renda e contribuição social | 24.182 | (1.919) | 21.780 | (4.475) |
| **Lucro Líquido do Exercício** | **10.266** | **5.670** | **10.266** | **5.670** |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **10.266** | **5.670** | **10.266** | **5.670** |

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| **Lucro líquido antes do imposto de renda** | **(13.915)** | **7.589** | **(11.513)** | **10.145** |
| Ajustes de | | | | |
| Depreciação e amortização | 6.420 | 5.479 | 6.371 | 5.122 |
| Perdas / (reversão de perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa | (115) | (62) | 197 | (28) |
| Provisão de ativos de contrato | (25.368) | (22.234) | (30.153) | (21.707) |
| Participação nos lucros de controladas | (2.718) | (861) | - | - |
| Provisão de juros de empréstimos bancários | 6.787 | 3.076 | 7.144 | 3.076 |
| Provisão de encargos de empréstimos bancários | 244 | 145 | 244 | 145 |
| Juros de arrendamento | 216 | 51 | 258 | 67 |
| Perdas (ganhos) cambiais de atividades financeiras | 178 | (216) | 232 | (215) |
| (Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado | 28 | 7 | 28 | 7 |
| Provisões contingências trabalhistas e tributárias | 26.270 | 10.996 | 28.107 | 11.316 |
| Provisão de juros de capital próprio | (1.624) | - | - | - |
| Ativo indenizatório realizado | 2.027 | - | 2.027 | - |
| | **(1.570)** | **3.969** | **2.942** | **7.928** |
| Contas a receber de clientes | (4.777) | (9.564) | (8.449) | (15.545) |
| Impostos e contribuições a recuperar | (3.426) | (5.705) | (3.914) | (6.196) |
| Estoques | - | - | 2.838 | (2.267) |
| Outros ativos | (4.492) | 205 | (5.538) | 139 |
| Fornecedores | (4.642) | 7.876 | (8.695) | 11.239 |
| Salários e encargos sociais | 507 | 5.622 | 1.300 | 6.447 |
| Outros passivos | 618 | (431) | 2.096 | (641) |
| Impostos e contribuições a recolher | 4.296 | 2.064 | (1.535) | 16.279 |
| **Caixa gerado nas operações** | **(13.485)** | **4.036** | **(18.955)** | **17.383** |
| Juros pagos | (6.760) | (3.316) | (6.987) | (3.316) |
| Processos judiciais pagos | (11.837) | (8.075) | (12.844) | (8.286) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | - | 2.206 | 1.183 |
| **Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais** | **(30.082)** | **(7.355)** | **(36.580)** | **6.964** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | | | | |
| Aquisição de imobilizado | (2.538) | (5.755) | (2.538) | (5.818) |
| Aquisição de ativos intangíveis | (532) | (3.027) | (611) | (25.858) |
| Caixa líquido proveniente das aquisições de controladas | - | - | - | 186 |
| Baixa de ativo imobilizado e intangível | 98 | 9 | 98 | 9 |
| Outras receitas para o valor de reembolso | 9 | 22 | 9 | 22 |
| Aquisição de controladas líquido de caixa obtido na aquisição | - | (10) | - | (20) |
| **Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento** | **(2.963)** | **(8.761)** | **(3.042)** | **(31.479)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Obtenção de empréstimos | 36.900 | 48.000 | 56.900 | 50.881 |
| Pagamento de empréstimos | (38.053) | (31.542) | (38.830) | (32.159) |
| Transações com factoring | 13.675 | - | 13.675 | - |
| Captação de empréstimos com controladora | 23.978 | 10.089 | 4.696 | 5.053 |
| Pagamento de empréstimo a coligadas | (263) | (275) | (263) | (275) |
| Empréstimo concedido a controladas | (6.639) | (12.441) | (2.368) | (1.616) |
| Recebimento de empréstimo de controladas | 1.282 | 1.910 | 1.282 | 1.910 |
| Pagamento de passivo de arrendamento | (552) | (1.254) | (511) | (707) |
| **Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento** | **30.328** | **14.487** | **34.581** | **23.087** |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos** | **(4.717)** | **(1.629)** | **(5.041)** | **(1.428)** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | **2.958** | **4.587** | **3.391** | **4.819** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | **(1.760)** | **2.958** | **(1.650)** | **3.391** |

**Demonstrações das mutações no patrimônio líquido**

| | Atribuível aos acionistas da controladora: Capital social | Reserva de capital | Lucro líquido do exercício | Patrimônio líquido atribuído aos controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **118.732** | **-** | **(5.327)** | **113.405** | **113.405** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 5.670 | 5.670 | 5.670 |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **118.732** | **-** | **343** | **119.075** | **119.075** |
| Lucro líquido do exercício | | - | 10.266 | 10.266 | 10.266 |
| **Em 31 de dezembro de 2023** | **118.732** | | **10.609** | **129.341** | **129.341** |

**A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa.**

# Reforma tributária elimina 2% do PIB em benefícios fiscais, afirma Bernard Appy

Secretário extraordinário da Reforma Tributária no Ministério da Fazenda, Bernard Appy disse nesta segunda-feira que as mudanças que estão sendo promovidas nos tributos sobre o consumo eliminam o equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em benefícios fiscais. Consequentemente, contribuirão a uma alíquota média menor do que a cobrada hoje dos contribuintes. "Para quem paga imposto, a alíquota vai ficar muito menor do que é hoje", disse Appy durante debate na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), onde ouviu reclamações pelas exceções da reforma, que elevaram a alíquota base do IVA.

Mais uma vez, o secretário da reforma tributária frisou que, na média, a alíquota paga pelos setores será também menor pela diminuição na sonegação e inadimplência fiscal previstas com a reforma. Com isso, será possível uma redução na alíquota, ao mesmo tempo em que se mantém a carga tributária, dado o objetivo de neutralidade da reforma.

Na Fiesp, Appy observou ainda que a tributação indireta torna o sistema mais progressivo, de modo que os pobres deixarão de pagar proporcionalmente mais impostos do que os mais ricos. Segundo o secretário, 73 milhões de famílias serão beneficiadas pelo cashback, como é conhecida a devolução de impostos pagos por consumidores de baixa renda.

"Além da dimensão econômica, a proposta da reforma tem uma dimensão social ... Os preços de alimentos caem", assinalou Appy.

# Homem é atingido por brinquedo de parque de diversões ao tentar salvar cachorro

Um homem sofreu fratura nas pernas ao ser atingido por um brinquedo de parque de diversões em uma feira agropecuária em Lençóis Paulista, na região centro-oeste de São Paulo. O acidente aconteceu na tarde de domingo, 28, quando o rapaz, de 31 anos, entrou em uma área restrita para tentar socorrer um cachorro que havia invadido o local. Durante a tentativa de resgate, o homem foi atingido pelo pêndulo do brinquedo. Ele foi socorrido por uma equipe da própria feira e por agentes do Samu. Depois, foi encaminhado a um hospital da cidade, onde precisou passar por cirurgia. Ele não corre risco de morte e seu quadro de saúde é considerado estável.

# Casal é achado morto dentro de veículo no interior de São Paulo

A Polícia Civil de São Paulo está investigando uma ocorrência envolvendo um casal, um homem de 33 anos e uma mulher de 28 anos, encontrados mortos em um veículo em Cajati, interior do Estado. Policiais foram acionados por funcionários de um posto de gasolina que suspeitaram do carro que ficou estacionado sem movimentação durante horas na Rodovia Régis Bittencourt (BR-116). Segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP), agentes da Polícia Militar se deslocaram até o local, no bairro Barra do Azeite, e localizaram as vítimas em um carro de modelo Hyundai Tucson. Os agentes tentaram contato com as pessoas dentro do veículo, mas não tiveram retorno. Depois disso, decidiram quebrar o vidro traseiro na intenção de prestar socorro.

# Com surto de gripe aviária em vacas nos EUA, OMS emite alerta sobre consumo de leite fresco

Na última sexta-feira, 26, a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu um alerta sobre o risco de transmissão do H5N1, vírus causador da gripe aviária, por meio do consumo de leite fresco. A doença, que inicialmente era conhecida por afetar principalmente aves domésticas e silvestres, tem despertado preocupações devido à capacidade de infectar uma variedade cada vez maior de espécies e à expansão de seu alcance geográfico. Embora a presença do vírus H5N1 tenha sido detectada no leite, ainda não está claro se a doença pode ser transmitida pelo consumo desse alimento. No entanto, a OMS solicitou que os países permaneçam vigilantes diante da possibilidade de transmissão do vírus de animais para seres humanos.

O alerta foi emitido pela OMS após a Food and Drug Administration (FDA), órgão norte-americano de vigilância sanitária, anunciar a detecção de fragmentos do vírus em uma em cada cinco amostras de leite cru comercializadas nos Estados Unidos. Portanto, ambos os órgãos recomendam o consumo de leite pasteurizado, submetido a altas temperaturas para eliminar possíveis micro-organismos, como medida de segurança.

"A investigação sobre o vírus detectado no leite, bem como seu potencial papel na transmissão, está em andamento", afirmou a OMS em comunicado.

A entidade internacional recomenda que os países implementem medidas de controle de infecções e reduzam a exposição humana a aves e mamíferos possivelmente infectados com a gripe ou outros vírus da influenza. Antes da descoberta dos fragmentos do vírus no leite, um surto de H5N1 foi identificado em 33 rebanhos de oito Estados dos EUA, fato que motivou a investigação sobre o leite.

Pelo menos uma pessoa no Texas foi diagnosticada com gripe aviária após ter contato direto com vacas leiteiras supostamente infectadas, mas não apresentou sintomas graves.

O que é a gripe aviária?

A gripe aviária é uma doença altamente contagiosa, causada por variantes do vírus Influenza. Atualmente, grande parte dos casos de alto potencial transmissível no Brasil e em outras partes do mundo é da cepa H5N1.

Até o momento, a doença foi identificada em aves domésticas e silvestres, planteis de criação, além de mamíferos. O ser humano também pode contrair, embora isso seja mais raro.

Notificada pela primeira vez em 1878, na Itália, a "praga aviária", como era conhecida na época, só foi classificada como influenza A em 1955. O primeiro relato de contágio pela variedade H5N1 ocorreu em 1997, em Hong Kong. O Brasil, até 15 de março de 2023, nunca havia registrado focos da doença.

Brasil - De acordo com dados de março do Ministério da Agricultura, o Brasil registrou 158 casos de gripe aviária, sendo 155 em aves silvestres e três em aves de criação para subsistência.

A médica infectologista Nancy Bellei, docente e chefe do laboratório de pesquisa sobre vírus respiratórios da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), explicou ao Estadão que o atual surto no Brasil e na América do Sul, regiões onde a gripe aviária não havia sido detectada anteriormente, está relacionado ao desenvolvimento de uma versão mais patogênica do vírus influenza em aves migratórias, que viajam entre os países em busca de melhores condições de vida.

Como ocorre a transmissão?

Nancy afirma que a transmissão para seres humanos é considerada rara, pois estes não possuem os receptores necessários para o vírus da gripe aviária, ao contrário das aves. No entanto, isso não significa que a população humana esteja imune à doença.

A especialista destaca que o risco de contágio pelo H5N1 depende da capacidade do vírus de sofrer mutações que o tornem adaptado à espécie humana.

Geralmente, a transmissão ocorre por meio do contato com secreções, sangue, fezes e até tecidos de animais infectados.

Nancy explica que, devido ao histórico de contaminação em humanos, as pessoas tendem a pegar a doença ao manipular diretamente aves infectadas para prepará-las para o consumo.

Além disso, a transmissão também pode ocorrer por meio de partículas de aerossóis liberadas nas fezes das aves doentes, contaminando o ar.

**Sintomas -** Os sintomas da gripe aviária em humanos são semelhantes aos da gripe comum, incluindo febre alta, dores musculares, dor lombar, dor de cabeça, náusea, fadiga e sintomas respiratórios como tosse e expectoração. No entanto, o quadro pode evoluir gravemente, levando a dificuldades respiratórias e até hemorragia pulmonar. Além disso, há casos de infecção assintomática, em que o paciente não apresenta sinais de doença.

Nas aves, os sintomas podem incluir problemas no sistema nervoso e de coordenação motora, como andar desajeitado, redução na produção de ovos (em aves poedeiras) e mortes em larga escala.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

# CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

## Supremo suspende decisões que bloquearam recursos do metrô de Fortaleza

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu decisões que determinaram o bloqueio de valores das contas da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor), responsável pelo metrô de Fortaleza, para pagamento de dívidas reconhecidas pela Justiça. A liminar foi concedida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1145, apresentada pelo governo do Ceará contra decisões da Justiça estadual e da Justiça do Trabalho.

Em análise preliminar do caso, o ministro entendeu que a Metrofor cumpre os requisitos para que a execução de suas dívidas ocorra pelo regime de precatórios. Isso porque o entendimento do STF é de que se submetem a essa forma de pagamento as empresas estatais prestadoras de serviços públicos essenciais e de natureza não concorrencial.

Fux frisou, ainda, que há urgência para a concessão da liminar, uma vez que o bloqueio indevido desses recursos pode comprometer a prestação de serviços públicos.

“A Corte fixou o entendimento de que decisões judiciais de constrição de verbas de titularidade destas estatais ofendem os princípios da separação dos poderes, da legalidade orçamentária e da continuidade da prestação dos serviços públicos”, afirmou.

## STF suspende lei que prorrogou desoneração da folha até 2027

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu pontos da lei que prorrogou a desoneração da folha de pagamento de municípios e de diversos setores produtivos até 2027. Na avaliação do ministro, a norma não observou o que dispõe a Constituição quanto ao impacto orçamentário e financeiro.

A liminar foi concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, em que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, questiona a validade de dispositivos da Lei 14.784/2023. A decisão será submetida a referendo no Plenário Virtual do Supremo a partir desta sexta-feira (26).

No final de 2023, com o objetivo de equilibrar as contas públicas, o presidente Lula editou a Medida Provisória (MP) 1.202/2023. O texto previa a retomada gradual da carga tributária sobre 17 atividades econômicas e a limitação das compensações tributárias decorrentes de decisões judiciais, além da volta da tributação sobre o setor de eventos. Na sequência, o Congresso aprovou a Lei 14.784/2023 que, além de prorrogar a desoneração desses setores, diminuiu para 8% a alíquota da contribuição previdenciária incidente sobre a folha de pagamento dos municípios.

**Impacto financeiro -** Na decisão, o ministro Zanin afirmou que a lei não atendeu à condição estabelecida na Constituição Federal de que para a criação de despesa obrigatória é necessária a avaliação do seu impacto orçamentário e financeiro.

## Suspensão aplicada a servidor civil estadual de São Paulo não impede posse em novo cargo

Para a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a penalidade de suspensão prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de São Paulo, por si só, não impede o servidor estadual de tomar posse em outros cargos públicos. O entendimento foi estabelecido pelo colegiado ao reformar acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que negou o mandado de segurança impetrado por uma candidata aprovada em concurso para o cargo de escrevente técnico judiciário daquela corte. Ela foi impedida de tomar posse devido a uma suspensão aplicada quando era investigadora de polícia.

A candidata chegou a ser nomeada para o novo cargo, mas, antes de tomar posse, recebeu e-mail do TJSP informando que ela não havia preenchido o requisito de “boa conduta” previsto na Lei Estadual 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de São Paulo), tendo em vista a penalidade de suspensão no cargo anterior.

Ao negar o pedido de reversão da decisão administrativa, o TJSP, por maioria de votos, entendeu que o mandado de segurança não seria cabível para questionar os poderes discricionários concedidos à administração pública na análise do cumprimento dos requisitos para investidura em cargo público.

O ministro Sérgio Kukina, relator do recurso em mandado de segurança, explicou que, em matéria de nomeação e posse em cargos públicos, a discricionariedade da administração se limita à escolha do melhor momento para a realização do concurso.

## Discussão sobre benefícios da cannabis medicinal e críticas ao cultivo marcam encerramento da audiência pública

De um lado, reflexões sobre os potenciais benefícios do uso da cannabis medicinal - não só à saúde, mas à indústria e ao sistema econômico; de outro, argumentos sobre possíveis perigos da autorização indiscriminada para importação de sementes e plantio. Essas posições marcaram o encerramento da audiência pública realizada nesta quinta-feira (25), no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O tema é objeto do Incidente de Assunção de Competência 16 (IAC 16), que tramita na Primeira Seção e tem como relatora a ministra Regina Helena Costa.

Abrindo o terceiro painel de discussão, o advogado Emílio Figueiredo falou em nome da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas (Rede Reforma). Em sua apresentação, ele fez um apanhado histórico sobre a regulação da cannabis e estabeleceu diferenças entre o uso terapêutico e o uso industrial da planta.

“O IAC 16 está afetando principalmente associações de pacientes que submeteram à jurisdição o direito de cultivar a cannabis e estão com suas ações suspensas”, lembrou.

Em seguida, falaram em nome do Laboratório de Produtos Naturais e Fitoterápicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) o pró-reitor de inovação da instituição, Geraldo Pereira Jotz, e o secretário de desenvolvimento tecnológico, Flávio Anastácio de Oliveira Camargo. Eles demonstraram preocupação com as possíveis formas de controle do cultivo familiar da cannabis.

## STF vai decidir se incide IPTU sobre bem imóvel da União arrendado para concessionária de serviço público



(Foto: EBC)

*Ao se manifestar pela repercussão geral da matéria, o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, destacou que há na Corte quatro teses de repercussão geral sobre a aplicação da imunidade tributária para pessoas jurídicas de direito privado.*

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se o Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) incide sobre imóvel da União arrendado para concessionária de serviço público. A matéria, objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1479602, teve repercussão geral reconhecida (Tema 1.297) em deliberação unânime no Plenário Virtual. Ainda não há data prevista para julgamento do mérito do recurso.

No STF, a concessionária Ferrovia Centro-Atlântica questiona decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) que declarou legítima a cobrança de IPTU de terreno a ela cedido. Segundo o TJ-MG, o STF fixou a tese de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca (que impede os entes federados de criar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros), prevista na Constituição Federal (artigo 150, inciso VI, alínea “a”).

Contudo, no caso dos autos, o tribunal mineiro entendeu que a imunidade tributária não se estende à concessionária, uma vez que ela ostenta natureza de sociedade anônima de capital aberto, que distribui lucros e dividendos e cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores.

No recuso extraordinário, a concessionária alega que a distribuição de lucros a acionistas e a negociação de ativos em bolsa não alteram a natureza pública do bem e da atividade exercida.

**Manifestação -** Ao se manifestar pela repercussão geral da matéria, o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, destacou que há na Corte quatro teses de repercussão geral sobre a aplicação da imunidade tributária para pessoas jurídicas de direito privado. Contudo, nenhuma delas trata especificamente da manutenção da imunidade sobre bens públicos afetados a serviço público outorgado a particular.

Sobre o tema, frisou o ministro, há tanto decisões que afirmam a existência de imunidade tributária recíproca como aquelas que concluem pela incidência tributária. A seu ver, a existência de interpretações diversas sobre a extensão da imunidade tributária recíproca nesses casos evidencia a relevância jurídica da matéria.

A solução a ser adotada pelo Tribunal será aplicada a todos os casos semelhantes nas demais instâncias da Justiça.

## Telefônicas questionam normas do RJ e de AL que preveem adicional de ICMS sobre telecomunicações



(Foto: EBC)

*A ADI 7635 está sob relatoria do ministro Nunes Marques.*

Empresas de telefonia questionam no Supremo Tribunal Federal (STF) leis estaduais que instituíram, para o setor de telecomunicações, adicional de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a fim de financiar fundos para o combate à pobreza no Rio de Janeiro e em Alagoas. Os relatores são os ministros Luiz Fux e André Mendonça, respectivamente.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7632 e na ADI 7634, a Associação das Operadoras de Celulares (Acel) e a Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix) alegam que os serviços de telecomunicações são essenciais e que a Constituição Federal limita a incidência do adicional de ICMS apenas a bens e serviços supérfluos.

Para as entidades, o legislador estadual não pode considerar tais serviços como supérfluos a pretexto de autorizar a cobrança do adicional. Além disso, as autoras apontam que essa exigência contraria normas que proíbem a arrecadação tributária maior sobre operações com bens e serviços essenciais.

Na avaliação das associações, dispositivos da Lei 6.558/2004 do Estado de Alagoas e da Lei Complementar 210/2023 do Estado do Rio de Janeiro são inconstitucionais porque vão de encontro à jurisprudência do STF de que o serviço de telecomunicação não pode sofrer tributação de ICMS superior ao das operações em geral, em razão da sua essencialidade.

**Aumento no MA -** O Solidariedade também questionou no STF a Lei 12.120/2023 do Maranhão que elevou o teto da alíquota do ICMS de 20% para 22% no estado. O partido alega vícios no trâmite da proposta na Assembleia Legislativa, que foi apresentada, aprovada e sancionada no mesmo dia, e considera que o aumento viola o princípio da seletividade do imposto ao não distinguir bens e serviços essenciais, como energia elétrica.

A ADI 7635 está sob relatoria do ministro Nunes Marques.

## STF valida poder de investigação criminal do Ministério Público

O Supremo Tribunal Federal (STF) prosseguiu, quinta-feira (25), o julgamento de três ações contra normas que concedem ao Ministério Público poderes de realizar investigações criminais por conta própria. O Plenário já tem entendimento de que a legislação e a jurisprudência do Tribunal autorizam a instauração de investigações por iniciativa do MP, mas está discutindo a definição de parâmetros para regular esses procedimentos. A análise será retomada na sessão de 2/5.

Na sessão de quarta-feira (24), os ministros Edson Fachin (relator) e Gilmar Mendes apresentaram um voto conjunto definindo algumas condicionantes a serem seguidas pelo MP na instauração dos procedimentos investigativos criminais. Hoje, o colegiado avaliou as propostas trazidas no voto, e já há consenso sobre a necessidade de comunicação imediata ao Judiciário sobre o início e término das investigações e a observância dos mesmos prazos e parâmetros previstos para os inquéritos policiais.

O Plenário também considerou que, sempre que houver mortes, ferimentos graves ou outras consequências sérias pela utilização de armas de fogo por agentes de segurança pública, o MP deve analisar a possibilidade de iniciar investigação própria. Ficou definido que, se a polícia e o MP estiverem investigando os mesmos fatos, os procedimentos deverão ser distribuídos para o mesmo juiz.

A questão é objeto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 2943, 3309 e 3318, que questionam regras do Estatuto do Ministério Público da União (Lei Complementar 75/1993), da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/1993) e a Lei Orgânica do Ministério Público de Minas Gerais que autorizam o MP a realizar investigações criminais.

## Desembargador se diz impedido de julgar habeas corpus de jornalista com prisão decretada em PE

O desembargador Evandro Magalhães Melo, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE), se declarou impedido de julgar pedido de habeas corpus impetrado pela defesa do jornalista Ricardo César do Vale Antunes, que teve a prisão preventiva decretada na sexta-feira, 26, por descumprir uma decisão judicial que determinava a remoção de publicações nas redes sociais dele contra o promotor de Justiça Flávio Roberto Falcão Pedrosa.

Ricardo Antunes, que também teve os perfis bloqueados, está na Espanha e não foi preso. A defesa do jornalista argumenta que ele é vítima de “censura” e que não houve descumprimento da ordem judicial, mas apenas um “equívoco” da equipe de redes sociais que não percebeu que ainda havia uma chamada sobre a notícia contra o promotor nos stories do Instagram. No recurso, os advogados disseram que o jornalista é réu primário, tem residência fixa e profissão lícita e pediram a revogação da prisão e a liberação dos perfis. Como alternativa, a defesa solicitou que medidas mais brandas fossem adotadas, como o possível uso de tornozeleira eletrônica.

O desembargador nem sequer analisou o mérito do habeas corpus. “Na hipótese dos autos, após análise circunstanciada do caso que me foi apresentado, verifico que a manutenção de minha atuação no presente feito poderia ser interpretada como violação à minha imparcialidade, por razões de foro íntimo, as quais, respeitando o sigilo que as envolve, não necessitam ser explicitadas em detalhes, conforme orientação a jurisprudência e do entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores”, escreveu Evandro Magalhães Melo, em despacho neste sábado, 27.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676